

MALALA

n.3 / v.1

Boletim do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)

dez. 2014

Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da
Universidade de São Paulo (USP)



Malala

n.3 v.1 – dez. 2014

boletim do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Universidade de São Paulo (USP)

Comissão editorial

Ariel Finguerut
Cila Lima
Danilo Guiral Bassi
Natália Nahas Carneiro Maia Calfat

Coordenação

Peter Robert Demant

Capa

“Garotos em Hebron/al-Khalil”
foto cedida por Danilo Guiral Bassi

Malala Yousafzai no dia 12 de julho de 2013, ao completar dezesesseis anos, falou no plenário das Nações Unidas sobre educação, luta e coragem, declarando, logo no início, que “não sabe ao certo o que as pessoas esperam dela”.

Malala desperta desconfianças e também expectativas. Com seus 16 anos recém-completos, ela pode ainda mudar de opinião, de postura ou até mesmo pode rever suas bandeiras e relação com o islã. Portanto sabemos dos riscos que estamos aceitando ao escolher *Malala* como nome de nosso boletim eletrônico.

Sua trajetória, de menina paquistanesa que, no dia 9 de outubro de 2012, foi alvejada no rosto, em ataque assumido pelo grupo extremista Talibã, em resposta à sua luta por educação, tanto pela internet como em dimensão internacional, com divulgação pela grande mídia, até seu discurso na ONU em comemoração aos seus 16 anos e recuperada do atentado desperta grande comoção. O mundo conheceu a luta dessa jovem muçulmana por educação, igualdade e contra o extremismo religioso. Sem se deixar vencer ou silenciar (já que se salvou do ataque), nem se colocando como vítima, nem prometendo vingança ou declarando “guerra”, Malala mostrou a força de suas (delicadas, mas assertivas) palavras, declarando na ONU que ela, Malala, é “uma garota entre muitas”.

Para nós, Malala mais do que um símbolo político é uma inspiração acadêmica. Ela nos leva a pensar que podemos transcender e vencer preconceitos, superar estereótipos e criar um espaço para discussão e troca de ideias sem medo, com pluralidade, coragem e abertura, sem abrir mão de textos claros, de pesquisas sérias e de debates com ideias que muitas vezes podem ser conflitantes sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões
neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do boletim *Malala*

SUMÁRIO

“O MÁXIMO QUE ISRAEL ESTÁ DISPOSTO A OFERECER NÃO CHEGA AO MÍNIMO QUE OS PALESTINOS ESTÃO DISPOSTOS A ACEITAR – E VICE-VERSA” – ENTREVISTA DO PROF. DR. SAMUEL FELDBERG (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) AO BOLETIM <i>MALALA</i>	3
IMPERIALISMO E GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE: A TRAGÉDIA SÍRIA – APORIAS E CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE INTERVIR (PETER DEMANT – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)	17
BETWEEN THE TWO WORLDS, PALESTINIANS IN ISRAEL (ALCINDO GABRIEL FRANCISCO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)	45
CONTRA A LIMPEZA ÉTNICA E O ESQUECIMENTO (SORAYA MISLEH – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)	61
A “RESPONSABILIDADE DE PROTEGER” EM SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO ESTRANGEIRA: PALESTINA DEBAIXO DO JUGO DE ISRAEL (PABLO ZAMORA – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DO PERU)	69
DESENHANDO O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES EM HQS (PATRÍCIA RANGEL – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)	77
QALÂNDIA: MURO FECHADO (MAITÊ LAMESA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)	109
O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA EM 2014: A SOLIDARIEDADE BASTA? (LUCIANA SAAB – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – PROGRAMA SANTIAGO DANTAS)	119

FROM EXCLUSIVITY TO EXCLUSION: THE CONSTANT INTERPLAY OF THE ISRAELI-PALESTINIAN POLITICS
(SOTIRIS S. LIVAS – IONIAN UNIVERSITY) 125

RESENHA: *WITH GOD ON OUR SIDE*, DE PORTER SPEAKMAN JR. (MAGNO PAGANELLI – UNIVERSIDADE
PRESBITERIANA MACKENZIE) 129

RESENHA: *MY PROMISED LAND: THE TRIUMPH AND TRAGEDY OF ISRAEL*, DE ARI SHAVIT (DANIELLA
KOHNNEN ABRAMOVAY – NEW YORK UNIVERSITY) 137

**“O MÁXIMO QUE ISRAEL ESTÁ DISPOSTO A OFERECER NÃO
CHEGA AO MÍNIMO QUE OS PALESTINOS ESTÃO
DISPOSTOS A ACEITAR – E VICE-VERSA”**

Entrevista do Prof. Dr. Samuel Feldberg ao boletim *Malala*¹

Boletim *Malala*: Geralmente um ponto de partida de nossas entrevistas é falarmos da formação de nosso entrevistado. O senhor estudou em Israel?

Samuel Feldberg: Eu estudei em Israel, minha graduação foi na Universidade de Tel Aviv. Eu morava no Brasil e consegui uma bolsa para estudar em Israel e como eu já estudava numa escola judaica aqui em São Paulo eu já falava e escrevia em hebraico então foi um processo relativamente simples de adaptação. A graduação foi em Israel, em Ciência Política e História, depois, em 1979, eu voltei ao Brasil, no auge do Regime Militar. Descobri que não era muito viável ser cientista político no Brasil, naquela época, então, como eu falava inglês fluente, eu fui trabalhar na área de exportação da Companhia Suzano. E depois quando eu fiz 40 anos eu decidi voltar à faculdade e fazer o mestrado e o doutorado na USP. Nesse momento, ao voltar para a faculdade eu sabia exatamente o que eu queria fazer. E eu sempre pensei no Oriente Médio, sempre fui um realista e por conhecer a região e falar a língua, eu me especializei nesta região.

B.M.: A sua imagem sobre o Oriente Médio mudou depois da experiência de morar em Israel?

S.F.: Ah, sim, claro. Todo mundo projeta uma imagem. Mas de fato a imagem que eu tinha naquela época não mudou muito porque eu vivi numa época relativamente benigna. Em

¹ Entrevista realizada no dia 3 de junho de 2014 por Cila Lima e Ariel Finguerut.

comparação aos dias de hoje. Naquela época um atentado terrorista era o sequestro de um ônibus (ninguém explodia ônibus) e a presença israelense nos territórios era muito amena, frequenta-se e podia se fazer compras nos territórios ocupados e os palestinos trabalhavam em Israel. Você não entrava num restaurante ou oficina mecânica ou marcenaria, que não tivesse palestinos trabalhando. Era muito corriqueiro a presença da população palestina.

B.M.: Sobre sua atuação como pesquisador e professor, o senhor atua no PPG “Diversidades Intolerâncias e Conflitos”? Qual a proposta do programa, que tipo de pesquisadores pretende formar?

S.F.: O programa é interdisciplinar então a nossa inovação está na forma como as aulas são ministradas. Todas as aulas são ministradas por um professor com a participação de outros dois professores de duas outras áreas. Cada professor dá 1/3 das aulas do curso com a participação dos outros 2 colegas de outras disciplinas. Esta é a inovação. Nós proporcionamos de fato uma abordagem interdisciplinar. Então nos reunimos professores de diferentes áreas, cientista político, sociólogo, psicólogo, linguista e de outras áreas fazendo combinações das mais variadas. Sempre com o enfoque na diversidade. O direcionamento das pesquisas é variado, depende da perspectiva do curso e da pesquisa que o candidato está promovendo. Quando eu participo, há geralmente o tema dos conflitos envolvido, que é minha especialidade, mas os trabalhos dialogam com outras áreas, como por exemplo, tem professores que trabalham com gênero. Agora no segundo semestre eu vou propor uma pesquisa voltada para os instrumentos de ensino em Israel, na Autoridade Palestina e no Brasil tentando entender como é visto o outro (ou, talvez, como “não é visto o outro”) nos instrumentos de ensino. Então poderemos discutir, por exemplo, a figura do Palestino na bibliografia escolar israelense. A figura do judeu na bibliografia palestina e a figura do negro na bibliografia brasileira.

B.M.: Falemos agora mais diretamente dos desafios e do conflito entre Israel e Palestina. Na sua perspectiva, faz sentido falarmos em negociações de paz? Quais seriam as precondições? Quanto distante estamos de uma paz possível e permanente?

S.F.: No momento com certeza não. Se olharmos não exatamente para os governos, mas para os dois grupos que representam os dois lados e como eles estão articulados, certamente não há sentido nenhum em desperdiçar recursos e esforços numa negociação. Está claro que não haverá nenhum resultado.

B.M.: Podemos dizer que não há um denominador comum mínimo?

S.F.: Exatamente, a frase que caracteriza melhor o problema destas negociações é sempre: o máximo que Israel está disposto a oferecer, não chega ao mínimo que os Palestinos estão dispostos a aceitar e vice-versa. Então se Israel não inclui a questão dos refugiados, desagrada o lado palestino e se os palestinos cedem na questão dos refugiados - Mahmud Abbas perde a legitimidade sob o argumento de que ele está somente representando os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e não a Diáspora Palestina. Então, isso de partida já elimina a negociação, no momento que você define quais são os itens que vão ser negociados ou não negociados.

B.M.: Quais são esses itens negociáveis e não negociáveis?

S.F.: Basicamente as negociações devem ser construídas sobre um número de pilares. A questão dos refugiados. O esgotamento da questão de 1947. A negociação precisa esgotar a questão de 1947, não se está discutindo se Israel tem ou não o direito de existir na região e sim quais serão as fronteiras de um Estado judeu ao lado de um Estado palestino. Esse é o teor das negociações. A aceitação por parte dos palestinos de Israel como o lar nacional do povo judeu é pré-condição do lado israelense, pois eles não estão dispostos a reabrir a questão de 1947 (se Israel deveria ou não deveria ser criado). Essa questão está ligada também a questão dos refugiados, pois dependendo da solução para os refugiados é essa questão que você está reabrindo. A questão das fronteiras, a definição de fronteiras. Até hoje Israel é o único país do mundo que não tem fronteiras definidas, elas são baseadas nos armistícios de 1949. A questão dos locais sagrados. Não só em Jerusalém, normalmente se fala só de Jerusalém, mas há uma série de locais que são considerados sagrados por Israel, que estão na Cisjordânia, que é o local onde os judeus veem a sua origem como nação. Como vai ser esse acesso, por exemplo, Hebron, os sítios relacionados a personagens bíblicos, são questões complicadas de serem

definidas e resolvidas, porque elas têm um componente abstrato muito grande. Se esse poço de água ficará deste lado ou daquele da fronteira é fácil de resolver, eventualmente é até uma questão financeira, pode-se pagar uma planta de dessalinização e pode ficar com o poço. Agora os problemas menos tangíveis são os mais difíceis de serem resolvidos.

B.M.: Poderia haver alguma negociação direta? Por exemplo, os palestinos poderiam negociar o acesso aos locais considerados sagrados por Israel e Israel poderia negociar o freio à expansão das colônias?

S.F.: Sem dúvida! Isso tudo é parte de uma negociação que precisa ser feita de boa fé e com a percepção, de ambos os lados, que ela irá vingar no futuro. O que eu vejo nesse processo é um círculo vicioso. Ambos os lados têm receio de ceder na negociação, porque acreditam que a negociação não dará certo e a próxima etapa das negociações vai partir do ponto que já foi cedido. Esta é a crítica que vem recebendo os negociadores do período Ehud Olmert.

B.M.: Então podemos dizer que o fator confiança seja decisivo?

S.F.: Sem dúvida nenhuma! Não há possibilidade de negociação sem uma base mínima de confiança mútua. Que é o que nós vemos que aconteceu na Jordânia, onde essa confiança de certa forma já existia, pois sempre foi um país menos hostil, que mais tinha em comum com os israelenses, inimigo palestino comum etc. E o que aconteceu com o Egito. Quando foi que se rompeu esse estigma? A ida de Sadat à Jerusalém e mesmo assim isso precisou de uma enorme pressão americana para concretizar os acordos.

B.M.: Como o senhor citou de passagem os EUA, como mediador, hoje em dia como o senhor vê o papel dos EUA nestas negociações?

S.F.: O governo Obama está pagando hoje o preço de uma combinação do fracasso da era Clinton, que traz o questionamento de porque se envolver num processo tão espinhoso quanto esse? Se o Clinton que tinha tantas possibilidades de chegar num acordo e não conseguiu chegar. Então para que o esforço? Além disso, Obama paga o preço do apoio

incondicional as políticas israelenses da era Bush. Ao mesmo tempo se tem o desincentivo causado pelo fracasso da era Clinton e a necessidade de dismantelar uma série de elementos criados ao longo de dois mandatos de apoio praticamente incondicional a Israel. Então da mesma forma que os Palestinos querem partir das bases das ofertas que o Olmert fez, o Netanyahu quer partir das bases de todo respaldo que ele recebeu do Bush. Porque ele iria abrir mão das cartas trocadas, as questões dos assentamentos, do reconhecimento da provável inclusão dos assentamentos em qualquer fronteira definida entre Israel e os palestinos. Os israelenses já têm isso como um “dado”, isso já está garantido, eles não querem colocar isso em discussão.

B.M.: O senhor não acha que Israel já está definindo suas fronteiras? Principalmente, considerando a construção do muro e agora com aplicação, por parte do governo de Israel, em concorrência e investimentos para construção de mais assentamentos?

S.F.: Sem dúvida, as fronteiras de Israel estão sendo definidas desde 1967. O Muro de certa forma é uma ilusão. Ele é extremamente controverso. Se você for a região ao sul da montanha de Hebron, parte sul da área das colinas onde Hebron foi construída, envolve toda a zona do assentamento, não sei se vocês conhecem a história? Tinha uma área assentada ao sul de Hebron antes de 1947 e a população judaica que vivia lá foi morta ou expulsa durante a guerra de 1948. Quando os israelenses reconquistam esta área em 1967, os filhos daqueles que foram mortos voltaram para as casas que eles consideravam que tinham sido expulsos – é um espelho da história dos refugiados palestinos. Eles recriam os assentamentos, uma enorme área de população judaica e nessa área o muro não foi construído. O muro vem descendo desde o norte, passa por Jerusalém, chega até Belém, tumba de Raquel, separa o que tem que ser separado em Hebron e aí ele para. Por quê? Porque esses colonos, que em muitos casos são muito radicais, eles veem o muro como um empecilho à expansão de suas colônias. Então o que no norte eles dizem é que o muro é uma barreira para impedir a entrada de terroristas palestinos, ali, ao Sul, eles dizem: ‘deixa que a gente lida com os terroristas palestinos, o que nós não queremos é um muro que nos diga que essa fronteira não podemos ir mais além’. Então a história do Muro é muito simplificada, na maior parte dos lugares não é um muro é uma cerca, mas fotografar o muro para fazer toda a propaganda é muito mais sex, aparece muito melhor na foto o muro do que a cerca.

Agora, onde o Muro foi construído na maior parte da extensão da fronteira é realmente no limite dos grandes assentamentos que foram construídos. São os parâmetros formulados e aceitos por George W. Bush. Os grandes assentamentos vão ser incluídos dentro da linha verde do lado israelense quando eventualmente um acordo for assinado. A lógica aqui é que se Israel efetivamente incorpora os grandes assentamentos, nos estamos falando de em torno de 90% da população da Cisjordânia e em torno de 5% do território. E essa é a proposta que mais avançou nas negociações de troca equitativa de territórios, então se incorpora os assentamentos, retira da Cisjordânia a maior parte da população, deixa somente os assentamentos isolados, que são também os mais radicais. Que de qualquer forma teriam que ser retirados, porque senão se perpetua o problema e você troca por áreas equivalentes em outros pontos da fronteira. Em princípio a questão da fronteira é a mais fácil de ser resolvida a não ser em alguns pontos muitos espinhosos e específicos, que precisa de uma solução específica para cada um deles. Mas a *grosso modo* a ideia de trocar a maior parte dos assentamentos por outros territórios e com isso retirar a maior parte da população judaica da Cisjordânia resolve o problema das fronteiras.

B.M.: Muitos críticos de Israel costumam comparar a situação do conflito I-P como o Apartheid da África do Sul (1948 a 1994). Neste sentido há iniciativas que propõem boicotar e tentar isolar se não Israel mas algumas colônias e responder economicamente a expansão dos territórios. Como o senhor avalia possíveis boicotes à Israel?

S.F.: Eu acho que um aspecto importante é a desproporcionalidade que o tema tem na mídia. Se olharmos para o número de mortos no conflito israel-palestina, se somarmos todos os mortos, militares e civis desde 1947 você tem o equivalente há 1/3 do número de mortos nos últimos três anos no conflito na Síria. E mais ou menos o mesmo número de pessoas assassinadas no Brasil no último ano. Brasil e Síria tem números equivalentes de assassinatos/ano. Nós estamos falando de mortos palestinos e israelenses nos últimos 67 anos equivale ao número de mortos na Síria em 1 ano de conflito. Sem lembrar de Ruanda, Congo, não faltam exemplos de conflitos que são muito mais violentos e com um número muito maior de mortos. Na Síria já temos 9 milhões de refugiados (internos e externos). Em 1948/49 o número de deslocados civis foi de 700 mil. Hoje é um contingente 7x maior por causa da perpetuidade do conflito. O ponto

central é notarmos como a exposição do conflito na mídia é completamente defasada. Chega a ser um mistério do porquê dessa exposição? O outro aspecto é a capacidade de exposição dos eventos. As comunidades judaicas ao redor do mundo, de alguma forma, estão sempre vinculadas, não obrigatoriamente de apoio à Israel. Hoje em dia, principalmente entre os jovens da comunidade judaica ao redor do mundo, há uma crítica muito grande às políticas do governo israelense. Isso não os transformam em antissionistas, mas muitas vezes são muito críticos às determinadas políticas israelenses. E os representantes árabes ao redor do mundo, principalmente os países ricos em petróleo, tem muita capacidade de articulação. Então o que temos é uma grande capacidade de articulação muito grande que tornam desproporcional o interesse sobre a questão Israel – Palestina.

B.M.: Em torno dos fatores domésticos, recentemente o Hamas e o Fatah declararam um governo de união e formaram uma coalizão para um governo de unidade. Quais as consequências desta unidade para as negociações com Israel? Como o senhor avalia essa articulação?

S.F.: Num primeiro momento não vai haver nenhuma consequência por que as negociações já tinham sido interrompidas. Esse acordo entre o Hamas e o Fatah foi usado como o último instrumento de legitimação para encerrar as negociações. Porque elas não iam para lugar nenhum, então é melhor interromper as negociações com uma boa desculpa. Mas não foi isso que levou ao final das negociações ou ao seu fracasso. As negociações fracassaram porque nenhum dos dois lados está interessado em avançar. Na perspectiva israelense a união Fatah–Hamas é motivo para legitimar o fracasso das negociações. O que antes Israel dizia que não adiantaria fazer um acordo com o Fatah por que o Hamas não iria respeitar o acordo, agora isso é mais reforçado ainda porque o argumento agora é que não adianta negociar com um governo que tem como membro uma organização terrorista.

B.M.: Não seria possível acreditar que o Hamas pode se transformar em um partido político? Ou uma vez grupo terrorista sempre grupo terrorista?

S.F.: Não, veja o que aconteceu com o IRA na Irlanda ou mesmo o caso colombiano. No caso da Colômbia mesmo as negociações ocorrendo o exército segue enfrentando e lidando com ações de terrorismo. Ontem mesmo o exército colombiano atacou um reduto das FARC matando 7 membros – terroristas ou não - e outros tantos foram presos. Nisso há um paralelo com aquilo que Israel vem fazendo. Quando há negociação se continua negociando, mas sem abrir mão daquilo que eles consideram como um direito que é combater os grupos terroristas. Se o Hamas abandonar a prática do terrorismo eles deixam de ser um grupo terrorista, mas isso precisa ser feito formalmente e isso pesaria na legitimidade do grupo uma vez que o Hamas se diferencia de outros grupos palestinos especialmente do Fatah, pela sua postura anti-conciliatória. A plataforma do Hamas – o que está na Carta do Hamas – é a substituição de Israel por um Estado Palestino. Eles não falam de um Estado palestino para conviver ao lado de Israel, por isso eu comecei dizendo que nas negociações o que os israelenses exigem é que não seja reaberta a questão de 1947 ou seja, Israel não está negociando com os palestinos o direito ou não da existência de um Estado judeu. O ponto a ser negociado é onde o estado Palestino será criado ao lado do estado israelense. Quando se incluí o Hamas na discussão o que se refere é o direito de existência de Israel. O mesmo vale para o Hezbollah no Líbano.

B.M.: O Hamas precisa de tempo para acreditar na luta política?

S.F.: Eu diria que o que falta é uma boa dose do efeito de 1967 no qual o principal efeito geopolítico da guerra foi o reconhecimento por parte dos países árabes de que Israel não podia ser eliminado. Levou 20 anos para que os países árabes reconhecessem que Israel não podia ser eliminado. Na guerra do Yom Kippur em 1973 foi, na visão do Sadat, uma tentativa de modificar o *status quo* e não de destruir o Estado israelense. Na relação com os palestinos, pelo menos com relação a esses grupos como o Hamas ou a jihad islâmica ou o Hezbollah ainda falta este componente. Falta este componente reconhecerem que o estado israelense não pode ser destruído. Enquanto elementos deste conflito acreditarem que o tempo está a seu favor – eles podem achar que não conseguem destruir Israel em 10, 20 ou 50 anos, mas em 100 anos isso vai acontecer – isso faz com que estes grupos não tenham razão para aceitar a presença de Israel na região, por isso eles propõem uma trégua de longo prazo e não um acordo de paz.

B.M.: Alguns dizem que esses grupos não são terroristas... Mas, o fato é que a cada negativa aos acordos de paz, o povo palestino está perdendo (perdendo vidas, fronteiras e legitimidade). Israel está se fortalecendo, formando suas fronteiras, protegendo-se contra os terroristas, então a população de Israel está mais confortável hoje, principalmente com a construção de muro e aplicação financeira do governo de Israel pelo aumento e solidificação dos assentamentos. O senhor acha possível que esses grupos terroristas, Hamas e Hezbollah, tomem consciência dessa necessidade do acordo de paz?

S.F.: Nós voltamos para a questão da identidade desses grupos. Se esses grupos se identificam através da luta, se é isso que diferencia esses grupos de outros grupos que aceitaram negociar, eles não vão ter nunca uma motivação para abandonar a luta, porque isso desqualifica o grupo e elimina a principal base da sua existência. Qual é a diferença entre o Hamas e o Fatah no momento em que os dois estão na autoridade palestina, se transformam em governo, tem que administrar o território e não pregam mais a luta armada contra um inimigo que era o horizonte. Eles se diluem dentro de uma estrutura administrativa e política. Críticos de Arafat dizem que ele (Arafat) nunca poderia ter feito um acordo com Israel, pois a legitimidade dele vinha da disposição para o conflito contra Israel. Ele perderia grande parte da legitimidade sobre a qual ele se construiu, se ele abrisse mão do conflito, seria visto como traidor da causa palestina. Agora, eu quase te interrompi com relação a denominação dos grupos como terroristas, porque isso não depende de quem diz ou quem não diz, terrorismo é uma definição amplamente aceita e o que se discute é a motivação para o grupo atuar como um grupo terrorista ou utilizar o terrorismo como instrumento. Agora se o grupo é terrorista ou não, ou se ele é um grupo terrorista e mais alguma coisa, isso é uma discussão semântica. Um grupo que ataca civis com determinado objetivo político utilizando da violência é um grupo que pratica o terrorismo. Sobre isso não tem discussão, se é um grupo de libertação nacional ou se um grupo de criminosos ou se um grupo de traficantes ou qualquer outro tipo de classificação, não faz diferença. A frase o terrorista de um é o *freedom fighter* do outro não faz referência à definição de terrorismo, faz referência a motivação pela qual o terrorismo é utilizado.

B.M.: Se olharmos também para o lado da política doméstica israelense é interessante como em pouco tempo o jogo de forças mudou. Quando o senhor foi para Israel nos anos 70, a esquerda era hegemônica...

S.F.: Não tinha direita, eu fui para Israel antes do Likud subir ao poder pela primeira vez, a esquerda já vinha sofrendo os impactos da guerra de 1973, quando eu fui para Israel em 1975 o Rabin se tornou primeiro ministro e os trabalhistas já estavam enfraquecidos por causa do resultado da guerra de 73.

B.M.: Foi no governo de Ariel Sharon que a configuração mudou um pouco, ele formou um bloco de centro direita...

S.F.: Na verdade nós temos primeiro a consolidação do Likud, depois a ascensão do Sharon com a segunda intifada, ainda no marco do Likud e com a proposta de retirada unilateral da faixa de gaza, a criação, o fortalecimento e o desaparecimento do Kadima.

B.M.: Nos últimos dez anos, alguns atores nacionalistas colocam Israel como hostil aos vizinhos, mas esse discurso se desgasta, surgindo então atores de centro que tentam de novo uma plataforma de emprego, de bem estar... Então gostaria que o senhor comentasse um pouco essa geografia do voto. Tem os assentamentos que reverberam esse discurso nacionalista, mas temos também as grandes cidades, Tel Aviv... é interessante notar como Israel tem um dado político com uma diversidade de atores.

S.F.: Isso vai ao encontro um pouco ao que ela estava dizendo em relação à forma como a população consegue conduzir a sua vida sem se relacionar com o conflito, se olharmos por exemplo para os resultados das últimas eleições parlamentares em Israel. Eu estava lá o ano passado durante as eleições e no período anterior às eleições, eu lembro como isso me marcou. Não tinha nenhum candidato falando da questão Palestina. Toda a discussão das plataformas eleitorais era reflexo das manifestações sociais do ano anterior. O Yair Lapid que surgiu como a grande surpresa das eleições, não tinha plataforma de política externa, não falava de política externa nos seus discursos, as propostas eram em relação aos problemas do dia-dia da vida do cidadão israelense. Naftali Bennett que hoje é ministro da economia, chefe do partido (vamos chamar de)

nacionalista religioso, esse é o representante da população dos assentamentos. Então temos hoje um governo de centro à direita, onde a esquerda praticamente desapareceu, não tem peso nenhum. Então se teve uma transição da direita para o centro. Que estava lastreada no sucesso do Sharon. Alguns dizem que não pode haver mais direita que o Sharon, mas ele já tinha feito essa transição. E quando ele desaparece do cenário, todo esse apoio vai por água abaixo.

B.M.: Mas agora, as forças mais nacionalistas, ligadas aos assentamentos, parece que estão crescendo, não estão?

S.F.: Eles não estão crescendo... Esse governo poderia ter sido formado com o Lapid, a esquerda e os religiosos, ou da forma como ele foi formado, com o Lapid e os nacionais religiosos, só tinha duas formas de estruturar esse governo depois das últimas eleições. A pressão (ou a opção) do Lapid, de centro, pela exclusão dos ortodoxos, foi o que definiu que os nacionalistas religiosos participassem do governo. É mais complicado do que soa, pois quando se fala de religiosos em Israel, nós não temos um grupo religioso monolítico. Tem-se uma série de facções religiosas onde os nacionalistas religiosos são tão hostis aos ortodoxos, quanto os de centro à esquerda, porque eles praticam a religião de forma completamente diferente. Eles praticam sua inserção na sociedade de forma completamente diferente. Tem os ortodoxos e os nacionalistas religiosos, além de ter facções dentro dos ortodoxos. Os conflitos religiosos não são só entre os ortodoxos, mas principalmente entre os ortodoxos e os nacionalistas religiosos.

B.M.: Foi uma escolha de uma coalisão a partir de um fator decisivo para a balança de governabilidade...

S.F.: Eu diria que foi a partir de uma opção por deixar os ortodoxos fora da coalisão, para atender uma demanda importante da sociedade laica em Israel. A sociedade laica em Israel chegou num ponto em que não queria mais ver os ortodoxos isentos do serviço militar, fora do mercado de trabalho, recebendo subsídios. As manifestações do ano anterior tinham sido a gota d'água nesse processo de pagamento pela participação dos ortodoxos no governo.

B.M.: Isso é um ponto que eu acho bastante interessante. No caso dos Estados Unidos se fala muito no conceito de guerra cultural, que é a ideia da sociedade dividida entre forças seculares e religiosas, duas culturas, dois governos. No caso de Israel o senhor acha que podemos falar em guerra cultural?

S.F.: Se brinca em Israel que se a “República de Tel Aviv” pudesse se separar do Estado. Tem uma proposta de uma guerra de secessão. Porque a população de Tel Aviv não tem absolutamente nada em comum com a população ortodoxa em Jerusalém e especialmente nos assentamentos. Tem uma separação total. Eu, por exemplo, que sou um judeu laico me sinto discriminado, sinto que os ortodoxos são antisemitas. Porque aos olhos deles eu não sou judeu o suficiente, porque eu não sigo as regras da forma como eles acreditam que elas devem ser seguidas. Isso vale para a população laica de Israel, que vê seu vínculo ao povo judeu pelas tradições e pelos costumes e não pela religião. Eu diria que a maioria da população laica de Israel é ateia, do ponto de vista religioso realmente estrito.

B.M.: Será que a esquerda israelense pode se reencontrar entre os laicos?

S.F.: Eu não sou especialista em política interna israelense, mas se olharmos para o histórico, se tem ciclos. Tem a esquerda substituindo a direita, depois a direita se fortalecendo, muitas vezes depende de insumos externos. Quando tem uma onda de atentados, por exemplo, derruba o governo, faz com que um Sharon seja eleito, é mais do que compreensível. Agora, com o nível de demanda social que houve em Israel nos últimos anos, combinado com essa percepção de calma, de contenção do problema da segurança, do terrorismo. O que talvez se tenha é uma ascensão desproporcional das questões internas e aí talvez os trabalhistas tenham mais a oferecer do que a direita neoliberal. Mas depende do quanto a situação eventualmente se deteriora para uma parcela significativa da classe média israelense. Eles vivem um fenômeno parecido com o que nós estamos vivendo aqui, de ascensão de uma determinada parcela da população, que depois se vê frustrada nas suas expectativas. Em Israel, por exemplo, tem uma enorme parcela de população que vive abaixo da linha da pobreza. Obviamente, o que eles consideram pobreza é parâmetro por eles, principalmente se olharmos com os números do Oriente Médio. Tem uma porcentagem significativa de crianças que vivem abaixo da

linha da pobreza, nenhuma delas passa fome, mas estão abaixo da linha da pobreza. Tem um problema gritante com creches em Israel, a maioria das mulheres na população laica trabalha e não tem com quem deixar as crianças, pois as creches são privadas e custam uma fortuna, muitas mulheres fazem a conta, se tiverem que deixar as crianças nas creches, sai mais barato ficar em casa do que trabalhar para pagar a creche. Tem problemas sérios, estruturais, que eventualmente, numa nova eleição que não tenha um componente externo importante esses elementos se tornam tão significativos que levam uma maioria automática dos centro-esquerda ao poder.

B.M.: Um último tópico é a questão do antissemitismo. Nós tivemos eleições europeias para o parlamento europeu, recentemente o atentado ao museu em Bruxelas e também, não há muito tempo, um atentado nos Estados Unidos, num centro de convivência cultural judaico. Como o senhor avalia o antissemitismo no contexto de hoje? Como o senhor explica o aumento dessas manifestações?

S.F.: A crise econômica é um propulsor do fortalecimento da direita, isso não é de hoje, historicamente, quando se tem crise econômica, tem fechamento da sociedade, aumento da xenofobia e automaticamente produz antissemitismo. No caso da Europa não é só o antissemitismo, essa guinada para a direita, na verdade deveria levar uma aproximação da população muçulmana com a população judaica, porque são as vítimas comuns desse processo. Mas tem o componente, vamos chamar de, nacional nessa disputa, que tornam os dois lados que são vítimas dos movimentos de direita, adversários por causa da questão nacional no Oriente Médio. O outro aspecto que eu acho importante, quando se olha para o recrudescimento do antissemitismo é a confusão que, muitas vezes, ocorre entre a definição de antissemitismo e críticas às políticas do Estado de Israel. Muitas vezes aqueles que defendem o Estado de Israel vão acusar de anti-semitismo o que simplesmente é uma crítica a determinadas políticas. Aí eu sempre me resguardo o direito de não concordar com essa associação. Por que você pode fazer críticas pertinentes e legítimas ao Estado israelense, às determinadas políticas do governo israelense sem incorrer a nenhum aspecto de antissemitismo. Se bem que, muitas vezes, posturas anti-israelenses são reflexos de políticas antissemitas. Mas não pode ser sinônimo, não pode ser sempre enquadrado dessa forma. Os casos precisam ser analisados na raiz de sua crítica. Sem dúvida existem críticas à Israel que refletem o

antissemitismo e existem críticas que são rotuladas como antissemitas simplesmente tentar esvaziá-las.

IMPERIALISMO E GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE:

A TRAGÉDIA SÍRIA – APORIAS E CONSEQUÊNCIAS

DA FALTA DE INTERVIR

Peter Demant

Resumo:

Segunda parte do artigo analisando a crise síria no contexto internacional, lida com a situação desde o levante popular anti-Assad e a decorrente guerra civil de 2011 até o começo de 2014, defendendo a posição de que apenas uma postura internacional muito mais pró-ativa poderia frear a violência e colocar as bases de um debate abrangente para repensar a convivência das várias comunidades, etnias e religiões. Entre os fatores que tornaram esta convivência mais complicada na Síria – Líbano e Iraque - do que em outras sociedades médio-orientais estão questões não-resolvidas de identidade coletiva. Uma ditadura modernizadora, essencialmente unipartidária de uma comunidade (alawita) sobre as demais, resultado das contradições internas entre as diversas comunidades, provocou, por fim, as demonstrações de 2011. Apesar das reivindicações para democratizar a estrutura política, a extrema heterogeneidade da sociedade síria não permitiu a unificação das oposições. Estas, fracas para começar, receberam pouco apoio externo (ocidental em particular), enquanto o regime se beneficiou da ajuda de Hizbullah, Irã, Rússia e de outros aliados. Paradoxalmente o uso de ADMs do regime de Assad contra civis sírios sepultou a possibilidade de uma intervenção internacional e acabou enfraquecendo as forças democráticas e/ou liberais a favor dos interesses do eixo xiita e de jihadistas sunitas. Em consequência a partir do fim de 2013, o caráter do conflito começou a se transformar de guerra civil em guerra aberta por “proxy” entre interesses sauditas, turcos e iranianos, entre outros. O artigo argumenta que o conflito não pode se resolver pelas próprias forças internas; tenta relativizar o papel do Estado numa solução; esboça alguns elementos de uma nova constituição democrática com fortes garantias para minorias; discute o dilema do papel do islã nela; e explica porque a solução do conflito sírio está vinculada à solução de outros conflitos no Oriente Médio.

Abstract:

Second part of an article analyzing the Syrian crisis within an international context, dealing with the situation in Syria from the popular anti-regime revolt and consecutive civil war from 2011 to the onset of 2014. It defends the position that only a much more proactive international posture has a chance to curb the violence and lay the bases for a wide-ranging debate to rethink coexistence of the various communities, ethnical and religious groups. Among factors that made such coexistence more problematic in Syria (as well as in Lebanon and Iraq) than elsewhere in the Middle East are unresolved questions of collective identity. The outcome of the communitarian clash was a largely one-party modernizing dictatorship of one community (the Alawite) over the others; its contradictions eventually sparked the 2011 demonstrations. Despite calls to democratize Syria's political structure, the extreme heterogeneity of its society did not allow unification of the oppositions. The latter, weak to start with, received little aid from abroad, while the regime enjoyed help of Hizbullah, Iran, Russia and other allies. Paradoxically the Assad regime's use of WMD against Syrian civilians buried the possibility of international intervention, and in the end weakened democratic and/or liberal forces even more, and strengthened the Shiite axis

and Sunni jihadists. As a result, as of late 2013, what had been an internal civil war started to mutate more and more into an open war of proxies for Saudi, Turkish, Iranian and other interests. The article argues that the conflict cannot be resolved solely by internal factors, relativizes the role of the State in its future solution, and outlines elements of a new democratic constitution with ample guarantees for minorities; discusses the dilemmas surrounding the role of Islam; and explains why resolving the Syrian conflict is linked to a solution of other Mideast conflicts.

Prefácio

Os desenvolvimentos no Oriente Médio se sucedem tão rapidamente que mesmo escritos recentes podem ser amplamente ultrapassados pelos eventos, dando a impressão de um artefato quase arqueológico. O intervalo entre escrita e publicação é particularmente gritante em revistas científicas, impondo um distanciamento entre o evento e sua análise objetiva. O intervalo não só é cronológico mas constitui também uma brecha metodológica, por vezes, saudável - mas nem sempre. Tal é também a sorte desta segunda e última parte do artigo sobre a tragédia síria, cuja primeira metade foi publicada no *Malala* 2.

No início de 2014 a guerra civil síria se caracterizava pelo enfraquecimento da oposição secular-pluralista anti-Assad, consequência da fraqueza ocidental frente às maciças violações de direitos humanos e ao uso pelo regime de Assad de armas químicas contra sua própria população civil. Analisamos então como a derrota da alternativa democrática estava jogando cada vez mais sírios nas mãos de oposições islamistas (de radicalidade variável).

No entanto, o ano de 2014 tem testemunhado uma reviravolta imprevista, com gravíssimas repercussões globais: o fortalecimento das milícias islamistas, já em andamento, ganhou um ímpeto sem precedentes com a fulgurante expansão do grupo *Da'ash* ou ISIS ("Estado Islâmico no Iraque e no Levante"), ramo dissidente de al-Qaeda, que em meados de 2014 se transformou no califado "Estado Islâmico" (EI) controlando num território contíguo um terço do Iraque e da Síria. Entre as facetas mais notórias desta recente evolução apontamos as seguintes:

- (1) Combinando estratégias de terrorismo e de guerrilha com guerra "clássica" por exércitos, *Da'ash* conquistou um território muito maior do que qualquer outra oposição anti-Assad;

- (2) ao juntar territórios de vários Estados e rejeitar as fronteiras internacionais decorrentes do arranjo imperialista pós-Primeira Guerra Mundial, EI faz vacilar todo o sistema de Estados no Oriente Médio;
- (3) EI combina um programa de destruir os governos iraquiano e sírio e substituí-los por um novo Estado islamista, com ideologia e práticas jihadistas antimodernas e antiocidentais, prometendo levar a cabo mundialmente uma guerra sem fim contra todos os não-muçulmanos e todos os muçulmanos “heréticos”;
- (4) onde estende seu poderio o EI impõe com extrema violência um regime fundamentalista sobre as populações conquistadas, usando como instrumentos de intimidação perseguições a minorias e grupos específicos (cristãos, yazidis, xiitas...), execuções sumárias, massacres, mutilações, escravidão de mulheres e crianças, e uma gama de controles comportamentais e de doutrinação tiradas do repertório dos talebã afegãos e paquistaneses; tudo devidamente justificado por referência às fontes escriturais islâmicas, segundo sua peculiar leitura destas;
- (5) apesar de (ou talvez por causa de) seus atos e propagandas cruéis, EI consegue atrair um apoio significativo, localmente (entre sunitas discriminados e populações mentalmente quebradas e exaustas pelos incessantes deslocamentos e derramamento de sangue) e internacionalmente: jovens enraivecidos do mundo muçulmano inteiro mas também muçulmanos alienados da Europa, Rússia, China, e alhures, atraídos por seu programa universalista;
- (6) a violência expansionista do EI se reforça pela mobilização de milhares de muçulmanos simpatizantes (e.o. recém convertidos): estes contestam os sistemas políticos e culturais nos quais estão imersos e se deixam inspirar pelo EI para atacar alvos nos países onde vivem; e/ou se deslocam para o próprio território do EI. Este fenômeno tem se tornado um pesadelo securitário para Estados tão diferentes quanto os EUA, Arábia Saudita, Jordânia, Egito, Israel, Líbano, Irã, Paquistão, Nigéria, China e Rússia, além de quase todos os Estados europeus. Levou os EUA a gradualmente abandonar sua política de neutralidade de fato na Síria em favor de um novo intervencionismo velado (por enquanto bastante limitado e de eficácia desconhecida). Os EUA lideram uma coalizão curiosa onde a Turquia exerce o papel do *spoiler* e o Irã o de coadjuvante do ocidente.

(7) Além destas características do próprio EI, tem sido notável em 2014 (e tampouco previsível) a sobrecarga do sistema internacional, devido à emergência simultânea de novas crises, ou à exacerbação de algumas já existentes (p.ex. Crimeia e Ucrânia e a nova tensão entre Rússia e o ocidente, entre outras) paralisando ainda mais o já afetado potencial de reação da comunidade internacional.

Como resultado dos fatores supracitados, o quadro político na Síria e a percepção internacional dele se modificaram fortemente: a partilha territorial de fato não cessou mas, no olhar de muitos, o regime mortífero de Damasco, antes um “obstáculo” a ser eliminado na rota da tirania para a autodeterminação, parece doravante um “mal menor”. Especula-se em voz alta sobre a possibilidade ou necessidade de pactuar com “o diabo que conhecemos” contra um EI demonizado como “mal absoluto”. Ora, fazer isto sacrificaria a última esperança das várias populações sírias de reescrever seu contrato social, tal como sugerimos na primeira parte deste artigo. Uma realidade já ameaçadora se tornou ainda mais perigosa. Uma solução possível que já foi utopia, agora não é mais que uma miragem que se desmancha. Mas não por isto menos imprescindível...

A despeito destes caveats decidimos publicar a segunda parte do texto mais ou menos tal qual, como modesta contribuição ao debate sobre as responsabilidades da comunidade internacional pelo destino da Síria, cujas populações continuam pagando o preço da nossa isenção.

O impasse sírio ilustra as contradições da política estadunidense em particular, mas também dos demais atores da comunidade internacional: intervir tem tido resultados tão ruins que novas intervenções são hoje politicamente arriscadas. Não intervir e ficar na postura do observador externo que, no máximo, faz esforços paliativos para minimizar o sofrimento humano, parece *também* exacerbar uma situação que a cada momento arrisca atravessar o limiar de uma crise internacional. Para entender o conflito sírio, o primeiro fator a se ter em mente é que embora ele seja externamente mantido e impulsionado, suas causas são internas. Como consequência, nenhuma intromissão externa pode resolvê-lo, sem mexer com as causas estruturais.

Defendo nesta Parte II a tese de que apenas uma intervenção poderia garantir uma pausa na violência ampla o bastante para permitir que se inicie um processo de se

reinventar a Síria – de “reescrever seu contrato social”. Na impotência das perspectivas para uma solução interna (e descartando a hipótese de uma derrota iminente e definitiva de um dos lados no conflito), além do atual crescimento do EI, **apenas** uma intervenção internacional poderá frear o derramamento de sangue - e ainda apenas se esta dispuser de suficiente força e carregar uma alternativa política suficientemente clara, atraente, e legítima. Para explicar esta posição é mister lembrar antes as linhas matrizes contraditórias da sociedade síria, que tornarão entendível porque a guerra civil atual é improvável de ser resolvida internamente.

Pano de fundo sírio: a simbiose entre heterogeneidade, modernização e ditadura

Enquanto as revoltas na Tunísia, Líbia e Egito conseguiram depor com relativa facilidade os tiranos daqueles países, o levante sírio contra o ditador Bashar al-Assad desaguou numa monstruosa guerra aberta entre comunidades e ideologias. Uma desgraça que pôde acontecer porque a crise síria é, antes de mais nada, um **embate entre identidades que se sobrepõem, se odeiam e simultaneamente precisam umas das outras**. O tirano de um é o protetor do outro. A Síria como conceito existe desde a antiguidade. A Síria como Estado existe apenas desde os anos 1920. Mas, a Síria como ideologia é apenas uma opção entre um leque de identificações contrastantes e incompatíveis, que concorrem pelo coração dos sírios.

Apesar da presença na antiguidade de altas civilizações na região que hoje constitui a Síria, da memória de Damasco como sede do califado omíada (670-750), e de ideologias nacionalistas que desde o século 19 afirmam a perenidade da “nação síria”, os traços determinantes da sociedade síria têm na realidade raízes bem mais recentes. Muitas dessas são, aliás, comuns a outras sociedades do *Mashriq*.²

A Síria emergiu do império otomano já como sociedade extremamente heterogênea. Até agora ela é fragmentada entre comunidades cujas relações se definem por preconceitos mútuos, memórias de difícil coexistência, e medo. Pelo menos 80 % da população é sunita, mas esta maioria convive com alawitas, drusos e outras seitas xiitas,

² *mashriq/maghrib* Aqui se fala em *Mashriq* como oriente (leste) em oposição ao *Maghrib* como ocidente (oeste) do mundo árabe”.

com cristãos subdivididos em inúmeras igrejas em competição entre si e, até a independência de Israel, com diásporas judaicas. É útil lembrar que se trata de identificações comunais, “rótulos” mais do que religiosidades individuais. As origens longínquas deste estado de coisas, não muito diferente do que se observa hoje em outros países árabes, deixaremos em aberto. O que é certo é que as potências coloniais usaram a fragmentação interna que elas encontraram para sua política de “dividir para imperar”. A França, potência mandatária sobre a Síria pela Liga das Nações após a Primeira Guerra, para controlar a maioria, privilegiou os alawitas, seita anteriormente pobre e desprezada, armando-os e tornando-os o núcleo das forças armadas sírias. Quando em 1943 a Síria se tornou independente, nunca se estabeleceu uma democracia baseada na coexistência livremente negociada entre as várias partes da população. Ao invés disto o país caiu sob o controle de grupos armados. Eventualmente o partido pan-árabe Ba'th ("Renascimento") tomou o poder. Ainda o tem. Apesar de sua ideologia secularista e universalista, escondem-se atrás das bandeiras do partido, clãs armados, principalmente dos alawitas. Estes têm mantido a hegemonia de um conglomerado de minorias sobre a maioria sunita pela violência e pelo cooptação – embora uma parcela da burguesia sunita seja aliada de Assad.

Esta situação de uma convivência controlada de comunidades desiguais, em última instância, pelas forças armadas, se perpetua desde que a Síria obteve sua independência. O país nunca desenvolveu uma unidade nacional enraizada, e pelo menos três ideias sobre sua identidade continuam se enfrentando:

(1) Wataniyya ou “**patriotismo**” baseado no território: há quem enfatize a unidade histórica do Levante (*Sham*), da qual o território atual sírio seria o núcleo, mas que engloba também o Líbano, a Palestina e zonas afins. Particularmente complicada é a relação com o Líbano. Este país possui uma identidade coletiva não menos contraditória do que a Síria; uma parte esteve sob protetorado francês desde o século 19; outra foi descolada do corpo da Síria nos anos 1920 por cálculos políticos – um desmembramento nunca aceito pelos nacionalistas sírios (nem por uma parte dos libaneses).

(2) Qawmiyya ou “**nacionalismo**” pan-árabe, baseado na língua ou etnia, ideologia que busca estabelecer um Estado único para todos os árabes, do Atlântico até o Golfo. Não surpreende que grupos minoritários tais como os cristãos árabes estivessem entre os primeiros ativistas destes dois tipos de

nacionalismo secular, que prometia igualdade de dignidade e de oportunidade para todos os habitantes independentemente da sua religião - bem diferente do sistema político otomano que se baseava na primazia política, religiosa e militar do islã (embora proporcionasse liberdade religiosa e boas oportunidades econômicas às comunidades "protegidas" não-muçulmanas). A referência histórica do pan-arabismo é o califado árabe, numa chave de leitura que associa islã à arabidade, enfatizando o islã não como religião universal, mas como expressão do gênio nacional árabe. Hoje o mesmo pan-arabismo, moribundo enquanto projeto político, continua sendo a ideologia oficial de um regime que *realiter* representa os interesses não *dos* árabes, mas de certas seitas.

(3) **islamiyya** ou **islamismo**: sempre existiram os nostálgicos do califado otomano. A divisão da *umma* (comunidade dos fiéis) em nações separadas não condiz com o sonho de unidade e com a reivindicação da predominância mundial do islã. Eventualmente surgiram grupos islamistas (muçulmanos fundamentalistas) que propõem a restauração de uma sociedade pautada pela religião e de um Estado regido pela lei religiosa, o xaria. Na Síria, como também no Egito, na Palestina e alhures, o movimento islamista mais forte era o da Irmandade Muçulmana, que buscou a transformação do Estado através de uma militância social gradualista e logo se colocou como a principal oposição aos nacionalistas da esquerda do Ba`th. A destruição desta oposição pelos ba`thistas nos anos 80 abriu a porta para uma radicalização jihadista.

Obviamente é possível combinar identidades. Alguém pode falar árabe, seguir o islã, e ainda se definir em primeiro lugar como sírio. Pesquisa anterior à primavera árabe aponta que a religião islâmica é o primeiro item da auto identificação para o maior grupo em muitos países árabes, seguida pela identificação com o Estado; de modo que a identificação árabe estaria em declínio. É razoável que a situação ideológica na Síria corresponda a essa divisão.

Quando as políticas coloniais francesas de “dividir para imperar” fracassaram, o resultado das resistências anticoloniais e o denominador comum das várias ideologias em competição foi uma Síria independente, mas não democrática, e extremamente instável, onde golpes militares se sucederam. Na luta mortífera entre as ideologias contrastantes o Ba`th se impôs na Síria como predominante em 1963. Na luta interna

dentro do Ba'th emergiu o clã dos Assad em 1970. Hafez al-Assad governou de 1970 até sua morte em 2000 e seu filho Bashar lhe sucedeu desde então. Também neste sentido a evolução da Síria tem paralelos, no caso com o Iraque, país não menos heterogêneo, onde um outro ramo do partido Ba'th chegara ao poder. Também ali um clã, no caso os Tikiritis ao qual pertencia Saddam Hussein, monopolizou o poder. Há outras semelhanças: ambos os regimes são **ditaduras modernizadoras** (industrialização, educação, obras, emancipação da mulher...) mantendo a preponderância de uma minoria contra a maioria, eliminando todas as oposições - até sobrar apenas aquela que se organiza na mesquita. Em ambos os Estados o **contrato social implícito** garantido pela ditadura se baseava numa troca desigual, mas passivamente aceita pela maioria da população: o regime mantém a segurança das demais minorias contra os radicalismos da maioria (sunita na Síria; xiita no Iraque); garante a liberdade religiosa e um mínimo de liberdades econômicas para todos; em contrapartida, reprime quaisquer demandas de liberdade política, e impõe (com tanta violência quanto necessário) a permanência de seus próprios privilégios.

A Síria nas relações internacionais

Em ambos os casos, sírio e iraquiano, o regime também precisava de inimigos e de conflitos externos para sustentar a artificial unidade nacional e a mobilização interna. No caso do Iraque, os curdos, o Irã, e o Kuwait preencheram este papel. Israel e uma variedade de inimigos no Líbano (maronitas, sunitas, drusos, e palestinos ligados à OLP...) apresentaram oportunidades semelhantes para o regime sírio. Nos anos 80, quando o Egito e a Jordânia buscaram uma pacificação baseada em soluções de meio-termo, a Síria que ainda tem parte de seu território (as Colinas do Golã) ocupado por Israel, se colocou como fulcro da oposição rejeicionista que em nome do nacionalismo pan-árabe se opôs a qualquer acomodação com Israel. Desde então a Síria lidera uma "Frente de Resistência" que engloba radicais palestinos e os xiitas libaneses do Hizbullah, além do Irã.

Internamente, o dilema sírio é semelhante ao da Rússia, China, Irã, Coreia do Norte e outras ditaduras que mantêm o poder de suas elites minoritárias por meio de violações às vezes maciças dos direitos humanos e políticos de seus súditos:

politicamente florescem no porão de um submundo inacessível; economicamente, no entanto, não podem sobreviver no isolamento. Num mundo cada vez mais globalizado, precisam de uma economia mais competitiva para se manter; mas, como demonstra o caso chinês, é difícil modernizar a economia sem modernizar a sociedade, modernização esta que mais cedo ou mais tarde acarreta demandas por reformas políticas que ameaçariam os privilégios da minoria no poder. Certas autocracias ricas em recursos naturais podem usar p.ex. sua renda petrolífera para subornar a população e desta maneira adiar o momento das reivindicações, mas a Síria não pode se dar este luxo. Ela possui, por outro lado, um "recurso" negativo interno, advindo de sua extrema heterogeneidade, do ódio e medo entre as comunidades, o que proporciona ao regime uma alavanca para cooptar partes da oposição (cristãos, drusos...) e manter a oposição dividida. Estes fatores ajudam a explicar a longevidade e paradoxal "popularidade" desta ditadura sangrenta - aqueles que o apoiam temem o dia do acerto de contas com os grupos oprimidos. É impossível calcular, mas não seria surpresa se até um terço ou mais dos sírios se sentissem mais protegidos pelas câmaras de tortura do carrasco de Damasco do que sem elas...

No entanto, mesmo num quadro que combina a opressão da maioria sunita com o aval passivo de minorias, o regime de Bashar provavelmente não sobreviveria sem a ajuda de **amigos externos**. Hoje a Síria pode contar com dois grupos de entusiastas externos: os resquícios da velha esquerda pró soviética, e o eixo xiita. Ideologicamente as duas vertentes não poderiam ser mais diferentes entre si. A primeira remete à Guerra Fria. Apesar do clima pouco favorável ao comunismo no mundo muçulmano, existia até os anos 70 uma proximidade historicamente crescida entre o nacionalismo árabe antiocidental e progressista (o chamado "socialismo árabe") e a URSS. Quando o Egito, Argélia, Iraque, a OLP e outros ex-satélites do bloco comunista se voltaram para os EUA ou para a França, a Síria manteve seu link com a URSS, e após a virada pró dois Estados da OLP, com os cismas palestinos mais radicais. Até recentemente, inclusive, após a divisão dos palestinos em dois regimes, Damasco abrigava a liderança "externa" do Hamas. A "amizade" com Irã e Hizbullah é revestida, por outro lado, de um caráter mutuamente instrumental. A relação da Síria com o Líbano se pauta por algumas questões contraditórias: a primeira é o fato da Síria dificilmente reconhecer a soberania do pequeno irmão, cujo território foi artificialmente constituído pela França por pedaços anteriormente sírios no intuito de produzir um contrapeso à predominância

demográfica cristã no Monte Líbano, amputação territorial nunca reconhecida pelos sírios. Para os seguidores do patriotismo regional grão-sírio, o Líbano faz parte da Síria. Existe, portanto, o desejo de reintegrar o Líbano na Grã-Síria. Mas, por outro lado, o Líbano é mais moderno e cosmopolita do que seu vizinho - daí a infiltração do território libanês por serviços de inteligência sírios e as intervenções militares que, paralelamente à luta anti-israelense, são feitas para evitar que os sírios sejam "infectados" pela tendência crítica que vigora em Beirute.

Por outro lado, há o fator xiita internacional. Apesar da imprecisão do termo, é legítimo falar de um "eixo xiita" que vai de Teerã e Damasco até Hizbullah no Líbano. A hegemonia e até a sobrevivência do movimento xiita no Líbano dependem do influxo de armas e outras formas de apoio iraniano: tráfico viável já que apenas atravessa o território do Iraque e da Síria. O regime sírio usa seu controle das rotas vitais para o Hizbullah, aliado do Irã no Líbano, para extorquir concessões políticas e militares de seu compadre em Teerã.

A posição síria aproveitou uma crise existencial do Hizbullah: este, na verdade, está numa posição problemática desde a retirada unilateral de Israel de território libanês em 2000. Uma vez que o exército israelense foi embora, a posição do Hizbullah como "frente" anti-Israel se tornou mais fraca. Manter a retórica (e ocasionalmente alguma prática militar) antissionista é, portanto, fundamental para o Hizbullah, pois é dela que deriva boa parte de sua legitimidade e a justificativa para manter suas milícias e sua proeminência na convoluta paisagem política do Líbano. Ora, novamente, a aliança triangular Síria-Hizbullah-Irã proporciona vantagens propagandísticas a todas as partes. Do ponto de vista iraniano, o laço sírio abre um canal para posicionar armas e eventualmente tropas, mais perto do inimigo sionista, comprando assim influência na Síria. Para o Hizbullah, o fluxo armamentista é pré-condição para sobreviver. Mas o regime de Assad, por sua vez, também se beneficia do apoio de seus dois aliados xiitas. Desde que eclodiu a revolta em 2011, tanto o Irã quanto o Hizbullah proporcionam ajuda militar e política a Assad.

Apesar das aparências – os três "parceiros" são todos xiitas e enfrentam inimigos comuns: Israel, EUA, sunitas - em termos ideológicos não existe proximidade. O regime em Damasco é teoricamente nacionalista secular, praticamente um conglomerado de máfias sectárias pouco ideológicas. Por outro lado, tanto o regime em Teerã quanto o Hizbullah se inspiram do khomeinismo. São forças políticas com ideologia religiosa, que

consideram a Síria como uma base de apoio, um nó fundamental no eixo anti-EUA e anti-Israel, mas não como amigo religioso.³

A Síria da Primavera Árabe à Guerra Civil

Os movimentos reformistas e as demonstrações pró-reformistas da Primavera Árabe que eclodiram nos primeiros meses de 2011 evoluíram de maneira diferenciada em vários países. Na Síria, Assad respondeu às demonstrações populares, inicialmente pacíficas, que reivindicavam respeito aos direitos humanos e abertura política, com brutal repressão e logo massacres. Fechado o caminho político, a resistência se transformou de política em militar. Uma tal transição é quase sempre sinal de desespero, pois normalmente um regime consolidado dispõe de muito mais recursos militares para reprimir a oposição do que uma oposição possui para derrubar o regime. Na verdade, o regime de Assad reagiu com excessiva brutalidade, torturas, desaparecimentos, punições coletivas e massacres, que alcançaram um triste auge em agosto de 2013 com os ataques de gás tóxico que quase provocaram uma intervenção armada ocidental. Os ataques, inicialmente dispersos, se transformaram numa guerra civil que até 2014 vitimou mais de 130.000 pessoas, metade delas civis.⁴ Mesmo assim, o mero fato da guerra perdurar durante dois anos e meio já demonstra o surpreendente poder de resistência da oposição. Esta não conseguiu estabelecer regiões inteiramente libertadas, mas localmente desalojou as forças de ordem do regime, provocando repetidas batalhas de reconquista por parte do governo, com resultados variados.

Após três anos de conflito se desenham as seguintes **conclusões provisórias**:

(1) A extrema heterogeneidade política e religiosa não deixou na Síria uma base social forte e coesa o bastante para derrotar o regime de Assad. (2) A oposição, fraca para começar, sofreu ainda pelo frouxo apoio externo. (3) A ajuda russa e iraniana a Assad, contra a reticência ocidental, em apoiar a oposição permitiram uma conjuntura onde o

³ Os alawitas são uma seita heterodoxa e até recentemente não reconhecida do xiismo, enquanto a maioria dos xiitas libaneses e iranianos pertence ao ramo majoritário, o dos duodécimos. O reconhecimento do alawismo como xiitas “autênticos” pelo regime iraniano não passa de truque propagandístico.

⁴ Em agosto 2014, a ONU avaliou em mais de 191.000 o número de mortos:
http://edition.cnn.com/2014/08/22/world/meast/syria-conflict/index.html?hpt=imi_c2

uso de ADMs (Armas de Destruição em Massa) pelo regime sírio, ao invés de provocar uma intervenção, conduziu a um acordo internacional de neutralização das armas químicas que fortaleceu o regime. (4) Por outro lado grupos jihadistas na oposição anti-Assad, quase inexistentes há dois anos, são hoje o fator predominante em vários lugares. Na verdade estas milícias sunitas extremistas são o outro vencedor: conquistaram um ponto de apoio em território sírio, e estão preenchendo o vazio de poder em Estados limítrofes, gerando o espectro de uma internacionalização do conflito.

Detalhemos essas afirmações:

1. A fragmentação da oposição tem sido um bônus para o regime de Assad. O desequilíbrio de forças entre o regime (ainda apoiado pela Rússia, Irã, Hizbullah etc.) e as milícias da oposição, muito mais fracas e profundamente divididas entre si, levou essas últimas a pedirem ajuda às potências ocidentais e sunitas. A evidente falta de vontade dos EUA e da maioria dos Estados da União Europeia, resultado das frustrações de intervenções anteriores no Oriente Médio, deixaram as facções da resistência dependentes da ajuda da Arábia Saudita, Qatar, Turquia - e de voluntários jihadistas irregulares, muitos deles simpatizantes ou ligados a al-Qaeda. A evolução dos últimos três anos aprofundou a fragmentação da oposição e reforçou as correntes mais extremistas, sectárias, antiocidentais e totalitárias. Localmente grupos tais como a Frente Nusra ou ISIS (Da'ash, ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante) estabeleceram micro-Estadinhos intolerantes e opressivos lembrando o dos Talebã no Afeganistão.⁵ Por outro lado, grupos relativamente liberais ou secularistas da Coalizão Nacional Síria têm perdido apoio e terreno.

2. A passividade ocidental tem exacerbado a radicalização islamista dos oponentes sunitas próximos à al-Qaeda. Isto por si toca sinos de alarme nas capitais ocidentais, diminuindo ainda mais a disposição para providenciar armas, o que se torna um ganho para o regime de Assad, cuja tenacidade tem sido não menos surpreendente do que a de seus inimigos. Torna mais irreparável a fragmentação e as tensões entre grupos de resistência anti-Assad moderados e relativamente democráticos e secularistas

⁵ Em julho de 2014 Da'ash oficializou o estabelecimento de um califado chamado "Estado Islâmico" em partes da Síria e Iraque

por um lado, e os com crescente expressividade islamistas, por outro. Como consequência, a frente está se fragmentando numa guerra triangular que opõe o regime Assad tanto à oposição liberal, relativamente pró-ocidental, quanto às milícias jihadistas sunitas, que também combatem umas as outras. Não há claro ganhador nesse embate, e os especialistas especulam que em virtude do equilíbrio de forças a guerra arrisca se prolongar por anos. Desde *ca.* dezembro de 2013 os EUA consideram a Síria não mais como problema político e humanitário, mas como ameaça securitária, interromperam a entrega de ajuda à oposição mesmo (nominalmente) pró-ocidental e começaram a contemplar a negociação com Assad ou grupos islamistas ou ambos.⁶

3. a questão das ADMs eliminou provisoriamente o risco de intervenção e enfraqueceu as forças democráticas e pró-ocidentais a favor dos interesses do eixo xiita e dos jihadistas sunitas.

Em termos militares, locais tanto quanto internacionais, a guerra civil síria passou por uma virada crucial em meados de 2013.

Até a recente resolução do Conselho de Segurança proibindo as armas químicas de Assad e ordenando sua destruição, tentativas consecutivas para legitimar alguma forma, mesmo que modesta, de intervenção internacional foram obstruídas pela Rússia e pela China.

No início de 2013 muitos observadores avaliaram a queda do regime de Assad como uma mera questão de tempo. Porém, na primeira metade do ano o regime não só demonstrou uma surpreendente resiliência como também começou a reconquistar terreno perdido. Sem dúvida o apoio mais firme por parte do Hizbullah e outros aliados influenciou. Mais importante era a reticência dos torcedores ocidentais da posição síria para intervir a favor da oposição democrática. Tanto o governo quanto o público nos EUA se opunham a uma intervenção; na Europa, os governos da França e da Grã-Bretanha mostravam mais entusiasmo mas sem o aval de seu próprio eleitorado; e a UE ficou paralisada, com Alemanha e outros Estados contrários a uma intervenção. O ocidente entregou apenas uma modesta ajuda “não-letal” à resistência democrática e islamista moderada. Por consequência esta foi paulatinamente ultrapassada pelos

⁶ Ver Sarah Birke, 2013, “How al-Qaeda Changed the Syrian War”. In: NYR - New York Review of Books. Disponível em: http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2013/dec/27/how-al-qaeda-changed-syrian-war/?insrc=hpss&utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=%2AMideast%20Brief&utm_campaign=Mideast%20Brief%201-3-2013

guerrilheiros islamistas radicais que não sofreram tais limitações e se beneficiam de amplo apoio financeiro da Arábia Saudita, Qatar, do *Gulf Cooperation Council* e de doadores particulares no Golfo - e da entrada de milhares de voluntários jihadistas estrangeiros.

Obama colocara o uso de ADMs como “linha vermelha” cuja transgressão provocaria uma intervenção. Em julho um ataque com gás letal pelo regime de Assad matou centenas de opositores e civis indefesos em Damasco, desencadeando uma crise internacional: não reagir minaria a (já afetada) credibilidade dos EUA e tiraria qualquer remanescente influência ocidental sobre a oposição além de exibir uma covardia imoral. Mas o governo de Obama mostrou uma patente falta de vontade para intervir. A opinião pública tanto quanto o Congresso estadunidense rejeitou ainda mais qualquer reação militar - mesmo uma relativamente “segura” e pouco comprometedora como *p.ex.* através do uso de alguns bombardeios aéreos simbólicos (no estilo dos ataques contra Belgrado em 1999). Rússia, China, Irã e outras potências estiveram totalmente contra; especulou-se na mídia até o cenário da Rússia colocar como armadilha “alvos” tripulados para dissuasão: baixas russas desencadeariam uma gravíssima crise internacional. Antes da crise das armas químicas alcançar este nível, os próprios russos propuseram que o governo sírio eliminasse voluntariamente seu arsenal não-convencional sob controle e com ajuda dos órgãos especializados da ONU. Assad, que temeu uma intervenção ocidental, rapidamente assinalou seu aval. Aliviados, os EUA aceitaram a saída “honrável”, evitando uma derrota de Obama no Congresso e internacionalmente. Não aconteceu nenhuma ação punitiva contra o regime sírio.

A partir deste ponto, a **guerra civil** síria, que continua sem interrupção, **mudou de caráter:**

- o regime de Assad recuperou respeitabilidade por mostrar “boa vontade” e se engajar em tratativas com a comunidade internacional, sem que por isto pareça se enfraquecer militarmente;
- a oposição democrática anti-Assad se sentiu traída e perdeu folego e território contra as forças do regime - e contra milícias sunitas extremistas que não a reconheciam. Seguiram-se batalhas entre milícias da oposição ideologicamente inimigas;
- os grupos jihadistas radicais (em particular Jubhat al-Nusra e Da`ash/ISIS, ambos vinculados à al-Qaeda e entrando na Síria a partir da Turquia e do Iraque) se

fortaleceram e conseguiram implantar “mini-emirados”, em particular no norte e leste da Síria. Estão impondo localmente, com extrema brutalidade um regime islamista sunita radical e perseguem xiitas, cristãos e outros: em consequência a brutalidade de Assad parece agora menos excepcional e/ou inaceitável;

- A influência dos EUA no Oriente Médio sofreu uma erosão e o poder russo aumentou. O cenário de uma intervenção internacional desapareceu por completo.
- O enfraquecimento da oposição moderada e a expansão de grupos jihadistas são vistos com crescente preocupação por Washington, como potencial nova base de terrorismo antiocidental. No começo de 2013 os EUA encerraram seu apoio à oposição, e estão reconsiderando suas opções. Contemplam p.ex. trabalhar junto com Assad, os russos e/ou o Irã contra os jihadistas sunitas. Isto fortalece ainda mais o eixo xiita apoiado pela Rússia e contra a qual as demonstrações de 2011 se levantaram.
- Outros ramos dos mesmos grupos jihadistas estão estabelecendo zonas independentes no Iraque ocidental (Anbar) região fronteira com a Síria. Entreve-se a possibilidade de um Estado al-Qaeda unificado englobando partes dos dois países. Baseado em extensa violação de direitos humanos tais como entendidos no ocidente, tal Estado não apenas acabaria com quaisquer experimentos democráticos como estabeleceria um regime fundamentalista sunita. Tal emirado se considerará como núcleo de um futuro califado universal e funcionará como plataforma de lançamento de operações terroristas e militares contra alvos ocidentais, mas também antirussos, anti-iranianos, antichineses, etc.⁷

4. o risco de uma explosão regional cresceu. Apesar das tentativas para contê-la, a guerra civil síria está, portanto, desestabilizando todo o mundo árabe. A guerra civil, ao invés de se limitar, está se espalhando. Isto traz dois prolongamentos regionais: uma crise humanitária de refugiados, e uma extensão da beligerância além das fronteiras.

Um em cada três sírios fugiu de sua moradia em busca de segurança. O número de refugiados sírios em Estados vizinhos alcança mais de dois milhões com previsão de

⁷ A previsão tem se realizado ao decorrer do ano 2014.

chegada de muito mais.⁸ Este deslocamento maciço desafia os meios de absorção de Estados acolhedores e dos órgãos internacionais de ajuda emergencial, e está produzindo uma crise humanitária de grande envergadura.

O que é pior é que, exceto a Turquia, cada um dos Estados recipientes já sofre por si mesmo de gravíssimos problemas de coexistência entre etnias e seitas. Semelhante a como a chegada de refugiados palestinos após 1948 e 1967 produziu mortíferas tensões comunitárias no Líbano e eventualmente constitui o estopim da guerra civil de 1975-1990, assim o influxo de centenas de milhares de refugiados sírios das mais diversas comunidades arrisca romper os frágeis equilíbrios comunitários nos países vizinhos e provocar ondas de violência em série. Os dois países em maior risco são o Líbano e o Iraque. Beirute e Trípoli já vivem uma recrudescência de violências provocadas pela entrada de tropas Hizbullah na Síria ao lado de Assad: rixas sectárias e ataques terroristas anti-xiitas, produzindo atos de vingança anti-sunitas. No Anbar iraquiano e na região predominantemente sunita do Iraque central (Falluja) a discriminação anti-sunita pelo governo de Maliki alimenta ressentimentos que preparam o terreno para a militância de ISIS e de grupos jihadistas afins.

Não é necessária muita imaginação para traçar um cenário sírio que possa incendiar o Oriente Médio inteiro, criando uma crise de amplitude global.

O paradoxo da não intervenção: O que é necessário fazer – e porque os sírios não podem fazê-lo sozinhos

Estamos, portanto, frente a uma situação paradoxal (embora não única na história). Há dois anos, uma ajuda externa relativamente modesta (armas, treinamento, talvez a imposição de zonas de exclusão aérea e de refúgios) a uma população sedenta para se livrar de um tirano e por estabelecer um início de democratização, poderia ter sido suficiente para encorajar as forças democráticas e progressistas e lhes outorgar a vitória. As democracias tinham uma oportunidade para promover, a baixo custo, uma

⁸ 6,5 milhões de sírios são desalojados no próprio país. De acordo com a ONU, em setembro de 2014 a Turquia acolheu 1 milhão de refugiados e o Líbano 667.000. Outras grandes concentrações de refugiados sírios buscaram abrigo no Iraque, na Jordânia e no Egito: <http://www.reuters.com/article/2014/08/29/us-syria-crisis-refugees-idUSKBN0GT0AX20140829>

mudança de regime com óbvio apoio da maioria da população. Essa é uma hipótese que nunca mais poderemos testar. A prolongada reticência (ou impotência) da comunidade internacional em tomar uma decisão, por medo de piorar uma situação já bastante complexa, resultou na própria piora que buscou evitar e tornou um conflito nacional de difícil resolução num beco sem saída com risco de internacionalização. Hoje até uma intervenção muito mais robusta e incluindo “botas no chão”, teria grande dificuldade de simplesmente estancar o sangramento. Hoje o preço é mais elevado e o que se obtém em troca, menos animador.

Na realidade, a eventualidade de uma intervenção, ainda discutida em meados de 2013, está hoje praticamente enterrada. Desde a “solução” vergonhosa da crise das armas químicas, ninguém mais seriamente a propõe. Os diplomatas se esconderam atrás as esperanças ilusórias de um congresso de paz multilateral. Desde o fracasso (anunciado de antemão) do congresso “Genebra II”, janeiro de 2014) e sob o espectro da fulgurante expansão do Estado islâmico em meados do ano, não mais houve iniciativas diplomáticas sérias envolvendo a própria guerra civil síria. Talvez o adiamento da catástrofe inevitável seja a única tarefa viável para diplomatas. Como intelectuais responsáveis precisamos, contudo, transcender as restrições de um realismo que só faz círculos insensatos. Precisamos refletir sobre as necessidades para resolver um conflito que só piora e se expande – mesmo se os contornos forem, na conjuntura atual, improváveis. Proponho abaixo tal exercício em utopia:

A Síria precisa de uma nova constituição, para expressar um novo contrato social.

Historicamente contratos sociais foram a responsabilidade exclusiva de uma nação –um grupo habita certo território e, a partir de determinadas características coletivamente aceitas e internalizadas (língua, costumes, religião, certos valores, a memória de um inimigo comum...) desenvolve e formula os princípios constitutivos de sua convivência. Os franceses desenvolveram uma república laica centralizada, os ingleses um parlamentarismo baseado em representações locais, os alemães um império autoritário baseado numa identidade ancestral, etc. O processo podia demorar anos ou séculos, mas eventualmente todos expressaram sua identidade coletiva num Estado territorial. A fórmula fez sucesso, e hoje a terra inteira está partilhada em 200 Estados

soberanos, que teoricamente abrigam uma nação cada. A ideologia nacionalista até hoje se baseia neste valor da autodeterminação, e o princípio da autodeterminação, transposta da nação para o Estado que (supostamente) a expressa, se tornou a ideologia normativa da comunidade internacional. Consequentemente a soberania do Estado é a pedra angular da lei internacional e da ONU.

Porém a mesma autodeterminação também coloca alguns limites: os critérios da participação política, a difícil coexistência entre nações - e os Estados multi- ou não-nacionais.

Por um lado, há o problema do critério do pertencimento, da cidadania. Um Estado que acolhe todos os estrangeiros que assimilem sua língua, seus valores, arrisca diluir sua nacionalidade e entrar numa crise de identidade. O Estado que, pelo contrário, exclui *a priori* a entrada de novos “candidatos” pode se tornar um monstro de *apartheid*, de discriminação e até de genocídio.

Por outro lado, há o problema do choque das autodeterminações. A terra é cada vez mais explorada, a pressão sobre recursos finitos aumenta, as populações se expandem, mas os territórios permanecem os mesmos. Conflitos e guerras resultaram da competição desordenada entre nações. A industrialização e a modernização trouxeram grande prosperidade, mas igualmente tornam as massas urbanas cada vez mais vulneráveis. A corrida armamentista produz armas cada vez mais destruidoras. As guerras mundiais do século passado comprovaram como os Estados-nação têm se tornado perigosos mutuamente e, não raramente, também para seus próprios cidadãos. Não por acaso, a Liga das Nações e a ONU, que são as primeiras tentativas sérias para controlar o comportamento dos Estados, nasceram como remédios políticos decorrentes das guerras mundiais.

Apesar de suas importantes realizações, os experimentos para encaixar as tendências agressivas de Estados contra outros Estados ou contra seus súditos, não avançaram o bastante. A ONU e outras estruturas supranacionais estão paralisadas pela tenaz resistência dos Estados individuais que (frequentemente exortados pelas próprias populações nacionalistas) insistem na sua soberania. Estamos ainda no sistema meio anárquico que simultaneamente produz insegurança e torna arriscado demais ceder soberania a uma instância mais abrangente, que seria a única saída do dilema da segurança. Portanto o próprio Estado deve ser repensado.

Há, porém, ainda um terceiro problema: muitos Estados atuais não nasceram como resultado de movimentos de nações que antecederam o (“seu”) Estado. Muitos Estados são fruto de invasão, colonização e depois descolonização de populações que se encontraram mais ou menos por acaso dentro de um mesmo território: a própria luta contra o colonizador é então o fator que forja (bem ou mal) uma nova nação, meio artificial, com fronteiras arbitrárias, e travada por contradições. O resultado de tal heterogeneidade pós-independência registra frequentes tensões étnicas e comunitárias: lembremos os casos da Índia, Indonésia, e de muitos Estados africanos. O mundo árabe não é diferente, como vimos acima. E dentro do mundo árabe, a heterogeneidade alcança seus níveis mais extremos na Síria e seus vizinhos. A própria fraqueza (ou multiplicidade) das identidades nacionais pode, em tais Estados, provocar, por compensação, um verdadeiro culto ao Estado...

Facilmente esquece-se que tal quase-sacralização do Estado nacional não é uma lei da natureza, mas o resultado de lutas históricas. O Estado, como forma específica para organizar sociedades, atrelou vantagens para as populações mas a um alto preço humano.

Com a globalização, não apenas econômica, financeira e midiática, como também militar e cultural, o preço de manter a primazia do Estado soberano ameaça se tornar ainda mais alto. A Síria exemplifica uma conjuntura quando o respeito à soberania (ainda amplamente incorporado à lei internacional) parece acarretar maiores desvantagens do que sua violação. O Estado é um fenômeno com um começo no passado; terá também um fim futuro. Este fim chegará quando as populações humanas concluírem que o preço da sua manutenção excede seus benefícios. Apenas então se desenvolverão novas formas políticas alternativas que, idealmente, combinarão as vantagens da autodeterminação com as da coexistência global.

Não podemos no âmbito deste artigo detalhar o conteúdo de um contrato social desejável para uma sociedade tal como a Síria: ultra heterogênea, traumatizada, sem fronteiras e princípios consensuais, sem qualquer experiência histórica democrática, e profundamente marcada por uma religião explicitamente universalista e antinacional: o islã. Se não houvesse diferenças entre etnias, religiões, e nações, os Estados como os conhecemos nunca teriam emergido. Além do mais, as diferenças que estão rasgando o corpo social da Síria não param nas suas fronteiras meio artificiais, elas ameaçam também desestruturar seus vizinhos. Podemos, contudo, apontar algumas matrizes.

Qualquer futura base de coexistência, para ter uma mínima viabilidade, implicaria um respeito a essas particularidades.

O mínimo necessário para endereçar construtivamente a tragédia na Síria já constitui em si um pacote extremamente ambicioso: (1) democratizar para conter a fragmentação, (2) pacificar o autoritarismo violento, (3) reassentar e reabilitar a economia e sociedade desestruturadas, e (4) dividir os islamistas para integrar as alas mais moderadas:

1. governo da maioria com garantias para as minorias. Esta precondição é provavelmente a mais crucial, pois a Síria, como o Crescente Fértil em geral, se caracteriza pela fragilização das hierarquias tradicionais entre comunidades, tais como estas funcionaram no império otomano, que precedeu a fragmentação colonial da região pós-Primeira Guerra: muçulmanos e não-muçulmanos, sunitas e xiitas, árabes e não árabes, etc. (cada grupo subdividido em subgrupos com seus preconceitos mútuos às vezes brutais). As divisões tradicionais de poder, riqueza e prestígio já estavam em decomposição no século 19. No século 20 nenhum princípio de ordenamento social conquistou uma hegemonia consensual. Pelo contrário, os processos simultâneos de afrouxamento e de crescente rigidez das divisões comunitárias têm produzido insegurança, incertezas, e tentativas de (re)impor hegemonias. As autocracias estabelecidas no mundo árabe são fruto destas tentativas hegemônicas, mas a crescente educação e globalização das populações exauriram sua viabilidade. Numa tal situação a **democracia que combina o poder da maioria com a proteção das minorias, e que assim combina autodeterminação com direitos humanos**, parece o único modelo viável que possa garantir uma convivência mais ou menos bem-sucedida. Não por acaso a democratização foi a reivindicação principal dos protestos pacíficos que desencadearam a tragédia síria em Março de 2011.

No caso da Síria, a minoria alawita (mas também outras minorias associadas a eles, p.ex. os cristãos) precisa ceder sua hegemonia: mesmo no cenário mais otimista não o fará sem **garantias** para sua segurança, explicitamente ameaçada por milhões de pessoas que por décadas sofreram as indignidades que a elite política-militar alawita lhes impôs (além do anti-xiismo visceral dos sunitas radicais). Só nesta condição uma **partilha do poder pode fazer jus à heterogeneidade da sociedade sem atomizá-la**. Tais garantias só possuirão credibilidade se as novas regras forem incorporadas em novas **instituições** autônomas do governo, p.ex. uma magistratura independente,

partidos, sindicatos, imprensa e organizações religiosas livres. Nenhuma democracia pode funcionar sem o consentimento dos governados e sem um governo claramente limitado, que deixa amplo espaço à sociedade civil.

2. resolução não-violenta de conflitos. Nenhuma sociedade pode sobreviver num clima de permanente violência aberta. Em muitas sociedades pré-modernas, as funções são atribuídas e as regras mantidas pela ameaça de violência punitiva, nunca longe da superfície. As sociedades árabes não foram exceção. Apesar da existência de moldes tradicionais de resolução de conflitos por negociação e do efeito muitas vezes moderador da religião, suas características autoritárias e patriarcais e até tribais mantinham um alto grau de violência dentro da família. Recentemente a população síria afundou numa prolongada involução dessas normas de convivência de antemão já desiguais, tanto entre seitas quanto entre regiões e classes. Os moldes autoritários ao mesmo tempo inibem a experiência e provocam ciclos de *vendetta* e outras formas de violência.

A pacificação da sociedade, *conditio sine qua non* para a sociedade civil florescer, depende da internalização da norma da não-violência. Esta por si se constrói não menos pela educação do que pela repressão. A tarefa será árdua, mas não impossível. Não há nenhuma razão porque os sírios, apesar de sua heterogeneidade, não possam conviver num mesmo patamar de violência aberta mínima que marca p.ex. as sociedades escandinavas, o Canadá ou o Japão. Mas ninguém deveria subestimar o longo caminho de aprendizado.

3. reabilitação extensa da infraestrutura afetada pela guerra civil e dos serviços médicos, educacionais e sociais, e para o retorno e a reintegração dos milhões de refugiados.

4. inclusividade. O desafio mais fundamental da Síria não é exclusivo deste país, mas atravessa o mundo muçulmano inteiro: a construção de uma base de valores guiando a convivência. Isto remete ao papel da religião e merece uma discussão um pouco mais aprofundada. Para ter uma chance de aceitação duradoura, será imprescindível incluir no contrato social uma integração dos **islamistas** - pelo menos dos islamistas moderados.

O problema do islamismo

Esta problemática transcende de longe a da convivência das seitas e etnias. Conflitos entre alawitas e sunitas, entre cristãos gregos-ortodoxos e drusos, ou entre curdos sunitas e armênios católicos etc., são em última instância meros conflitos de poder. Têm suas raízes em brigas antigas meio esquecidas, conflitos que se dobram frequentemente por desigualdades e/ou exploração econômica, instrumentalizadas pelas elites no poder, e nutridas por preconceitos mútuos. O mito mais disseminado - e o mais perigoso - no Oriente Médio é talvez o do jogo de soma zero, que congela inimigos na convicção fatal da impossibilidade de pactuar e partilhar com o outro, pois o outro “não é confiável” por natureza. Muitas vezes os parceiros nem se lembram das causas das diferenças que os opõem. Às vezes as diferenças entre eles são muito mais recentes e/ou artificiais do que acreditam.

O que acontece na Síria é apenas uma variação dos dramas que se desenrolam no Líbano, Iraque, Egito etc. E os conflitos sectários no Líbano, Iraque e hoje na Síria não são muito diferentes das animosidades que infernizaram a Bósnia, Sri Lanka, ou Ruanda. Portanto, estes conflitos são, *a princípio*, passíveis de solução num quadro democrático, dada uma (re) partilha de territórios e recursos e de um processo (necessariamente difícil e longo) de pedir e dar perdão, de superar traumas e de aceitar a legitimidade do outro.

O conflito que opôs islamistas a democratas é de uma outra ordem. Não se baseia em preconceitos que podem ser “desaprendidos”, mas numa contradição fundamental sobre como ordenar a sociedade humana baseada em leituras incompatíveis das fontes normativas para os seres humanos. Interessantemente, neste embate democratas seculares e muçulmanos modernistas e/ou liberais estão do mesmo lado: a linha divisória não sobrepõe a da confissão, mas a cruza!

Para um sunita sírio modernista, a democracia lhe outorgaria um monopólio do poder baseado na proporção demográfica, que ele compartilharia com representantes das demais comunidades, minoritárias da Síria, no intuito de consolidar um sistema político estável e minimamente equitativo para todos, o que implica no consentimento de todos e na satisfação da grande maioria.

Para um sunita islamista radical, por outro lado, o poder da *umma* sunita é vontade divina, e nunca poderia legitimamente ser compartilhado com comunidades infiéis ou (ainda pior!) heréticas tais como os xiitas. E este poder hegemônico independe da proporção demográfica, portanto valeria na Síria, (maioria sunita) mas não menos no Iraque (maioria xiita) ou na Índia (maioria hindu, politeísta) em Israel ou até no ocidente onde muçulmanos constituem ínfimas minorias. Os extremistas violentos jihadistas consideram a islamização do mundo inteiro como um processo inacabado.

Democratas (que podem então ser ateus, cristãos, muçulmanos etc.) consideram com alarme qualquer programa supremacista, inclusive o islamista. No melhor cenário, contemplam a integração de partidos islamistas moderados no jogo democrático como a estratégia mais *prudente*, numa aposta de que tal integração eventualmente moderasse a prática e até o programa islamista (o que acontece p.ex. na Turquia).⁹ A aceitação democrática de islamistas mantém, portanto, sempre um elemento condicional: eles são bem-vindos enquanto jogarem pelas regras do jogo democrático.

Os islamistas, por sua vez, podem aceitar jogar aos democratas e participar nas eleições, para aumentar sua base de poder. Tampouco do ponto de vista islamista, portanto, a aceitação do outro sistema é incondicional: ela permanece uma tática. O conflito entre democracia e islamismo não depende da presença de seitas ou etnias, embora a heterogeneidade possa exacerbar o conflito. Mas ocorre também no Egito, onde 90 % é sunita, e na Tunísia, onde quase a população inteira o é.

A grande maioria dos sírios é muçulmana, e a tendência ideológica atualmente mais importante no mundo muçulmano é o islamismo: o fundamentalismo islâmico que não pretende – ao contrário dos modernistas muçulmanos – adaptar o islã à modernidade, mas a modernidade aos ditames eternos do islã. Como em outros países há maioria muçulmana (Egito, Paquistão...) a emergência nas últimas décadas de programas e movimentos (aliás, muito divergentes entre si) islamistas antimodernos, antiocidentais, e (pelo menos na teoria) antinacionais e antidemocráticos, se deve parcialmente ao fracasso dos partidos secularistas tanto liberais quanto socialistas ou nacionalistas. Ela se baseia na, mas transcende a, “volta da religião”, sendo também um processo transnacional - aliás muito mais amplo do que o próprio islã, encontrando-se

⁹ Processo inacabado como demonstra a recente luta entre o AKP de Erdogan e os islamistas moderados do movimento Hizmet (Gülenista)

em comunidades cristãs, judaicas, hindus, budistas, etc., e devendo seu ímpeto a certas insatisfações inerentes à modernidade.

No mundo muçulmano em específico, *o declínio de fatores políticos secularistas coincide com a derrota histórica de programas modernizadores* pautados em direitos individuais, o “liberdade, igualdade e fraternidade” que subjaz a sociedade moderna. A integração dos islamistas que foram duramente perseguidos pelo regime dos Assad, mas constituem a maior parte da oposição, será sem dúvida o elemento mais problemático na escrita de novas “regras do jogo” na Síria. Deve ser feita com delicadeza para não alienar nem os islamistas nem os vários grupos não-islamistas.

Conclusão: Como turbinar uma utopia?

Uma olhada superficial nesta lista das precondições necessárias para viabilizar um acordo que vai além de um curto cessar-fogo mostra que a tarefa de engenharia social e cultural é extremamente ambiciosa, e requer recursos políticos e humanos que vão muito além dos presentes na sociedade síria atual. Só esta consideração já comprova que a transformação necessária para curar a guerra civil é impensável sem um engajamento internacional maciço que deve contar com facetas civis tanto quanto militares. A força militar e policial será vital nos primeiros estágios para vigiar o cessar fogo e proteger as comunidades umas das outras e evitar vinganças: obviamente apenas soldados não associados a nenhuma das partes poderão inspirar a confiança necessária para começar um processo de conserto.

Precisamos ser honestos com nós mesmos: na conjuntura atual, uma intervenção estrangeira multilateral tal como esboçada aqui tem se tornado ainda mais improvável do que antes. É utópico (mas não por isto insensato) pensar sua atuação consensual conforme a lei internacional, *i.e.* legitimada pelo Conselho de Segurança, com sua preponderância de Estados opostos a uma intervenção.

É preciso também nos realizar que a não-implementação condena a Síria, a menos que uma vitória definitiva de Assad e da restauração de sua tirania, à continuação do derramamento de sangue. A rejeição da hipotética intervenção expõe a região inteira ao risco de expansão de um conflito que se tornará ainda *mais* internacionalizado, mais difícil de conter, e mais perigoso. *Uma continuação da política passiva equivale a observar*

o fogo espalhar-se na ilusão de que o observador está imune às queimaduras. Os defensores da não-intervenção coincidem não por acaso com os BRICS. Rússia, China e Índia podem ser mais susceptíveis à violência comunal do que as sociedades ocidentais e latino-americanas, mas o que conta é que um mundo mais seguro para todos só se constrói pelo engajamento de todos. Este engajamento é política e moralmente arriscado, caro, e os resultados são incertos. Mas, a alternativa é pior e o adiamento não diminuirá o custo e os riscos. É irrelevante se a não-intervenção é ditada por motivos grosseiramente interesseiros ou perfeitamente honráveis: na política internacional somos todos consequencialistas. Se as linhas de força esboçadas acima se verificarem, mais para frente, a comunidade será obrigada a tomar providências pró-ativas mesmo assim, e em condições ainda menos favoráveis.

A determinação do conteúdo de qualquer nova constituição síria cabe aos sírios. No entanto, a paz regional no mundo árabe, e no vasto Arco da Crise que sobrepõe o mundo muçulmano da África Ocidental atravessando o Oriente Médio e Ásia Meridional até Indonésia e as Filipinas é um bem coletivo da humanidade inteira. A manutenção ou reimposição do quadro não-violento dentro do qual o novo contrato social se discutiria, cabe à comunidade internacional – ou a qualquer agrupamento de Estados que levaria para frente a tarefa.

Mencionamos acima quatro princípios mínimos, simples para listar, mas complicadíssimos para implementar, que constituem uma *conditio sine qua non* do restabelecimento da paz na Síria: (a) democracia, (b) valores e práticas não-violentos, (c) reabilitação material e social, e (d) a inclusão dos islamistas. À série deve-se provavelmente adicionar um quinto princípio: a solução síria **condiciona-se à solução de outros conflitos médio-orientais**. Esta complicação adicional resulta da expansão regional e complexidade do conflito sírio decorrente do fracasso da diplomacia prévia. Ou seja, uma tarefa de antemão já maciça e difícilima vira ainda mais gargantuesca devido à isenção internacional anterior.

Há dois motivos imperativos para vincular tentativas de resolver ou gerenciar a guerra civil na Síria com alguns outros conflitos. O primeiro é que eles são interligados. Inúmeros exemplos ilustram os riscos regionais. Para mencionar apenas alguns deles: a participação do Hizbullah na guerra síria provoca a recrudescência de tensões entre xiitas e sunitas em Beirute, Trípoli e outras cidades libaneses. A situação dos refugiados sírios no Egito oscila com os altos e baixos do embate entre a Irmandade Muçulmana e o

exército. As rotas terrestres permitindo o aprovisionamento do arsenal sírio pelo Irã passam pelo Iraque, tornando mais vital a satelitização do Iraque pelo Irã, o que por sua vez provoca ataques terroristas anti-xiitas por células sunitas em Bagdá, Baquba e outros lugares. Batalhas entre forças pró e anti Assad perto da linha do cessar fogo nas colinas do Golã anexado a Israel têm conduzido a tiroteios que pela primeira vez desde 1974 estão desestabilizando o cessar fogo sírio-israelense; a guerra civil também se desdobra em tensões dentro das vilas drusas ocupadas por Israel. A crise síria causou a entrada maciça de refugiados na Turquia e algumas cidades na zona fronteira se transformam em pontos de acolhimento de voluntários jihadistas vindos da Europa, Ásia Central e alhures. A tensão entre a Turquia e a Síria (que joga a carta curda) interfere no vulnerável processo de apaziguamento turco-curdo na Anatólia oriental. As ameaças mútuas entre Israel e o Irã e a corrida nuclear entre eles se torna tão vital para o Irã manter o regime sírio aliado quanto para Israel afastar a influência iraniana da Síria e do Líbano...

O segundo motivo a favor de um *linkage* é ideológico. Um dos argumentos mais comuns contra uma intervenção internacional é o da seletividade hipócrita: porque mexer na Síria ao invés de pressionar Israel, amigo dos EUA, para se retirar dos territórios palestinos? Porque promover uma democratização no Egito, mas não aplicar a mesma energia para ajudar as forças reformistas na Arábia Saudita, principal exportador de petróleo para o mundo industrial ou no Barein, ponto de ancoragem da marinha estadunidense? Paradoxalmente o sentimento antiocidental no mundo árabe é muito mais forte nestes dias do que nos anos quando Washington e Paris apoiaram os “tiranos amistosos” em Cairo e Tunis.

O contra argumento de que é impossível enfrentar todos os problemas de vez não funciona quando a interrelação entre todos os conflitos médio-orientais se torna em si um impedimento à solução de qualquer um deles separadamente. Talvez estejamos num quadro onde a solução de cada conflito depende da solução de todos os demais. O caso sírio desafia a comunidade para forjar um consenso. É também uma oportunidade – talvez uma das últimas de fazê-lo antes que vitórias de jihadistas obriguem medidas mais dramáticas. No ocidente a reviravolta anti-intervencionista pós-Afeganistão e pós-Iraque tem conspirado com os cálculos frios de estadistas antidemocráticos e antiocidentais na Rússia e na China para inviabilizar na Síria o tipo de intervenção necessária. Repetimos o porquê da urgência de uma intervenção, hoje impopular. Ela

seria necessária para: terminar o genocídio mútuo; colocar as bases para uma coexistência melhor (portanto, mais livre e igualitária) das comunidades que compõem a sociedade síria; frear o avanço de forças islamistas radicais que são os inimigos não apenas do ocidente, dos judeus e dos cristãos, mas também da Rússia, da China – e da esmagadora maioria dos muçulmanos no mundo! Previsivelmente, o resultado da isenção da comunidade internacional tem sido não apenas uma mancha moral como também o começo de uma catástrofe estratégica: a consolidação de núcleos territoriais controlados por “filhotes” de al-Qaeda que irão ameaçar a todos.

Esbocei uma utopia: uma intervenção multinacional para desmilitarizar os grupos que, por interesse ou por ideologia, estão massacrando a população síria, e para semear as sementes políticas e sociais para uma nova convivência. Se uma intervenção externa fosse implementada pela força, expressaria a proeminência dos EUA; mas se contasse também com uma participação muçulmana e refletisse a pluralidade da humanidade – e porque não também com participação brasileira? – tal programa não seria um pesadelo neoconservador, mas sim um projeto “neo-progressista”. Depende de nossa sabedoria coletiva se a empreitada se faz necessária já – ou apenas quando os jihadistas se fortalecerem tanto que forçarão uma nova guerra internacional.

BETWEEN TWO WORLDS: THE CASE OF THE PALESTINIANS IN ISRAEL

Alcindo Gabriel Francisco¹

“Do you know what it’s like to be a minority in this country? I hope you never find out what it’s like to be a minority”. This is how Lucy Aharish, an Israeli Arab television host reacted to her guest Benzi Gopstein, an Israeli trouper from Kiryat Arba in the West Bank, during her current-affairs program on Channel 2 earlier this month. Often criticized for her silence, the first Hebrew-speaking Arab to present a show in Israeli television could not take it any longer after the extreme right-wing guest expressed his vision of the place which Arab citizens occupy inside Israeli society, a place he believes shouldn’t exist. Aharish answered his strong statements by sharing the experiences of a person living in two worlds and not belonging to any of them.²

The journalist’s struggle is routine to many Israelis. More than ever, Israeli Arabs have to balance between two worlds, two identities and two nationalities. This essay will endeavor to portray the many aspects that shape the identity of the Arab citizens of Israel. The evolution of the individual and collective identity of this group breaks through the history of the Palestinian struggle and the developments of civil rights in Israel, balancing and strengthening the country’s democracy. Israeli Arabs’ relationship with the state is marked in bold terms by contradicting attitudes where the Palestinian nationalism and the Israeli citizenship try to adjust to each other. Such combination has permitted an astonishing commitment of this group to peace and coexistence, but it still calls the attention to the intrinsic problems and contradictions of Israel’s ethnic democracy.

¹ Alcindo Gabriel Francisco é graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem cursos e pesquisas pela Universidade Hebraica de Jerusalém e atualmente é funcionário da Missão Americana no Brasil.

² Moran Sharir, “*Mad as hell: When the Arab news anchor couldn’t take it anymore*”, Haaretz, July 8, 2014.

The State of Israel is by many scholars considered a democracy and concurrently a Jewish State. Its image has become routinely associated with its Jewish population, making it commonplace to use the terms Israeli, Jews and Israeli Jews interchangeably. Politicians, journalists and the general public tend to equate Israelis to the Jewish population living in the territory of the state of Israel. This is a common and yet serious mistake.³ Although the state is a result among other things of the liberation of the Jewish people, Israel during its independence chose to grant citizenship status to all citizens living in the territory. For this reason, Israel is today home to a wider population. Jews, in fact, comprise about 75 percent of the country's 8,2 million citizens. Arabs follow as the largest demographic minority, with estimate 1,7 million citizens.⁴ Although they compose an ethnic minority, this is a relevant slice of the country's population, and a growing one. The Israeli Central Bureau of Statistics forecasts that the number of Arab citizens will continue to grow faster vis-à-vis its Jewish counterparts. The fertility rate among Arabs, although in decline, is still higher. It is predicted that by 2050 they will compose around 35 percent of Israel's population, thus signaling a relevant turn of events.

However, this is not a homogeneous population. In fact, Arabs in Israel are part of a rather diverse community. Arabs in the country are 83 percent Muslim, 9 percent Christian, and 8 percent Druze.⁵ This is quite a sensitive point since religious differences shape the opinions and individual identities of this group - which the Israeli government has consistently used in its favor. Yet, it is important to notice that they all hold one element in common: none of them are Judaic.⁶ This clear fact marks off Arabs as a distinct religious minority, as opposed to the Jewish majority.

The contrast between the two groups is axiomatic. Most Arabs live entirely different lifestyles and have a relatively more conservative culture. Aesthetics, symbols, dress codes and styles are very unique and translate each group's ancient and modern traditions. Also, names, family dynamics and physiognomy of each population make it almost impossible to mistake one group by the other. The dominant culture is that of the

³ Ilan Peleg and Dov Waxman, *Israel's Palestinians: The Conflict Within*, 20.

⁴ Lidar Gravé-Lazi, "On its 66th birthday, Israel's population nears 8.2 million", The Jerusalem Post, May 1, 2014.

⁵ Israel's Central Bureau of Statistics, http://www1.cbs.gov.il/reader/shnaton/templ_shnaton_e.html?num_tab=st02_02&CYear=2010

⁶ Sammy Smootha, *Arab-Jewish Relations in Israel* (Washington, United States Institute of Peace, 2010), 6.

majority and is also the one attached to the state's symbols, granting Arab culture a marginal role exclusive to this minority's areas.

Arabs are also a linguistic minority. Although most of them are bilingual today, and even though Arab is one of the official languages of the state, it still plays a marginal role in Israeli society. Arabic and Hebrew do not share mutual intelligibility. Arabic is Israel's second official language, which does help in the dealings with the government, and there are Arabic channels on public radio and television. Nevertheless, Arabic is not a compulsory language in public Jewish schools as Hebrew is in Arab ones, marking a clear hierarchy between the two of them

Most importantly, despite of being an ethnic, religious, linguistic and cultural minority, Arabs in Israel are a national minority. They have a sense of belonging to the land and feel close ties with the Palestinian nation. They share a common history, narrative and identity with the Palestinians living in the West Bank and Gaza. This is probably the most controversial features of the collective identity of the Arabs in Israel and one that the State refuses to accept.

All of these elements that compose the identities of this group corroborates to the fact that they are almost an inassimilable minority. They engage in separate lives from the Jews and do not wish to assimilate with the majority. Jews, who do not expect or do not wish them to do so, promptly accept this. Most Arabs live in closed communities and wish to preserve their culture and society. About 90 percent of Arabs live in relatively autonomous all-Arab towns or villages. In addition, the majority of them does not leave the country or even wish to. Even though they show a strong degree of identification with the Palestinian people and do advocate for the creation of the Palestinian state, the majority of Arabs do not consider themselves ready to move to a Palestinian state.⁷ Consequently, Arabs in Israel are not only an inassimilable minority but also a permanent one.

Due to its diversity, the Arab community in Israel has many internal struggles. Political opinion and collective identity are not always the same among Christian, Muslim and Druze populations. The latter, for example, do not identify themselves as

⁷ In 2009 only 24 percent of Arabs considered themselves ready to move to a Palestinian state. This rate has oscillated between 10 and 25 percent over the past two decades. Sammy Smooha, *Arab-Jewish Relations in Israel* (Washington, United States Institute of Peace, 2010), 17.

Arabs and have a much higher level of engagement with the Israeli government.⁸ Religious, clan and geographical differences was very often an obstacle at the beginning of the State for Arabs to organize a common agenda, and Israel used this to suit the needs of the Jewish majority.

Traditionally, the state has sought to differentiate between the distinct religious groups by applying “personalized” approaches towards each of them. It has established a hierarchy where Druze are at the very top, followed by Bedouins, then Christian Arabs, and at the very bottom Muslim Arabs.⁹ This is all too related with the goal of the state to prevent the formation of a unified Palestinian national identity. The national element is one that the state refuses to accept and has sought to diminish or inhibit by dividing them into groups mentioned earlier. As argued by Rhoda Kanaaneh, this is an old practice, finding roots in the early years of the state in an explicit policy articulation such as signaled in the conclusions of a 1949 Inter-ministerial Committee on the integration of Arabs into the Jewish state: “the committee decided that the best approach to Arabs should be to prevent them from coalescing into a single group and “the best way to deal with minorities was ‘to divide and subdivide them’”.¹⁰

Such policy orientation can also be explicitly found in a top-secret memo about the policies of the government towards the Arabs. “The government’s policy [...] has sought to divide the Arab population into diverse communities and regions [...]. The municipal status of the Arab villages, and the competitive spirit of local elections, deepened the divisions inside the villages themselves. The communal policy and the clan divisions in the villages prevented Arab unity.”¹¹ This strategy has proved to be successful for some time and with some of the groups by fostering a diverse environment, competitive local elections and clan divisions, as stated in the memo.

The most successful case was definitely that of the Druze, which now see themselves as a different group, apart from the rest of the Arab community. The Jewish majority at large finds the Druze to be “loyal” friends of the state. They engage in military service and enjoy a separate educational system. This special relationship is largely due to the segmental policy, which began back in 1936 during the Arab rebellion,

⁸ Rhoda Ann Kanaaneh, *“Surrounded: Palestinian Soldiers in the Israeli Military”*(Stanford, Stanford University Press, 2009), 10.

⁹ Kanaaneh, *Surrounded*, 10.

¹⁰ Kanaaneh, *Surrounded*, 10.

¹¹ Tom Segev, *“1949: The First Israelis”*(Henry Holt and Company, New York, 1998), 65.

where Zionists engaged in building links to the Druze communities in Palestine and Syria. This was part of their strategy of building alliances with non-Arab and non-Sunni Muslims in order to undermine Arab nationalism. In 1956, Israeli officials and a small elite of Druze leader agreed upon mandatory military service for Druze men. This was a huge step in this relationship since the military is regarded by many Druze as a stable source of financial security. Privilege also poured from other actions of the state towards them: selection of a large number of Druze to run for parliament on government-controlled lists, bigger budget allocations to Druze villages and appointments to government ministries and agencies.¹² Bedouins also enjoy a relatively special treatment from the state and a portion of them also engages in the military. In general, the state has tried to politicize the minorities inside the Arab population ("Good Arabs") and depoliticize the Muslim Arab majority ("Bad Arabs"), which is regarded as the most threatening one - in the sense of building a strong national identity - for being larger and better organized.

In recent years, the sensation of Arabs being affiliated to an inimical minority has grown mostly due to the intifadas and terrorist attacks from the other side of the border. To many Jews, Arabs represent a "security challenge", since they are part of a broader Palestinian community and nationality that is still in war with Israel and thus represent potential enemies of the state. This suspicious approach is evident in many public policies, specially security-related ones.¹³ Also, Israel exempts this group from military service, which serves them very well, since they would deeply resent fighting their fellow men on the other side of the border.

Arabs are put in a state of constant vigilance and acts of subversion and disloyalty are severely punished. It is extremely uncomfortable to be regarded in suspicion by your own state and quite a challenge to the majority to accept equality for a minority that belongs to the "enemy's side." Many Israelis, who find the Palestinian nationalism among Israeli Arabs to be a security challenge and a contributor to a "zero-sum game" in Arab-Jewish relations, share this view.¹⁴

¹² Kanaaneh, *Surrounded*, 12

¹³ This is largely shared in Dan Schueftan's *"Palestinians in Israel: The Arab Minority and the Jewish State"*, where he argues that the Palestinian Arab minority in Israel constitute's a challenge to Israel's national security.

¹⁴ Oded Haklai, *"The Arab Minority in Israel; Challenges and Limits in Recent Disciplinary Approaches"* (Indiana University Press, 2013), pp. 132.

Nevertheless, this approach proved itself barren over the time. Preferential treatment to some of the groups did not reflect in equal treatment if compared to the Jewish majority. The socioeconomic gaps between Jews and Arabs (be it from any religious group) are still remarkable. Also, land expropriation and coercive policies that benefited nobody but Jews made many Arabs realize that what they had in common far outnumbered their differences. Today, it prevails a sense of Arab unity, which does not ignore its differences, but tries to push a common agenda in benefit of all.

What would then be the correct term to address the Arab minority in Israel? Are they Israelis or are they Palestinians? Just like the world depicted by Lucy Aharish in her television show, to be an Arab in Israel is to be both, but neither. The identity of this group is a rather complex one and it has evolved since the first years of the state. We can say the Arab population has gone through two simultaneous, concurrent and conflicting processes of “Israelization” and “Palestinization”.

The so-called Israelization process started in the first phase of this population in Israel, from 1948 to 1966. During this period of time, the Arab population in Israel lived under military rule, separated from the rest of the Palestinian people in the West Bank and Gaza. The repressive methods of the state prevented the flourish of a Palestinian identity, as few had the courage to openly identify as such. Therefore, during this phase, an Israeli Arab identity prevailed. The Israeli state also purposely tried to instigate through the Arab public educational system an Israeli identity by inhibiting any Palestinian nationalism among Arab youth.¹⁵ What Ian Lustick calls ‘quietism’¹⁶ may identify this phase.¹⁷ It is largely marked by low civil rights, constrained political life much connected to the ‘hamula,’ and clientelistic affiliations. In 1966, one year before the Six Day War, Arabs in Israel were granted full citizenship. This marked a new era where Arabs could engage politically in the country, participate in elections, form political parties, conduct protests and strikes.

After 1967, with the annexation of the West Bank, East Jerusalem and the Gaza Strip, a strong process of “Palestinization” escalated among Arab citizens who had been cut off from their counterparts and were again reunited. This marks the beginning of a second period in the evolvement of their identity, characterized by a national

¹⁵ Ilan Peleg and Dov Waxman, *Israel's Palestinians: The Conflict Within*, 27.

¹⁶ Ian S. Lustick, *Arabs in the Jewish State: Israel's Control of a National Minority* (Austin: University of Texas Press, 1980).

¹⁷ Mendilow, *Israel's Palestinian Minority, From 'Quietism' to Ethno-nationalism*

awakening.¹⁸ Their nationalist identity flourished in regard to three important matters: solidarity with the Palestinian people, Palestinian identity, and Palestinian culture.¹⁹

Most Israeli Arabs have shown deep support to the cause of the Palestinian state and the well being of the Palestinians on the other side of the border. They have long advocated for the creation of the Palestinian state alongside Israel and the liberation of the Palestinians in West Bank and Gaza. These issues are central to the agendas of Arab parties and Arabs parties' coalitions in the Knesset: under the influence of the Communist Party and prior to the PLO move in this direction, Israeli Arabs already advocated politically for the withdrawal to the pre-1967 borders, re-division of Jerusalem, negotiation with the PLO, the creation of a Palestinian state, and the recognition of the right of the Arab refugees to return. Also, during the First Intifada, Israeli Arabs supported the Palestinians by general strikes, demonstrations and dispatch of reliefs to the territories.²⁰ They were strong supporters of the Oslo Accords and during the First Intifada backed up their fellow men by protests and the delivery of reliefs to the Occupied Territories. Their political participation in the national elections and in the Knesset would also reflect such solidarity. Arab parties, as well as mixed left-wing ones, worked to push forward an agenda for the creation of a Palestinian state.

A national consciousness flourished among Israeli Arabs as the Palestinian movement started to gain more defined features. They acquired a strong leadership, through the emergence of the Palestine Liberation Organization founded in the mid-1960s, and a well-defined cause to resist against the occupation. Posteriorly, the movement would abandon armed resistance and terrorism, and adopt a diplomatic and political approach. Arab Israelis have since then increasingly come to identify themselves as Palestinians and support the Palestinian nationalism, demanding its recognition by the State and its teaching in Israeli public education. During this period we can say that the people on the Occupied Territories moved from a population of refugees dependent on the Arab states to an organized and unified Palestinian people.

There is also a cultural expression to the Palestinian insurgent nationalism in Israel. As mentioned before, they were reunited with the Palestinians on the Occupied Territories after 1967. This made Israeli Arabs more conscious of their common

¹⁸ Eli Rekhess, *"The Evolvement of an Arab-Palestinian National Minority in Israel"* (Indiana Press University, 2007), pp. 2.

¹⁹ Sammy Smooha, *"Ethnic Democracy: Israel as an Archetype"* (Indiana University Press, 1997), 213.

²⁰ Sammy Smooha, *"Ethnic Democracy: Israel as an Archetype"*, 213.

heritage, narrative, history, as well as Islam. Now they were connected to other institutions that were not Israeli, but truly Palestinian.

While it is very salient and widely accepted that the process of Palestinization has developed since 1967, the process of Israelization is still widely debated. According to Sammy Smooha (2010), Israeli Arabs have since 1948 gone through a process of increasingly Israelization. As they have become citizens and therefore entitled to a wide range of civil rights and liberties - as well as welfare state policies and public benefits - this group has inevitably acquired Israeli identities. Israelization makes Arabs “bilingual and bicultural and adds the Hebrew language and Hebrew culture to their repertoire,²¹” without assimilating to the Jewish majority. According to Smooha (2010), they take Jews as their reference group in the sense that they wish to achieve the same socioeconomic standards, services and treatments. Israeli Arabs see their future tied to Israel and do not wish to leave the country or solve their problems by dissociating themselves with the state. They refrain from using violence and search for legal means to settle their disputes and fight for their rights.

There has been a significant growth in Israeli Arabs’ socioeconomic standards since the creation of the state. Today, Arabs have access to a wide range of products and services that is otherwise inexistent on the other side of the Green Line and even in other neighboring Arab countries. They have seen a significant growth of their businesses and have become more educated, with many achieving a middle class situation. This inevitably ties them even more to the land and to the state. Also, having access to Israeli products and pop culture has tied Arab youngsters closer to the Israeli component of their identity. A more free and modern lifestyle is definitely one of the advantages that Arab citizens are getting used to in Israel, especially those of middle class and wealthy families. Welfare state policies, which grant them a more prosperous and secure life in Israel; the rule of law, which permits internal disputes to be settled by legal means and away from the clan corrupt model; and democracy, which grants them liberty to fight for their causes, are some of the important products gained from their citizenship and cherished by most of them.

Nevertheless, this is still a topic of debate among scholars in Israel and abroad. Nadim Rouhana (1997), a preeminent Arab Israeli scholar, finds this process to be highly superficial, arguing that Arabs feel no emotional involvement with the state and

²¹ Sammy Smooha, *Arab-Jewish Relations in Israel* (Washington, United States Institute of Peace, 2010), 8.

their attitude towards it is utterly objective.²² Their involvement in politics, for example, is a pragmatic one, necessary to the life in Israel. Hence, it does not reflect any type of subjective attachment to the state.

Researches, however, have shown that the majority of Arabs do show some level of attachment to the Israeli state and do identify themselves in a way that conveys such connection. In 2014, Arabs who favor their Israeli identity over their Palestinian was 33 percent and Arabs who defined themselves as Palestinian Israelis was 45 percent, whereas Arabs defining themselves solely as Palestinians was only 22 percent,²³ showing a high degree of attachment to their citizenship status. Most Arabs, however, would most favorably define themselves as Palestinians in Israel, Palestinian Arabs in Israel or Israeli Palestinians. A minority would exclude the Israeli term to their denomination, identifying simply as Palestinians or Palestinian Arabs. This is an interesting picture of how Arabs in Israel carry both identities and proves that they are not a zero-sum game and can coexist. They are not mutually exclusive, and as Laurence Louer (2003) points out, “to identify oneself as Palestinian is neither to reject Israeli citizenship nor to close oneself off culturally from Israel”.²⁴ The term “Palestinians in Israel” proves to be exactly it. It emphasizes the Palestinian nationalism without renouncing the Israeli citizenship attachment.

However, to balance both identities is an often exhausting task and, in the view of some, an impossible one. To flag a Palestinian identity in Israel can be seen by many as a hostile attitude, since most Jewish Israelis identify it as an inimical one. Also, to hold the Israeli identity in subjective terms is sure to receive criticisms inside the Arab community. Lucy Aharish’s outflow represents precisely it: the struggle of someone living in two worlds and not belonging to any. Therefore, although both identities have developed among the Arab community, there is an explicit conflict between the two of them. This has also to do with the sometimes-contradictory balance between the ethnic and democratic characters of the state.

To be considered by an Israeli identity solemnly, one has to carry the Jewish character of the state. To most people, Jews and Arabs alike, the most salient feature of

²² Nadim Rouhana, *Palestinian Citizens in an Ethnic Jewish State: Identities in Conflict* (New Haven: Yale University Press, 1997), 119.

²³ Meirav Ariosoroff, “That is certainly no way to integrate Israeli Arabs into the workforce.” Haaretz, January 9, 2014.

²⁴ Ilan Peleg and Dov Waxman, *Israel’s Palestinians: The Conflict Within*, 29.

Israeliness is that of Jewishness. Therefore, for an Arab to fully hold an Israeli identity only on a subjective level is impossible. That is to say that the process of Israelization is one that operates mostly on the civil component, as far as the ethno-religious dimension of the state is concerned. Furthermore, the Jewish character of the state also hampers and limits the citizenship component of Arabs, since to be a “good citizen” would mean to fulfill and to contribute to all of the state’s goals and objectives, which include national security, cultivation of the relationship with the Diaspora Jewry, the Jewish culture and the Jewish elements of the state, to name just a few. As much as an Israeli Arab could try, he or she would still fall short of fulfilling the premises of the state. However, recent trends have shown Arabs even more prone to make use of their citizenship status to fight for equal rights, demanding their recognition as national minority inside Israel.

In sum, what have been shaping the collective identity of this group are the Palestinian nationalism and the Israeli citizenship at the same time. This increasingly unified identity places itself in the middle of the region’s conflict: between the Palestinian nation and the Israeli state. That is to say: the identity of this group is unique not only to Israel, but also to Palestine, since the Palestinian nationalism acquires different features from that of the Palestinians non-citizens of Israel. Hence, Arabs in Israel are a unique permanent national minority.

The relationship of the Arab community in Israel with its Jewish majority is one element that deeply influences and drives the development of this group’s identity. Two theses have been developing to deal with the trends that guide this complex relationship: the *Mutual Alienation Thesis* and the *Mutual Rapprochement Thesis*. Both propose ongoing trends that, just like the Palestinization and Israelization processes, dialog with each other.

Proponents of the *Mutual Alienation Thesis* purport that Arabs and Jews are becoming increasingly divided and tensions are rising to intolerable levels. They argue that the sense of deprivation among Arabs is rampant. Even though they have gone through a significant process of socioeconomic improvement, as mentioned earlier in this essay, they still fall short of the standards enjoyed by Jews. The gap between Arabs and Jews is noteworthy, giving them a huge sense of injustice and discrimination, since many attribute the gap to discriminatory policies perpetuated by the Israeli government,

such as unequal distribution of taxes, lack of investments in Arab schools, hospitals and other public services.

The thesis also revisits the point already exposed of Palestinization and even Islamization, as they portray the Arab minority as becoming increasingly radical and weary towards the state. This is largely also due to the various frictions between Israel and the Palestinians, as well as other Arab countries, such as the repression of the Second Intifada, the outbreak of the Second Lebanese War and Gaza War, and the construction of a separation barrier around the West Bank.

The continued failures to the peace process also plays an important role since it is regarded by many Israeli Arabs to be critical and indispensable to the progress of their internal struggle inside Israel. The 1990s created the illusion that better days were to come. During the government of Prime-Minister Yitzhak Rabin, the Oslo Accords were signed and a path to peace seemed to be under way. During this period, the Arab population saw a significant turn of events as discriminatory policies were lessened and more equal participation in government was achieved. This all proved to be barren, as the governments that followed Rabin's brutal assassination in 1995 by a Jewish extremist saw the rise to right and far right-wing parties. The acceptance of the two-state solution made many Jews more zealous about the Jewish-Zionist character of the state, since a Palestinian state was to be created alongside Israel, it was out of question for the state to abandon its Jewish component. Arabs also feared that lands in the Triangle – a region along the northeastern border with the West Bank, and home to many Israeli Arab towns and municipalities – could be swapped over by Jewish settlements inside the West Bank. This is a solution that the majority of Israeli Arabs would resent tremendously, but is commonly suggested in right-wing discourses.

Furthermore, the repression to the Second Intifada, the expansion of Jewish settlements and the violence against Arab protesters improved the sense of alienation by Israeli Arabs. For scholars of this theory calm is only temporary. Jews and Arabs are not only becoming increasingly divided but in fierce collision course.

The opposing view, that of the *Mutual Rapprochement Thesis*, is adopted by fewer scholars, such as Professor Sammy Smooha from the University of Haifa, but is no less important. According to them, relations between Jews and Arabs in Israel are more stable and balanced than the *Mutual Alienation Thesis* suggests and that the two groups are in process of adjusting to each other. This is largely due to the Israelization process,

which we have covered previously. Although aware of the many problems of Israel's democracy, Arabs have grown accustomed with the advantages offered by the state and see their lives and future tied to it. This has proved to be true, since most Arabs refrain from using violence or do not seek to disassociate themselves with the state.

The actions of the state respect the Arab minority in various manners and clearly distinguish them from the Palestinians. This recognition also comes from the Jewish majority, which increasingly understands that the Arab minority is a permanent and inassimilable one, that does not wish and will not leave the country and that plays an important role as a cultural minority.

This view also supports that the shift in Israeli politics has actually been an enlargement of the center groups, which understand the importance and indispensable role of the two-state solution to the peace process. Also, it is important to notice that the other Palestinian parties involved in the conflict do not expect the Palestinians in Israel to refrain from their Israeli citizenship or to engage in violent actions. They view them as a separate Palestinian population. The PLO regards Israeli Arabs "as part of Israel and; do not incorporate Israeli Arab grievances and demands in their political agenda, expect Arabs to lobby in Israel for the Palestinian cause; and call on them to take part in Israeli politics and to bolster pro-peace parties and movements."²⁵ Other Palestinian organizations, such as Hamas, also do not call on the Israeli Arabs to boycott Israel or act violently against their state.

Arabs in Israel have shown significant support over the years to the peace process and to coexistence. They are admirably committed to it and although protests, strikes and demonstration have risen over the past years, Arab Israelis have continually refrained from using violence and other types of subversive methods. Both the state and the Arabs maintain a fear balance between each other, knowing that they should avoid violence as much as possible. Not ignoring the disparities and inequalities among Israeli society, this thesis insists in the democratic character of the Israeli state and in the realization by the Israeli Arabs of their rights by fighting politically in a democratic environment for change and equality, avoiding violence and subversive means.

"We, Arabs, have come to realize the importance of fighting and engaging politically by participation in the Knesset and cooperation with the central government. We are part of Israel and we are entitled to equal rights by the state's Declaration of

²⁵ Sammy Smooha, *"Arab-Jewish Relations in Israel"*(Washington, United States Institute of Peace, 2010), 7.

Independence.” This reflection, from Rassem Qassem (2013), chief of the Department of Welfare of the Israeli Arab municipality of Tira, manifests the ongoing trend of a large part of the Arab community to fully embrace their citizenship rights in order to fight for equality and better conditions by peaceful means. Tira is a small Arab town just northwest of Tel Aviv, bordering the region known as the “Triangle”. During a field research conducted there in 2013, I had the experience to watch more closely the struggles that the Arab community goes through and how this shapes their identities.

A large campaign was being conducted in recent years to boost tax revenues inside the municipality. The rate of tax evasion is known to be significantly high in Israeli Arab cities if compared to Jewish ones. This was also true in the case of Tira, which although considered a middle-class city, still performed poorly in tax collection. Not only do Arab towns produce less, but also most of its citizens refrain from paying their taxes. This is largely due to the sense of alienation shared by Arabs towards the state. In simple terms, Arabs do not feel that their contribution will ever come back to them the way they were supposed to and feel uncomfortable contributing to a state that they believe does not treat them equally. Most Arab citizens have a great sense of distrust with the state due to long dated discriminatory policies that benefits the Jewish majority over them. Yakub Halabi (2014) argues that in addition to the discrimination by the state in allocating resources to the Arab municipalities, the clan politics has obstructed the municipal attempts of penetrating society and extracting taxes.²⁶

National authorities argue that the low rate of investments in Arab towns is in fact a consequence of the poor performance in tax revenues. Tira is one of the many cities trying to revert this trend by fighting tax evasion and encouraging people to contribute. It signals a positive attitude of Arab leaders and local authorities to work with the state in order to bolster their socioeconomic status inside the country. However, the results still fall short if compared to the rates in similar Jewish municipalities. The resentment of the local population with the government’s policies is still remarkable and one of the most sensitive issues is unmistakably that of land.

Territorial control has long been a conflicting issue in Israel and one that has basically given form to the fight for the creation of the state. Decades after independence, land property and planning, be it urban or rural, is still largely attached

²⁶ Yakub Halabi, *“Democracy, Clan Politics and Weak Governance: The Case of the Arab Municipalities in Israel”*, Indiana University Press: 2014, pp. 98-99.

to the Zionist “mission”. The control of land is key to the whole Arab-Jewish conflict. For many Jews, control over the land and the fulfillment of the Zionist objectives was fundamental to the success of the Jewish State. This mentality has largely accompanied the state’s institutions long after the establishment of Israel. In the first years of the state, it launched a series of laws, such as the Absentees Laws and Ordinances and regulations that allowed the expropriation of much of Arab land arbitrarily and without a satisfactory compensation. The lack of a constitution or a bill of rights made breaches in the legislation useful to more land takeover as the years went by. Land is something of uttermost importance to Arabs, who come from traditional rural societies where prestige and status is largely associated with land possession. Israeli Arabs who have had their land expropriated by the state tend to be more skeptical towards the government and the peace process. Arabs who do not own land support coexistence initiatives as much as 66.7 percent, as opposed to 48 percent by those who have had their land expropriated by the state.²⁷

Housing planning and rural and urban development end up falling in the same situation. The growth of Arab towns and the licenses for new Arab constructions are significantly lower if compared to Jewish ones. Lack of permits results in a high rate of illegal constructions and a high number of people per house ratio. These are numbers that contribute to the sense of deprivation and distrust shared by Israeli Arabs when dealing with the government planning policies.

To Qassem however, further alienating themselves from the state and refusing to cooperate with it will only worsen their situation. He emphasizes that fighting to strengthen the democratic character of Israel by the political means open to them is the right solution. He argues that Israeli Arab society has experienced a huge development of its socioeconomic standards, with many Arabs having access to higher education and becoming independent professionals such as dentists and lawyers, a sharp contrast to the late 1940s where the majority of them were peasants who finished elementary school at most.²⁸ According to him, access to universities, consumer goods and culture has exposed and approximated Arab Israeli youth to the Hebrew culture, mentioning to be a common scene to find Arab youngsters cheering for Israeli soccer teams or listening

²⁷ Sammy Smooha, *Arab-Jewish Relations in Israel*, 25.

²⁸ Yakub Halabi, *“Democracy, Clan Politics and Weak Governance: The Case of the Arab Municipalities in Israel”* pp. 98-99.

to Hebrew songs. He points out that new generations are born Israeli and are less sensitive to history. In his point of view, time is augmenting the gap between Palestinians on both sides. Qassem clearly cites the process of Israelization that his community in Tira has gone through, arguing that this has deepened their feelings of attachment towards the state and made them more prone to fight for their rights as equal Israeli citizens.

Therefore, the fight of the Palestinians in Israel could be better defined as one for equal national representation. Arabs would mostly push an agenda that highlights the democratic character of the state, demanding the normalization of their status as a national minority in a democratic, non-ethnic state.²⁹ Although Qassem's vision is not entirely shared by all Israeli Arabs since it is largely influenced by his socioeconomic standards – Tira is considered a middle-class Arab town –, most of them are heading in this direction. The sense of alienation and deprivation does not mean disentanglement with the state. Further engagement with it, if the democratic institutions permit, can bring a more positive solution. Qassem also carries in his discourse the pledge for affirmative policies that could enhance the equality among Israelis by invoking the indigenous character of the Arab minority. In fact, the past two decades have seen a rise of the politics of indigeneity amongst the Arab minority leaders. According to them, the Arab community is located in a social and political order that precedes the foundation of the state and therefore its pre-1948 reality is a moral as well as an analytical basis on which treatment of the Arab minority in Israel should take place.³⁰

The contradictions between the Jewish and the democratic features of the State are many. Prof. Smooha(2008) defines Israel as an ethnic state because it is driven by ethnic nationalism. According to him, Israel fits this definition because the state and its symbols are identified with a main ethnic nation and not with its citizens, because it practices a policy of creating a homogeneous nation-state, a state of and for a particular ethnic nation and acts to promote language, culture, numerical majority, economic well-being and political interests of this group. However, the same author (Smooha, 2008) also qualifies Israel as a democratic state since it is successful in providing universal voting rights, a multi-party system, fair elections, change of government, civil rights,

²⁹ Sammy Smooha, *"Ethnic Democracy: Israel as an Archetype"* (Indiana University Press, 1997), 2008.

³⁰ Oded Haklai cites Amal Jamal's description of the indigenous politics. *"The Arab Minority in Israel; Challenges and Limits in Recent Disciplinary Approaches"* (Indiana University Press, 2013), pp. 138

independent judiciary, free press, civilian authority over the army, and popular and elite support for democratic institutions. Therefore, in the author's vision, Israel is an ethnic democracy, constantly balancing these two elements in its political agenda.

This is the balance that many Israeli Arabs now fight for: the enhancement of the democratic element of the state, granting all citizens equal treatment and proper representation of the state's national minorities. In other words, Arabs are well aware of the imperfections of Israel's democracy as far as they are concerned and resent the ethnic character of the state when it damages their individual and collective rights; however, the democratic character is regarded as the main tool to social and political reform with more than 50 percent of Arabs believing that despite the shortcomings, the regime in Israel is a democracy for both Arab and Jewish citizens and over 60 percent agreeing that Arab citizens can improve their situation using persuasion, political pressures, and voting.³¹

We should not neglect the fact that Palestinians in Israel are not ready and do not wish to leave the country. As a permanent national minority, they still have a long path to achieve equality and overcome the discriminatory policies of the state, however, over the course of history Israel has become the state where they run their businesses, educate their children and engage socially. As noted by Qassem during my visit to Tira, "many empires have passed through this land: the Romans, the Ottomans, the British... And we are still here, generations later we continue to run our businesses and conduct our lives... Now it is Israel, another chapter in our history." Perhaps Rasseem Qassem's statement could be better portrayed in Rouhana's vision of the exclusively objective engagement of Arabs with the Israeli state. However, the achievements of the Israeli Arab society to this date make such objective relationship dearly cherished.

³¹ Sammy Smooha, *"Arab-Jewish Relations in Israel"* (Washington, United States Institute of Peace, 2010), 19.

CONTRA A LIMPEZA ÉTNICA DO POVO PALESTINO,

MEMÓRIA E HISTÓRIA

Soraya Misleh de Matos¹

Resumo:

Este artigo discorre sobre a história da Palestina como exemplo contemporâneo de construção ideológica que objetivou promover o memoricídio para fins de colonização e ocupação de terras. Autores mostram que houve um plano deliberado de limpeza étnica dos habitantes árabes nativos a partir de 1947 para a instituição de um estado homogêneo, exclusivamente judeu. A morte da memória dos palestinos encontra-se na base do pensamento sionista, tanto que deu origem a mitos, como o de “uma terra sem povo para um povo sem terra” e de que os imigrantes fariam do deserto um pomar. Lideranças desse movimento declararam abertamente que sua expectativa era do esquecimento. Aí se consolidou a tentativa de memoricídio. Todavia, os palestinos se recusaram a ser apagados do mapa e continuam a resistir, como se observa na nova ofensiva a Gaza, Palestina ocupada. Uma das formas tem sido narrar os acontecimentos que compõem sua tragédia. A memória tem sido importante elemento para a reconstituição histórica, fundamental para a reparação da injustiça e sedimentação de um caminho livre de opressão, ocupação de terras, expulsão e humilhação.

Palavras-chave: memória, história, sionismo, limpeza étnica, palestinos, esquecimento.

Abstract:

This article aims to discourse about the Palestine's history as a contemporary example of ideological construction which aimed to promote the memoricide to purposes of colonization and land occupation. Authors demonstrate that there was a deliberated scheme of ethnic cleansing of the native Arabian habitants since 1947 to the establishment of an exclusively Jewish State. The Palestinians' memory's death is in the basis of the Zionist thought, so that will give origin to myths, as “a land without a people for a people without land” and as that the immigrants would make an orchard from the desert. Leaderships of these movements openly declared that their expectations were the forgetfulness. There was consolidated the memoricide. However, the Palestinians refuse themselves to be erased from the map and continue to resist, as seen in recent attacks on Gaza, Occupied Palestine. One of the ways has been to tell their tragedy. The memory has been being an important element to the historical construction, fundamental to the repair of the injustice and sedimentation of a way free from oppression, land occupation, expulsion and humiliation.

Keywords: memory, history, Zionism, ethnic cleaning, Palestinians, forgetfulness.

¹ Jornalista formada pela Universidade Metodista de São Paulo em 1993. Pós-graduada em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 2007. Mestre em Língua, Literatura e Cultura Árabes pela USP (Universidade de São Paulo). E-mail: sorayamisleh@yahoo.com.br.

Os velhos morrerão, os jovens esquecerão.
(David Ben-Gurion, premiê de Israel em 1948, ano da criação desse estado.)

*Talvez me despojes da última polegada da minha terra
Talvez aprisiones minha juventude
Talvez me roubes a herança de meus antepassados
Móveis... utensílios e jarras
Talvez queimes meus poemas e meus livros
Talvez atires meu corpo aos cães
Talvez levantes espantos de terror sobre nossa aldeia
Mas não me venderei
Ó inimigo do sol
E até a última pulsação de minha veia
Resistirei*
(Tawfic Zayyad, poeta palestino)²

Introdução

O mundo vivencia há séculos a limpeza étnica de povos diversos com vistas à colonização de territórios. Indígenas, armênios, africanos, entre outros, enfrentaram esse processo, que abrange a prática de memoricídio, cujo objetivo é a morte da memória dos nativos. Este artigo se concentra em um caso contemporâneo, em andamento ainda em pleno século XXI: o dos palestinos. A diferença nesse caso é que o objetivo foi criar não um estado nacional burguês como os demais, mas exclusivamente judeu. Para tanto, o memoricídio pretendido valeu-se de representações bíblicas para afirmar vínculo com a Palestina dos habitantes que seriam transferidos para lá. No esforço por criar uma identidade nacional que sustentasse a ideia de “regresso” dessas pessoas de diferentes destinos àquela terra, deu-se o que Shlomo Sand chama de “invenção do povo judeu”³. Enfrentando há mais de 60 anos um plano deliberado de limpeza étnica, como apontam novos historiadores israelenses do porte de Ilan Pappé⁴, os palestinos jogam luz sobre a questão da memória e esquecimento.

A primeira é importante elemento à reconstituição histórica, conforme vários autores, em contraposição ao apagamento, uma ameaça e a possibilidade de consolidação do projeto colonialista. No caso palestino, o sionismo – movimento político

² ZAYYAD, Tawfic. Trecho do poema de sua autoria “Discurso no mercado do desemprego”.

³ SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvira, 2010.

⁴ PAPPE, Ilan. *La limpieza étnica de Palestina*. Trad. Luis Noriega, Barcelona: Memória Crítica, 2008.

inaugurado em fins do século XIX na Europa central – atuou intensamente no sentido de garantir esse esquecimento por parte do mundo, de modo a consolidar seu projeto de estabelecimento de um estado exclusivamente judeu na Palestina. Assim, criou mitos como o de “uma terra sem povo para um povo sem terra” e de que os imigrantes que chegassem fariam florescer o deserto. Como mostra nova linhagem de historiadores israelenses, as lideranças sionistas sabiam desde sempre que aquela região era habitada por uma maioria árabe. Daí, a limpeza étnica seria o objetivo, para mudar a realidade local. Sob essa lógica, em 1948 – como consequência da criação do Estado de Israel (a *nakba*, catástrofe, para os palestinos) em 15 de maio daquele ano – cerca de 800 mil palestinos foram expulsos de perto de 500 aldeias, as quais foram destruídas. Seus nomes e características foram alterados. No lugar de algumas, como o vilarejo de Qaqun⁵, onde nasceu meu pai, Abder Raouf Ibrahim Yousuf Misleh, foram constituídos assentamentos no então recém-criado Estado de Israel e um parque nacional, em substituição às casas, mesquita, escola, plantações. Nenhum rastro de que ali havia uma aldeia de 2 mil habitantes. A serviço dessa política, o discurso orientalista, denunciado por Edward Said⁶.

A mudar o curso dessa história rumo ao esquecimento, a resistência dessa população, sob diversas formas, inclusive na preservação de sua cultura e identidade. Hoje, há, segundo dados da UNRWA (agência das Nações Unidas de assistência aos refugiados palestinos), cerca de 5 milhões de palestinos vivendo em campos de refugiados há um raio de 150km de distância dos territórios palestinos ocupados por Israel. Além deles, ao redor do mundo mais alguns milhares, somando-se em torno de 10 milhões ao todo. Essas pessoas têm sido – ao lado dos milhares de palestinos que vivem sob ocupação militar e no que hoje é o Estado de Israel – uma fonte rica de memória. A esperança é de que tais testemunhos contribuam ao reconhecimento histórico da limpeza étnica e da tragédia palestina – ainda em curso, como se observa neste momento, diante da nova ofensiva à faixa de Gaza por Israel, a mais agressiva desde final de 2008 e começo de 2009. O reconhecimento histórico é crucial para se sedimentar caminho rumo a uma justiça plena, que culmine em uma Palestina livre, laica, democrática, sem racismo.

⁵ Citado em PAPPE, Ilan, op. cit., pp. 183, 202 e 212.

⁶ SAID, Edward. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 62 e 63.

Apagamento de rastros

Um esforço para homogeneizar um país etnicamente heterogêneo mediante a expulsão de pessoas, sua conversão em refugiados e a destruição de lugares. Massacres servem para amedrontar os habitantes de modo que os sobreviventes e os que vivem nas proximidades abandonem suas casas. O próximo passo é eliminá-los da história oficial e popular do país e extirpá-los da memória coletiva. A conceituação é usada para definir limpeza étnica. É o que ocorreu na Palestina em 1948, ano da criação unilateral naquelas terras do Estado de Israel.⁷ A partir da aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Resolução 181 em 29 de novembro de 1947, que recomendou a partilha da Palestina – então sob mandato britânico – em um estado judeu e um árabe, sem consulta aos habitantes locais, abriu-se caminho para a execução do plano de limpeza étnica pelo movimento sionista. Este se iniciou em fins do século XIX na Europa central e pregava a instituição de um estado exclusivamente judeu. Como afirma Pappe:

Para realizar seu projeto, os pensadores sionistas reclamavam o território bíblico, que recriavam (de fato, reinventavam) como o berço de seu movimento nacionalista. Desde seu ponto de vista, a Palestina estava ocupada por “forasteiros”.⁸ (tradução nossa)

A busca era por assegurar esquecimento mediante o apagamento de rastros.⁹

Orientalismo

Nesse ponto, parece importante conhecer mesmo que brevemente o pensamento orientalista, que vai servir ao apagamento de rastros. Como constata Said, o argumento é de que “há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam; os últimos devem ser

⁷ PAPPE, Ilan, op. cit., p. 22.

⁸ Ibidem, p. 32.

⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp. Capítulo 3 – *O esquecimento*. Trad. Alain François, et al. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

dominados, o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados”¹⁰.

Esse estilo de pensamento refletia a atitude comum dos europeus em relação à Palestina já no século XIX. A população indígena deveria ser modernizada para seu próprio bem ou dar lugar aos recém-chegados e às suas ideias – entre os mais ambiciosos e enérgicos estariam os sionistas (PAPPE, 2007: 61).

Conforme o historiador israelense, viajantes, missionários e escritores europeus publicaram mais de 3 mil livros e relatos de viagem sobre a Palestina durante aquele século, todos eles pintando-a como um local primitivo, à espera de redenção por parte desses estrangeiros. Os primeiros sionistas chegaram à Palestina simultaneamente aos missionários, no século XIX. Como estratégia para convencer os judeus a imigrarem – pois não havia esse ímpeto num primeiro momento –, procuravam reinventar a noção de regresso. Assim:

para muitos sionistas, a Palestina nem sequer era um território “ocupado” quando começaram a trasladar-se para lá em 1882, senão uma terra “vazia”: os palestinos nativos que viviam no local lhes resultavam em grande medida invisíveis ou, caso contrário, pareciam-lhes uma dificuldade natural que haviam de conquistar e eliminar¹¹. (tradução nossa)

Assim, criava-se o mito da “terra sem povo para um povo sem terra” – slogan cunhado por Israel Zangwill (1864-1926), um dos pioneiros do movimento sionista na Grã-Bretanha e proeminente escritor. (MASALHA, 1992: 6) O palestino, conforme a concepção orientalista, era transformado num não povo. Somente tamanha desumanização poderia conceber a limpeza étnica planejada e levada a cabo em 1948, que culminou na expulsão de cerca de 800 mil desses habitantes nativos e na destruição de perto de 500 aldeias (PAPPE, 2007: 171 e 175), e a continuidade de uma política expansionista e segregacionista até os dias atuais, baseada no assentamento ilegal de judeus em terras ocupadas e na expulsão dos árabes desses locais.

¹⁰ SAID, Edward, op. cit., p. 68.

¹¹ PAPPE, Ilan, op. cit.

Reinvenção dos lugares

Os orientalistas tiveram papel fundamental também na reinvenção das aldeias destruídas durante a chamada *nakba* palestina. O processo de “limpeza”, como já foi citado anteriormente, incluiu apagar quaisquer vestígios de sua existência anterior e reinventá-las sob outra forma, segundo Pappe, como antigos lugares hebreus¹².

O historiador israelense revela no livro *La limpieza étnica de Palestina* que o espólio resultante da limpeza étnica promovida naquele território foi acompanhado da mudança de nomes dos vilarejos. O autor chega a utilizar o termo “memoricídio” para descrever esse trabalho, realizado com o auxílio de arqueólogos e especialistas em estudos bíblicos, “que se ofereceram voluntariamente para colaborar com um ‘comitê de nomes’ oficial cuja tarefa era hebraizar a geografia da Palestina”¹³. Como parte desse movimento, a língua hebraica também foi recriada. O objetivo, puramente ideológico, era desarabizar a região, mudar sua história e, assim, garantir o sucesso do projeto colonial. Na ótica de Said, “reconstruir uma língua oriental morta ou perdida significava, em última análise, reconstruir um Oriente morto ou esquecido”¹⁴. E preparar o terreno para o que viria a ser feito no local posteriormente.

Muitos dos vilarejos destruídos deram, assim, lugar a parques e bosques israelenses, numa negação sistemática da *nakba*¹⁵ e busca por fazer com que aquelas paisagens tivessem aparência europeia. A escolha por espécies não nativas a serem plantadas nesses locais encontraria essa justificativa (PAPPE, 2008: 300).

O historiador israelense lembra que o Fundo Nacional Judeu exhibe em seu *site* oficial¹⁶ esses lugares como atração turística. A organização é apresentada como responsável pelo florescimento do deserto e a aparência europeia da paisagem. “Com orgulho proclama que esses bosques e parques se levantam sobre ‘zonas áridas e desérticas’: ‘os bosques e parques de Israel nem sempre estiveram ali. Os primeiros colonos judeus que chegaram ao país em fins do século XIX encontraram uma terra desolada’.”¹⁷

¹² Ibidem, p. 296.

¹³ Ibidem, p. 298; tradução nossa.

¹⁴ SAID, Edward, op. cit., p. 178.

¹⁵ PAPPE, Ilan, op. cit., p. 299.

¹⁶ Conferir em <http://www.jnf.org>. Acesso em 29/11/2011.

¹⁷ PAPPE, Ilan, op. cit., p. 302.

Considerações finais

Para Paul Ricoeur, tem-se de um lado a experiência de erosão da memória, experiência do envelhecimento e aproximação da morte. De outro, “as pequenas felicidades do retorno, às vezes inopinado, de lembranças que acreditávamos perdidas para sempre”¹⁸. Segundo o autor, a memória é antídoto ao esquecimento destruidor. Ele afirma:

Uma das razões para acreditar que o esquecimento por apagamento de rastros corticais não esgota o problema do esquecimento é que muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória. O reconhecimento frequentemente inopinado de uma imagem do passado tem assim constituído, até agora, a experiência *princeps* do retorno de um passado esquecido.¹⁹

Ahmad H. Sa’di e Lila Abu-Lughod (2007: 13) destacam:

Se a mais distintiva medida da memória social palestina é a produção sob constante ameaça de apagamento e na sombra de uma narrativa e força política que a silencia, uma das mais características qualidades [...] é sua orientação para o lugar. Para os palestinos, os lugares do passado pré-*nakba* e sua terra têm um peso extraordinário. Não são simples lugares da memória, mas símbolos de tudo que tem se perdido e sítios de saudade aos quais o retorno é barrado.

Os autores argumentam que essa concepção norteia a visão lírica e mesmo poética das aldeias até 1948, que domina as narrativas dos palestinos. Para Rochelle Davis (2011: 25), o significado da palavra “nostalgia” é muito próximo ao caso palestino. Ela ensina que o termo “é pseudogrego e foi cunhado em 1688 por um médico suíço, Johannes Hofer, para descrever ‘a triste lua proveniente do desejo de retorno à terra natal’”.

Recorrer à memória é um passo fundamental ao reconhecimento histórico das injustiças cometidas em relação aos palestinos e à interrupção desse processo. O que é necessário para se sedimentar o caminho rumo à justiça plena, que inclui transformar o “desejo de retorno à terra natal” em realidade, direito inalienável e inegociável dos milhares de palestinos expulsos de suas casas.

¹⁸ RICOEUR, Paul, op. cit., p. 22.

¹⁹ Ibidem.

Referências bibliográficas

- DAVIS, Rochelle A. *Palestinian Village Histories – Geographies of the Displaced*. Califórnia: Stanford University Press, 2011.
- HERZL, Theodor. *O Estado judeu*. Trad. David José Pérez, Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- PAPPE, Ilan. *História da Palestina Moderna – uma terra, dois povos*. Trad. Ana Saldanha, Lisboa: Ed. Caminho, Lisboa, 2007.
- _____. *La limpieza étnica de Palestina*. Trad. Luis Noriega, Barcelona: Memória Crítica, 2008.
- SA'DI, Ahmad; ABU-LUGHOD, Lila (eds). *Nakba: Palestine, 1948, and the Claims of Memory*. New York: Columbia University Press, 2007
- SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvira, 2010.
- SAID, Edward. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MASALHA, Nur. *Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought, 1882-1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.
- MISLEH, Abder Raouf Ibrahim Yusuf. *Saudades da terra natal*. Entrevista concedida a HARTMANN, Arturo; MISLEH, Soraya. Maio/2008, São Paulo. Disponível em <http://www.icarabe.org.br/entrevistas/saudades-da-terra-natal>. Acesso em 29/11/2011.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento. Capítulo 3 – O esquecimento*. Trad. Alain François, et al. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

A “RESPONSABILIDADE DE PROTEGER” EM SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO ESTRANGEIRA: PALESTINA DEBAIXO DO JUGO DE ISRAEL

Pablo César Rosales Zamora¹

Introdução

Conforme aos parágrafos 138 e 139 do Documento Final do Cume Mundial de 2005, os Estados têm a responsabilidade de proteger (ou R2P) à sua população frente a crimes de guerra, crimes de lesa humanidade, crime de genocídio e depuração étnica. De acordo com esta forma de conceber a soberania, é o Estado quem diretamente exerce jurisdição sobre a sua própria população. Contudo tais parágrafos não fazem menção à situação de ocupação estrangeira, é dizer, aquela onde o exército da potência ocupante aplica sua autoridade sobre um território ocupado². Pela causa da constante discussão sobre o caráter estatal de Palestina, poder-se-ia apresentar uma dúvida acerca da situação de ocupação israelense. Este questionamento se veria alimentado, precisamente, porque uma situação de ocupação estrangeira só pode surgir com a presença de dois Estados. Não obstante, com a Opinião Consultiva do Tribunal Internacional de Justiça de Haia sobre o Muro ocupado de 2004, Palestina é reconhecido como Estado. Ademais, com a Resolução 67/19 da Assembléia Geral de novembro de 2012, se clarifica seu status consultivo ante Nações Unidas. No entanto, a atuação

¹ Licenciado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Perú, pós-graduando em Ciência Política e Governo com menção em Relações Internacionais pela mesma universidade, pós-graduando em Direito Internacional e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Pesquisa “Ortega y Gasset” de Madrid, e pesquisador do Instituto de Democracia e Direitos Humanos (IDEH-PUCP).

² Artigo 42 da Convenção (IV) de La Haia, de 18 de outubro de 1907, relativa às leis e costumes da guerra terrestre.

diplomática de esta organização internacional até agora não tem finalizada a ocupação de Israel, nem tem evitado que o exército israelense como dos grupos terroristas como Hamas continuem cometendo violações graves e/ou sistemáticas aos direitos humanos.

Frente aos acontecimentos recentes na Faixa de Gaza contrários ao Direito internacional dos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário que têm gerado crimes internacionais de caráter massivo, ¿quem teria a “responsabilidade de proteger”: Israel o Palestina?

Neste contexto, na presente coluna opinativa se examina, em primeiro lugar, quais são os rasgos mais importantes a tomar em consideração em relação ao problema da Faixa de Gaza e a R2P. Em segundo lugar, se indicam alguns rasgos da ocupação estrangeira de Israel sobre o território palestino e por que possivelmente o conceito da R2P no tem sido pensado em tal hipótese. Finalmente, se indica quais são as soluções possíveis que apresenta o Direito Internacional Contemporâneo ao problema israelense - palestino.

Crimes internacionais na Faixa de Gaza?

A circunstância atual de Palestina é crítica e a relação com Israel tem sido uma das grandes problemas jamais resolvidos pelo Direito internacional. Antes que caracterizar-se como um enfrentamento étnico, a principal causa deste conflito incessante entre israelenses e palestinos é a repartição territorial de seus respectivos Estados. Vários têm sido os planos de divisão territorial e projetos de pacificação entre Israel e Palestina, não obstante, com nenhum se tem alcançado à paz, só se tem obtido breves momentos de interrupção do conflito. O problema recente não admite uma divisão dicotômica entre bons e maus, senão que é importante descobrir que, ademais de abusos por parte de Israel, também estão Hamas e outras facções terroristas que empioram a crise humanitária da população civil palestina. Mesmo que as populações israelenses sofrem a desgraça das hostilidades, deve-se precisar que é a população palestina a que se leva a pior parte.

De acordo com o Conselho de Direitos Humanos (2014: parágrafo 2), desde o 13 de junho de 2014, se têm despregado indiscriminadamente e de modo desproporcionado operações militares israelenses no território da Faixa de Gaza que

têm suposto graves vulnerações aos direitos humanos da população palestina. Tais ataques têm sido catalogados por este órgão intergovernamental como possíveis crimes internacionais. A Alta Comissária dos Direitos Humanos, Navi Pillay (2014), havia destacado um dia antes a possível perpetração de crimes de guerra e crimes de lesa humanidade³.

Ante isso, cabe perguntar-se se é que os órgãos duma organização internacional que não são tribunais penais internacionais podem qualificar um determinado sucesso como crime internacional. O certo é que não carece de compatibilidade com o Direito Internacional que o Conselho de Direitos Humanos – e, em geral, um órgão das Nações Unidas – afirme a possível comissão dum crime internacional num determinado contexto. A razão de tal conformidade é que a qualificação dos feitos não implica assumir uma atribuição de competência para julgar crimes internacionais, dado que não se destina diretamente a responsabilidade penal a um indivíduo pela comissão dum crime desta índole. Só retrata a possibilidade de tal perpetração como sintoma da gravidade duma situação determinada. Nesta linha, por exemplo, os preâmbulos das resoluções 1973 (2011) y 2134 (2014) do Conselho de Segurança, referidos as crises humanitárias na Líbia e na República Centro-Africana, respectivamente, onde se fala da possibilidade de crimes internacionais nos dois cenários.

O emprego destas categorias constitui, em última conta, uma expressão discursiva produto da influência do Direito Penal Internacional expressada no conceito da R2P e que serve para retratar a escala humanitária dum determinado contexto. Contudo, as palavras por mais que refletem com precisão uma realidade não supõem uma solução imediata para a população civil palestina. E este é o grão defeito do discurso da R2P.

³ No original: “(...) It is imperative that Israel, Hamas and all Palestinian armed groups strictly abide by applicable norms of international humanitarian law and international human rights law. This entails applying the principles of distinction between civilians and combatants and between civilian objects and military objectives; proportionality; and precautions in attack. Respect for the right to life of civilians, including children, should be a foremost consideration. Not abiding by these principles may amount to war crimes and crimes against humanity”.

A ocupação estrangeira de Israel como desafio à R2P: ¿Quem é o que protege e a quem se protege?

Segundo o Secretário Geral das Nações Unidas (2009), e baseado no Documento Final do Cume Mundial, três são os pilares da R2P: a) O primeiro corresponde à responsabilidade do Estado de proteger à sua população frente aos denominados “crimes atrozes”; b) o segundo pilar compreende a ajuda e fôlego que brinda a comunidade internacional ao Estado para que fortaleça a sua capacidade de proteger; e c) o terceiro pilar referido à resposta oportuna e decisiva da comunidade internacional mediante o Conselho de Segurança.

Em relação ao primeiro pilar, uma advertência preliminar que deve fazer-se é que não se trata de identificar quem tem a responsabilidade por determinados feitos internacionalmente ilícitos, senão de averiguar, de acordo à coerência do discurso da R2P, quem é finalmente o Estado responsável de proteger à população. Nesta dimensão do conceito sobejassem obrigações já existentes no Direito Internacional como o artigo 1º da Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio de 1948 e o artigo 1º comum às Convenções de Genebra de 1949.

Na ocupação estrangeira percebe-se a confluência de dois Estados na que um subjuga a outro a este regime pero que não supõe o arrebatamento da sua soberania. Ao nível dos documentos sobre a R2P não há indícios de desenvolvimento sobre este ponto. Apesar disso, o ex-relator especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios Palestinos ocupados desde 1967, Richard Falk (2010: parágrafo 32), adotou a fórmula da R2P ao sublinhar o seguinte:

“(…) Israel, (...) como Potência ocupante, tem a obrigação legal de proteger à população civil da Faixa de Gaza. Acima de tudo, a realidade fundamental consiste em que o bloqueio é ilegal e uma forma de castigo coletivo constante e massivo. Como tal, constitui uma violação fundamental da obrigação de Israel de proteger à população civil da Faixa de Gaza ocupada”⁴.

Deste parágrafo deriva-se que a potência ocupante tem a obrigação jurídica de proteger à população palestina assentada em Gaza porque ele tem a jurisdição. Isto levaria a sustentar que quem goza do controle sobre o território é o que tem a maior parte das obrigações jurídicas internacionais. Isto poderia dar como resultado um análise casuístico muito variado se é que somente parte do território dum Estado e não

⁴ Tradução livre.

todo ele encontrara-se ocupado (Ferraro, 2012: 24). No presente caso, é claro o isolamento da Faixa de Gaza por Israel e, pelo qual, surgem os deveres de garantia deste respecto da população assentada baixo este espaço. Em resumidas contas, e seguindo a postura de Draper (1965: 120), os civis palestinos devem obediência à potência ocupante a qual se deve limitar a ao previsto pelo Direito Internacional.

Um problema de muita complexidade, e que só se mencionará brevemente por motivos de espaço, é identificar a quem se deve proteger. Ante o contexto de conflito armado internacional o de ocupação estrangeira, o artigo 4º das Convenções de Genebra estabelece o conceito de “pessoa protegida”. Entretanto, esta categoria não se identifica com a de ser humano do Direito Internacional dos Direitos Humanos, pelo qual, na prática, podem-se apresentar dificuldades *per se*, dada uma interação conflituosa entre esta rama e o Direito Internacional Humanitário na proteção tanto de palestinos como de israelenses. Este aspecto tampouco é observado pela R2P.

O papel da comunidade internacional

O problema israelense- palestino possui longa data, assim como a tentativa das Nações Unidas por encontrar uma solução pacífica. Se atualmente, existe uma real possibilidade de ter-se cometido crimes internacionais, ¿que pode fazer a comunidade internacional? Duas opções provem do Direito penal internacional (Mercure, 2014). A primeira é a jurisdição universal, referida ao julgamento de crimes internacionais por um Estado alheio ao território palestino. Trata-se dum mecanismo que os Estados evitam o empregar ante a aparição da Corte Penal Internacional que pretende ser um órgão jurisdicional penal internacional de carácter universal. A segunda alternativa se detalha no artigo 13 do Estatuto de Roma, que estabelece que os seguintes atores internacionais possam remitir um caso: os Estados partes⁵; o Conselho de Segurança em virtude do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas⁶, como ocorreu no caso líbio a través da Resolução 1970 (2011); e pela iniciativa da Fiscal, Fatou Bensouda, de conformidade ao artigo 15 do Estatuto de Roma.

⁵ Artigo 13 inciso a del Estatuto de Roma.

⁶ Artigo 13 inciso b del Estatuto de Roma

Deve-se recordar que Palestina havia intentado ser parte do Estatuto de Roma para denunciar os crimes internacionais cometidos no seu território pelos agentes estatais de Israel. Como consequência de esse fato, em enero de 2009, Ali Khashan, ministro de Justiça do Governo de Palestina depositou, em virtude do artigo 12, parágrafo 3 do Estatuto de Roma, uma declaração para que o tribunal tenha jurisdição sobre "os atos cometidos no território de Palestina desde 01 de julho 2002". Em abril de 2012, o Escritório do Fiscal da Corte Penal Internacional denegou tal solicitude.

Não obstante, o limite que expõe o caso israelense- palestino é que nenhum de os dois Estados envolvidos é parte do Estatuto de Roma – até agora, Israel somente tem a qualidade de Estado assinante do tratado –, pelo qual unicamente poder-se-ia esperar a própria iniciativa do Fiscal o a autorização do Conselho de Segurança. Sem embargo, é muito conhecida a oposição de Estados Unidos, membro permanente deste órgão de manutenção da paz e seguridade internacionais, a qualquer atividade da Corte Penal Internacional y, por essa razão, vetaria toda decisão do Conselho que autorize a remissão do caso a este tribunal.

Por outro lado, desde as chamadas exceções ao princípio de não intervenção se concebe a possibilidade da intervenção do Conselho de Segurança o dos Estados membros invocando motivos humanitários. Esta figura refere-se ao emprego da força armada para deter as violações graves e/ou sistemáticas dos direitos humanos. Se for autorizada pelo Conselho será um ato conforme ao Direito Internacional; entretanto, se um Estado unilateralmente decide iniciar uma operação armada com finalidade humanitária, será contrario ao atual ordenamento jurídico internacional. Este tem sua base no princípio da proibição da ameaça e uso da força que não ampara as incursões armadas de nenhum tipo e baixo nenhuma justificação, salvo as autorizadas pelo Conselho de Segurança. Isto também é ressaltado pelo R2P. Em este caso, poder-se-ia igual questionar se uma intervenção armada solucionaria o conflito. Estados Unidos, paradoxalmente, tem formulado a intervenção unilateral sem mencionar a possibilidade da intervenção do Conselho de Segurança.

Desde meu ponto de vista, a utilização de medidas coativas não constitui a primeira alternativa a empregar, senão uma subsidiária porque com a maior presença armada duma grão potencia incentivar-se-ia a que otros Estados participem, direta o indiretamente, nas hostilidades, o qual agravaria o conflito. E em caso tenha sucesso, somente lograr-se-ia solucionar o aspecto mais superficial do problema.

Outro possível mecanismo que, de fato, é invocado pelo Conselho de Direitos Humanos, é o que a comunidade internacional ofereça assistência humanitária à população da Faixa de Gaza. Implica a criação dum corredor humanitário pelo qual se alcance os bens necessários para a subsistência da população civil. Esta opção não é só vital, senão a mínima esperável quando a potência ocupante não exerce nenhuma ação de proteção aos civis. É a esta e não a Palestina a quem se lhe deve pedir o consentimento. A ajuda proviria dos Estados, as organizações regionais e, fundamentalmente, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e de outras organizações não governamentais de caráter humanitário.

Comentário final

Atualmente é notória a dificuldade do Direito Internacional e das Nações Unidas para resolver o problema de Palestina e Israel. Agora, mais que nunca, é necessário que haja um esforço de reconciliação entre ambos Estados para que cesse a barbárie. O conceito da R2P não aporta uma clarificação direta de quem é o responsável, mas sim o Direito Internacional Humanitário. Por isso, se haveria que estabelecer juridicamente a quem corresponde proteger à população palestina nos territórios ocupados, como a Faixa de Gaza, é Israel, o qual não significa subtrair a periculosidade de Hamas. Em todo caso, o conflito requer o compromisso dos dois setores e do labor humanitário que corresponde à comunidade internacional, mais lá de todo interesse político.

Referências bibliográficas

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS. *Ensuring respect for international law in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem*, A/HRC/RES/S-21/1, 24 de julho de 2014.

DRAPER, G.I.A.D. "The Geneva Conventions of 1949", em: *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, Martinus Nijhoff Publishers : Leiden/Boston, vol. 114, 1965, pp. 59-166.

FALK, Richard. *Informe del Relator especial sobre la situación de los derechos humanos en los Territorios Palestinos ocupados desde 1967*, A/HRC/13/53/Rev.1, 7 de junho de 2010.

FERRARO, Tristan (Ed.). *Expert Meeting "Occupation and other forms of Administration of Foreign Territory"*, CICV: Genebra, 2012.

MERCURE, Philippe. *Les crimes de guerre et l'impunité*, 25 de julio de 2014. Disponível em: <<http://www.lapresse.ca/>>

PILLAY, Navi. *Statement by UN High Commissioner for Human Rights*, 23 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=14893&LangID=E>>

SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, *Hacer efectiva la responsabilidad de proteger*, A/63/677, 12 de enero de 2009.

DESENHANDO O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES EM HQS

Patrícia Rangel¹

Resumo:

Este artigo é dedicado à reflexão sobre narrativas e representações do povo palestino em histórias em quadrinhos. Argumento que a arte sequencial pode servir como fonte de História e forma de questionar visões orientalistas. Como exemplo, apresentarei um projeto gráfico contra-hegemônico (*Palestina*, de Joe Sacco), em oposição a imagens eurocêntricas comuns em gibis tradicionais (como em *Tintim*, de Herge), sugerindo que a narrativa figurada é um poderoso instrumento político por contribuir para a transmissão geracional dos valores sociais.

Abstract:

This paper aims to reflect about narratives and representations of Palestinians in comic books. I sustain that sequential art may serve as historical source and as a way to put into question orientalist standpoints. As an example, I present a counter-hegemonic graphical project (Joe Sacco's *Palestine*) in opposition to common eurocentric images in traditional comics (as in Herge's *Tintim*), suggesting that figurative narrative is a powerful political tool, as long as it contributes to social values generational transmission.

*A arte é a expressão da sociedade em seu conjunto:
crenças, ideias que faz de si e do mundo,
diz tanto quanto os textos de seu tempo,
às vezes até mais.
(Georges Duby)*

Em 2014, a sociedade internacional como um todo tem sido convocada a revisar e atualizar suas posturas e reflexões quanto ao conflito Israel-Palestina, sobretudo devido às atrocidades levadas a cabo pelo governo israelense e às manifestações belicosas de proeminentes figuras sionistas, bem como às violentas reações do Hamas, principal braço do fundamentalismo islâmico da Palestina (e organização terrorista, segundo Estado Unidos, União Europeia e Israel). Neste ano, o conflito ganhou novo fôlego, a partir de renovadas investidas de Israel contra Gaza, caracterizadas sobretudo

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-Rio, mestra em Ciência Política pelo antigo IUPERJ e doutora em Ciência Política pela UnB, atualmente é bolsista de pós-doutorado da FAPESP junto ao Projeto "50 anos de feminismo (1965- 2015): novos paradigmas, desafios futuros", realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

por bombardeios aéreos que tiveram como consequência a morte de inúmeros palestinos².

O mais novo episódio deste conflito que dura quase 70 anos começou em junho deste ano, quando o Hamas foi responsabilizado por Benjamin Netanyahu (primeiro-ministro israelense) pelo desaparecimento de três jovens judeus. O atual ataque bélico por parte de Israel vem sendo considerado a maior investida militar na Cisjordânia desde a segunda Intifada. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontaram que, até agosto deste ano, um milhão de pessoas estavam sem água potável, 485 mil haviam sido enviadas para abrigos de emergência e 1.900 haviam sido mortas. Segundo a organização não-governamental Palestinian Prisoners Society³, só em agosto deste ano, 597 pessoas foram detidas na Cisjordânia e Jerusalém Oriental por autoridades israelenses, contabilizando pelo menos dois mil palestinos presos em 2014.

Apesar de o tema estar em voga nos últimos meses e de ter (re)despertado interesse no público em geral, é sabido que as atrocidades nunca cessaram desde 1948, data da fundação do Estado de Israel. Passados quase dez anos da defesa de minha monografia, da qual o presente artigo é uma versão reduzida, ainda segue atual o problema que elegi para produzir o trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais. Na ocasião, meu objetivo era sugerir que as histórias em quadrinho (HQs) interagem com a realidade política internacional e são elemento de *soft power*⁴. Analisando representações de povos do Oriente Médio e do Mundo Muçulmano (OMMM) em HQs produzidas em períodos e países distintos, busquei apontar que as mesmas podem fazer as vezes de instrumento político de reprodução e reprodução de valores, imagens, conceitos e juízos recorrentes de política internacional (hegemônicas e

² No Brasil, as atenções se voltaram também às relações diplomáticas com Israel, após a afirmação do porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Yigal Palmor, de que nosso país seria um “anão diplomático”, em resposta à reação brasileira aos ataques israelenses a Gaza. Palmor, que foi destituído em setembro de 2014, completou sua declaração alegando que desproporcional seria perder de 7 a 1, fazendo referência à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo.

³ Para mais informações sobre a organização, ver < <http://mhpss.ps/en/organization/the-palestinian-prisoners-society/MJEN2Ysg-hs=>> e < <http://www.palestinian-prisoners.nl/>>

⁴ Os quadrinhos e os desenhos animados contribuíram, por exemplo, para a conquista de “corações e mentes” ao redor do mundo pelos Estados Unidos: só a Warner Bros possui 135 mil desenhos animados (Ramonet, 2002). Ao estimular a difusão internacional de sua cultura, o país se tornou proprietário de uma parcela do imaginário coletivo global.

contra-hegemônicas), incluindo posturas islamofóbicas e orientalistas, mas também perspectivas decoloniais (ou decoloniais)⁵.

O que se chama de *comics* nos Estados Unidos, de *bandes-dessinées* na França, *fumetti* na Itália, *tebeio* na Espanha, *hitorieta* na América Espanhola, *história aos quadrinhos* em Portugal e de *história em quadrinhos* no Brasil compõe uma “literatura de imagens fixas”⁶ (Cagnin, 1975) permeada de elementos ideológicos geralmente despercebidos, já que o senso comum a considera literatura infantil e, portanto, coisa despolitizada. No referido trabalho, indiquei que, exatamente por serem majoritariamente voltadas a crianças e adolescentes, essas histórias são relevantes para processos de socialização e para o treinamento em práticas sociais, ensinando a gerações inteiras a cultura política em uma determinada época, suas ideologias e percepções sobre outros povos.

Os quadrinhos são essencialmente códigos que trazem consigo um sistema de significados (Cagnin, 1975) e, desta forma ajudam a compreender visões de mundo que inspiram o cartunista, e consequentemente, a sociedade no momento histórico em que ele vive. Por serem manifestações artístico-culturais e produtos industriais, os quadrinhos (bem como livros, filmes e canções) não são somente fruto do talento do artista, mas sim o resultado de relações sociais na sociedade industrial (Miranda, 1978). Quadrinhos, por serem uma literatura de grande influência, constituem um veículo de comunicação de massa. Para Miranda (1978), eles são os principais instrumentos de cultura de massas entre os jovens⁷.

Expressão vizinha às HQs, os desenhos animados, como argumentava Theodor W. Adorno, foram inicialmente manifestações da fantasia contra o racionalismo, mas posteriormente passaram a confirmar a vitória da razão tecnológica sobre a verdade, a habituar os sentidos ao desfalecimento da resistência individual, que é condição de vida nessa sociedade: “Pato Donald mostra nos desenhos animados como os infelizes na realidade são espancados para que os espectadores se habituem com o procedimento”

⁵ Para uma explicação detida sobre os termos “decolonial” e “descolonial”, ver “América Latina e o giro decolonial”, artigo de Luciana Ballestrin na Revista Brasileira de Ciência Política, no.11 - May/Aug. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>, acesso em 01/09/2014.

⁶ HQs podem ser de diversos tipos: *comics* (poucos quadrinhos, que geralmente são piadas e charges, com o objetivo de provocar riso); sátiras (que introduzem críticas sociais e proposições ideológicas); e aventuras, que são a maioria dos quadrinhos (Cagnin, 1975).

⁷ De acordo com sua pesquisa, 79,3% dos estudantes de São Paulo liam HQs no fim da década de 1970, e mais de 80% dos jovens de até 18 anos consumiam frequentemente os quadrinhos (infelizmente, não há estudo recente equivalente à investigação do autor que ofereça dados mais recentes).

(Adorno, 2000:186). Ariel Dorfman e Armand Mattelart (1980) seguem a mesma linha, argumentando que histórias infantis são, consciente ou inconscientemente, utilizadas como ferramenta de comunicação de massa. Usando como exemplo uma aventura também de Pato Donald, que é “o símbolo por excelência do americano comum” (Moura, 1985:39), os autores sugerem que quadrinhos e desenhos animados da Disney reproduzem valores etnocêntricos que refletem relações hegemônicas existentes no Sistema Internacional. Swingewood, (1978), por fim, aponta que HQs seriam instrumentos culturais que ajudariam a manter a dominação capitalista.

Por outro lado, elas também podem servir a motivações contra-hegemônicas. *Persépolis* (Satrapi, 2004, 2005 e 2006), por exemplo, representa uma visão endógena sobre e a Revolução Iraniana e desconstrói os lugares-comuns sobre o país. Já *Palestina - Uma nação ocupada*, de Joe Sacco (2002), é uma visão estrangeira com um compromisso anti-etnocêntrico sobre o conflito que nos serve de tema nesta edição do Boletim Malala. A obra é um esforço de um indivíduo do Norte Global em entender a cultura e as convicções políticas do povo palestino, relativizando as categorias dicotômicas que muitas vezes resultam de experiências com a alteridade. A HQ, que possui um tipo histórico e subjetivo de narrativa, pode ser classificada como reportagem em quadrinhos. É sobre este tipo de arte sequencial e seu potencial político que discorrerei nas próximas páginas. Não cabe, neste trabalho, levar a cabo a análise estética da cultura comercial em si. O intuito, como sugere Swingewood (1978) é realizar uma tentativa de compreensão de seus efeitos sobre o comportamento e a consciência de massa, bem como as possibilidades de desafiá-la.

Construindo outras narrativas e versões da história

*É impossível ler todas as suas histórias –
e aquele que o fizer estará morto.
(Ditado árabe)*

O tipo de narrativa do romance gráfico (*graphic novel*) *Palestina - Uma nação ocupada* não aspira objetividade, admite que suas imagens são parciais e busca captar o cotidiano, o doméstico, os sentimentos das pessoas comuns. Com seu jornalismo investigativo e sensível, Joe Sacco não somente narra a história do conflito entre

israelenses e palestinos, mas também traz seu dia-a-dia para perto dos/as leitoras/es, dando uma feição humana àquela população. Os quadrinhos foram desenhados entre os anos de 1991 e 1992, porém sua obra continua fazendo sentido em recortes temporais mais amplos e/ou posteriores. A contribuição desse tipo de trabalho reside em providenciar versões alternativas à história oficial, escrita pelos vencedores, i.e., pelo mundo ocidental e pela supremacia branca (utilizando o termo empregado por bell hooks, 1992) e por perspectivas sionistas. Nesta seção, trataremos de alguns fatos abordados na HQ.

As teorias decolonias, que há décadas têm buscado superar o etnocentrismo, oferecem ferramentas para a crítica do sujeito universal, que desconsidera particularidades e contingências, que elimina a polissemia e que estratifica, hierarquiza e exclui em nome de um discurso uno. Suas teorias buscam dar visibilidade a vivências e conhecimentos de seguimentos sociais historicamente marginalizados, promover a celebração da diversidade, bem como fazer a crítica ao fardo colonial nas ciências humanas e sociais⁸.

A história oficial e o senso-comum tendem a considerar que a criação de Israel implicou no nascimento de duas nações: a israelense e a árabe-palestina, já que no final do século XIX e início do XX, a região da Palestina era parte do antigo Império Otomano, e não uma nação politicamente organizada (Scalercio, 2003). Argumenta-se, desta forma, que a luta entre palestinos e sionistas seria “uma luta entre a presença e a interpretação, a primeira sendo sempre derrotada pela segunda” (Arbex, 2002:VIII). No mesmo sentido, a maior parte dos/as especialistas alega que, no caso de Israel, um conflito que seria meramente territorial ganhou uma interface perigosa, i.e. histórica e religiosa, como aponta Scalercio (2003). Para o autor, os dois lados citam suas linhas de legitimidade histórica, o que jamais resultou em um entendimento: judeus/judias alegam terem sido expulsos/as e palestinos/as afirmam que não saíram de seu lugar.

No campo da religião, tanto o Islã quanto o Judaísmo seriam ideias-força dotadas de enorme teor de mobilização, o que acabaria fazendo com que as identidades culturais e religiosas sejam afirmadas através de lutas violentas e viscerais (Scalercio, 2003). No entanto, esse tipo de enfoque acaba por sugerir uma simetria entre os dois lados, coisa

⁸ Algumas referências fundamentais do mencionado campo, que não puderam ser tratadas neste artigo dada a limitação de espaço, são: Xochitl Leyva, Shannon Speed, Sandra Harding, Donna Haraway, Charles Mills, bell hooks, Immanuel Wallerstein, Talal Asad, Kathleen Gough, Edward Said, Boaventura de Sousa Santos, Walter Mignolo, Frantz Fanon e Anibal Quijano.

que não existe. Além disso, como argumenta José Arbex Jr., em entrevista a Lellis e Matos (2014), parece óbvio que “as narrativas preconceituosas de que se trata de um ‘conflito milenar’ servem de cortina de fumaça para encobrir o que de fato move os políticos”, a saber, disputa pelos recursos que movem o capital – disputa essa que envolve estadunidenses, europeus, líderes sionistas e governos árabes.

A HQ *Palestina* oferece uma contribuição atenta ao problema, explorando dimensões da realidade e versões dos fatos históricos pouco tratadas pela historiografia tradicional. Desenhando alguns episódios do conflito, Joe Sacco aponta que o fato de a região não ser um Estado-Nacional no momento de sua invasão não significa que não houvesse uma população local ou uma nação com quem negociar, nem um sentimento de pertencimento ou identidade social. A Palestina esteve ocupada por muçulmanos/as e por minorias cristãs e judias desde o século VII. Os primeiros sionistas⁹, contudo, alegaram que ela nada mais era que um deserto à espera de ocupação, pois os/as habitantes eram nômades, não ligados/as de fato àquelas terras e, portanto, não tinham direito sobre ela.

Os/as árabes foram, desta forma, transformados/as em um povo incapaz de formar realidade cultural ou nacional (Said, 1990). O sionismo teve de negar a existência dos/as árabes palestinos/as para justificar a fundação do Israel, uma vez que judeus/judias da Europa só ocupariam a Palestina se expulsassem seus/suas habitantes. A invisibilidade dos palestinos está explícita no lema sionista “uma terra sem povo para um povo sem terra” e na afirmação de Golda Meir “Não havia algo como palestinos (...) Não é como se houvesse um povo palestino na Palestina considerando a si mesmo como um povo e nós viéssemos, os jogássemos fora e tomássemos deles o seu país. Eles não existiam”¹⁰ (ver imagens abaixo).

⁹ O Primeiro Congresso Sionista tomou lugar em 1897, mesmo ano em que se fez o pedido de criação de um lar na Palestina para o povo judeu, cuja reação foi a oposição do governo otomano e da população árabe local. Ainda assim, verificou-se o crescimento do número de judeus assentados em kibutz no território palestino.

¹⁰ No original: “There were no such thing as Palestinians (...) It was not as though there was a Palestinian people in Palestine considering itself as a Palestinian people and we came and threw them out and took their country away from them. They did not exist”, publicado no Sunday Times e no The Washington Post, em 15 de junho e 16 de junho de 1969.



Figura 1 - SACCO, Joe. Palestina. Uma nação ocupada. São Paulo: Conrad Livros, 2002.

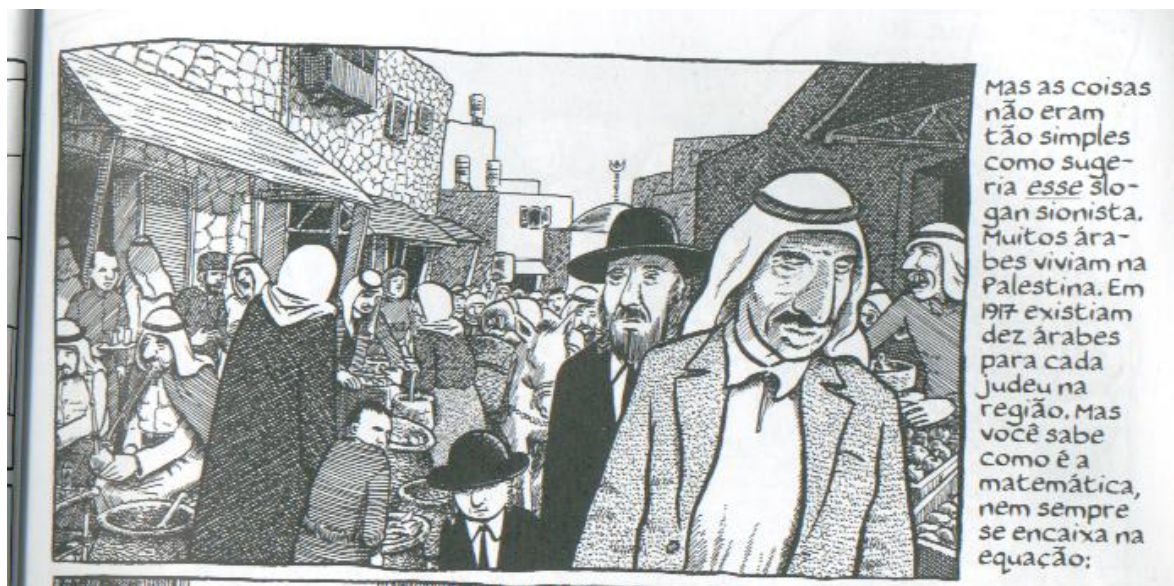


Figura 2 - SACCO, 2002.

Em 1880, a região da Palestina passou a receber um número crescente de judeus ocidentais que possuíam um projeto de nação judia. A iniciativa ganha força com a partilha do Oriente Médio entre França e Inglaterra (Acordo Sykes-Picot, ano de 1916), e a Declaração de Balfour (1917), quando a Inglaterra promete aos sionistas um “lar nacional judaico” na região da Palestina. A imigração era amplamente encorajada e o sistema de administração foi estabelecido pela Inglaterra. Os investimentos judeus eram consideráveis e contribuíram para a transformação da estrutura daquele país. Houve, naquela época, a sugestão de que seria melhor procurar uma área menos crítica, mas o movimento sionista não compactuou com a ideia. A reação obviamente existiu, como ilustra a revolta árabe anti-britânica e anti-sionista na Palestina em 1936, mas o projeto de criação de um Estado judeu já estava demasiadamente avançado para ser refreado.

Em 1937, a Comissão Peel lançou a proposta da partilha da Palestina entre um Estado independente judaico e outro árabe e, após a II Guerra Mundial, a tragédia do Holocausto fortaleceu o Movimento Sionista, levando a ONU a votar um plano para a partilha do território palestino em 1947. Márcio Scalercio (2003) conta que os/as árabes da Palestina comumente designam o ano de 1948 (data da fundação de Israel) como a época do *al-Nakba* (o desastre): centenas de milhares de pessoas foram expulsas de suas casas e dispersadas por outros países da região. Para se ter uma ideia, em 1922, cerca de 89% da população da região era composta por árabes muçulmanos/as e cristãos/ãs. Em

1949, o número de judeus e judias já ultrapassava 30%, sendo que eles/as eram donos/as de mais de 20% das terras cultivadas (Hourani, 1994).

Os/as palestinos/as, segue Scalercio (2003), aprenderam rapidamente que não podiam contar com a solidariedade dos governos dos Estados vizinhos, que seriam os/as únicos/as a defender seus interesses e que, portanto, deveriam aprender a lutar. Veio, então, a guerra árabe-israelense de 1948, criou-se a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) em 1964 e manteve-se a resistência. Como os primeiros entre os povos árabes adversários de Israel, a população palestina constatou que não poderiam combater nos termos desejados pelos israelenses: o poder militar daquele país se tornara tão extraordinário, sobretudo após a Guerra dos Seis Dias (1967), que seria estupidez ou ingenuidade tratar de enfrentá-lo em campo aberto com exércitos regulares. Na ocasião daquela guerra, por exemplo, Israel derrotou a coalizão árabe e ocupou o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã. Ao longo da década, também se deu a Guerra de Atrito entre Israel e Egito.

A sobrevivência de Israel sempre dependeu de luta violenta. Daí a necessidade de equipar-se bem militarmente e manter grandes exércitos, como narra a citação que segue abaixo deste parágrafo. Assim, para muitos/as analistas, entre eles/as Albert Hourani (1994), a fundação do Estado israelense significou a reafirmação de atos de violência do imperialismo europeu contra as terras dos povos islâmicos, sendo uma espécie de “cabeça-de-ponte” da dominação e da influência do Ocidente na região.

Objetivamente, a comunidade judaica da Palestina fez uso das armas para impor aos árabes, igualmente dispostos à violência na defesa de seu ponto de vista, a realidade do Estado de Israel. No momento em que foi proclamada a criação do Israel moderno, cinco nações árabes invadiram a região. Na guerra, os israelenses levaram nítida vantagem. Com o fito de abrir caminho para as migrações judaicas na região, incentivaram a fuga das populações árabes, ‘clareando o terreno’ e promovendo modificações demográficas. O Estado de Israel é, desde seu nascedouro, uma nação que entendeu como imprescindível o recurso à ação militar para sobreviver. Um dos problemas (aliás, dos mais graves) é que os israelenses foram tão bem sucedidos em seus empreendimentos militares que a crença inabalável em sua superioridade produziu um enfraquecimento extraordinário nas vias de resolução dos conflitos baseadas na negociação política e no entendimento (Scalercio, 2003:21).

Enquanto Israel se armou da melhor maneira possível, aos/às palestinos/as restou a guerra de guerrilha, a infiltração, a organização em pequenos grupos, a ação rápida e a variedade de alvos. Decisões institucionais paulatinamente criminalizaram atividades de resistência e deslegitimaram pautas políticas palestinas: a partir de 1970,

ações de guerrilha passaram a ser consideradas terroristas, ao passo em que o sionismo deixou de ser classificado pela ONU como uma forma de racismo, em 1991¹¹. Nesse contexto, nunca chegou a ser possível viabilizar um projeto de paz, acarretando em uma rotina de ataques e retaliações (assimétricos) entre os dois lados. Nas décadas que se seguiram, foram abundantes os exemplos de perseguição ao povo palestino e de embate com países vizinhos.

Foi nesse contexto que surgiu o interesse do cartunista Joe Sacco pela Palestina quando, em 1981, foi estabelecida a cooperação entre Israel e Estados Unidos, e no momento em que Israel bombardeou o Líbano e anexou as Colinas de Golã a despeito da manifestação da ONU, que considerou a ação ilegal. Um ano depois, apesar de retirar suas tropas do Sinai, o governo israelense massacrrou cinco mil palestinos/as em campos de refugiados/as libaneses, visando expulsar a OLP para a Tunísia. As tropas só foram retiradas do Líbano em 1985, mas foi instaurada uma “zona de segurança” no sul. Dois anos depois, veio o início da Intifada, o levante popular palestino contra a ocupação, e uma série de deportações de indivíduos suspeitos de pertencer ao Hamas.

Foi observando essas arbitrariedades que o desenhista começou a questionar a imagem de “Estado vítima dos árabes sanguinários” que a televisão passava ao adotar a interpretação sionista que ocultou a presença palestina através de um jogo de preconceitos culturais. Aos olhos do Ocidente, os/as árabes palestinos/as eram “selvagens”, atrasados/as, estranhos/as, adeptos/as de roupas engraçadas e alfabeto ininteligível. Já os/as sionistas eram “civilizados/as” e semelhantes. Como consequência deste imaginário ocidental, os fatos históricos são frequentemente distorcidos a favor dos/as israelenses, e o povo palestino é considerado culpado mesmo quando não provoca os atritos, sendo associado à violência política: “terrorismo é o pão no qual palestinos são espalhados como manteiga” (Sacco, 2002:8). Por isso, o desenhista enfatizou, na HQ, que muitos palestinos discordam da atuação violenta de grupos como o Hamas (Figura 3).

¹¹ O sionismo havia sido definido como expressão de racismo pelas Nações Unidas no ano de 1975.

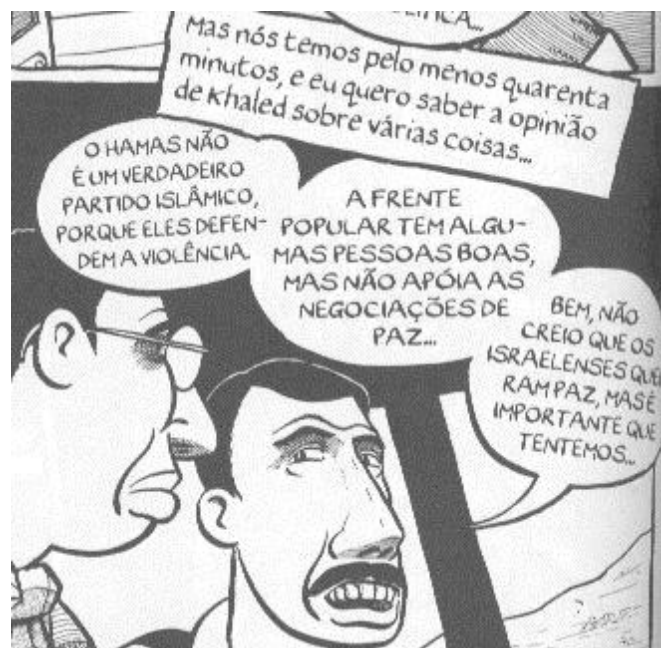


Figura 3 - SACCO, 2002.

O cartunista enfatiza ainda que a morte de um/a ocidental envolvido/a no conflito é considerada mais triste e importante do que a morte de vários/as palestinos/as. Os/as ocidentais que passam pelos territórios controlados por Israel têm um tratamento privilegiado em relação aos/as próprios/as habitantes árabes, impedidos/as de circular por muitos lugares. Da mesma forma, a palavra de um soldado de Israel pesa mais do que a de muitos palestinos (Figura 4).



Figura 4 - SACCO, 2002.

Imagens cotidianas de dois povos condenados a conviver

*O genocídio assassina os povos em seu corpo
e o etnocídio os mata em seu espírito*
(Pierre Clastres)

Os fatos acima elencados colocam em xeque a ideia de que Israel é a “única democracia do Oriente Médio”, como afirmam o governo dos Estados Unidos e demais apoiadores de Israel, ignorando o fato de a democracia já estar consolidada na Turquia e em desenvolvimento em outros Estados da região. Narrativa comprometida com a denúncia de agressões cometidas contra os/as árabes palestinos/as, *Palestina - Uma nação ocupada* trata de uma das consequências da Intifada: os *check points* e o monitoramento da população, bem como a detenção arbitrária de pessoas não envolvidas com grupos insurgentes. Quando há uma crise, ruas e territórios são fechados, há toque de recolher e interrogatórios. Por consequência, maciça parte da população masculina da Palestina, envolvida da resistência ou não, já esteve submetida a situações de privação de liberdade. Isso não quer dizer que muitos/as palestinos/as estejam envolvidos/as com grupos insurgentes, mas sim que inúmeros/as inocentes são arbitrariamente presos/as.



A maneira como os palestinos falam sobre prisão não é normal... não estou dizendo que eles gostam de uma longa temporada atrás de arame farpado israelense, mas não é exagero dizer que eles apreciam, que às vezes até exaltam a cadeia, e que é sempre uma distinção.... e com as 90 mil prisões que aconteceram nos 4 primeiros anos da Intifada, é quase impossível não sentar ao lado de uma conversa sobre isso – nos táxis e nas casas de chá... e nas universidades e nos campos de refugiados – ouvi tantos relatos de encarceramento que o que me surpreende é conhecer um homem de vinte e poucos anos que não tenha sido preso nenhuma vez – dá vontade de perguntar por que raios não foi? (Sacco, 2002:81).

A HQ denuncia, pois, a desproporcionalidade de capacidades: palestinos/as são incapazes de se defender contra o terrorismo de Estado ou levar criminosos à justiça. Demonstra também a diferença de tratamento entre israelenses e palestinos/as que cometem as mesmas infrações: árabes sofrem castigos mais rígidos. Nas prisões, o trato oferecido aos/às detentos/as desafia normas internacionais acerca dos direitos humanos, sendo especialmente violento nos períodos de maior repressão. Os/as suspeitos/as são torturados/as pela polícia secreta israelense, a Shin Bet, com o objetivo de obter confissões. Há uma piada palestina sobre isso, reproduzida na Figura 6, que retrata um agente da Shin Bet tratando de fazer um equino admitir que é um coelho por meio do espancamento.

Apesar de observadores internacionais considerarem inaceitáveis as técnicas de punição realizadas em Israel, as mesmas chegaram a ser autorizadas pelo Relatório Landau - documento elaborado em 1987 por uma comissão criada para investigar a morte de dois palestinos que estavam sob custódia de autoridades israelenses. A comissão, após o fim da averiguação declarou que, para defender Israel de “atividades terroristas”, o Shin Bet poderia tomar algumas medidas de “pressão psicológica sem violência” e “pressão física moderada”. Exatamente o que seria essa pressão está definido na parte II do relatório, mantida em segredo. Na prática, os palestinos continuam a ser interrogados, “só que agora com orientações secretas, sujeitas a vai saber que interpretações e, se você quiser reclamar dos ‘novos’ métodos, agora eles são legalizados” (Sacco, 2002:91). Um relatório aponta que há uso da força física em 30% dos casos de detenção (B’TSELEM, 2010). Poucos anos após a elaboração do relatório, o responsável pela comissão, juiz Moshe Landau¹², recebeu o Prêmio de Israel, condecoração de maior distinção daquele Estado, por sua atuação no campo do Direito.

¹² Falecido em 2011, Landau foi presidente da Suprema Corte entre 1980 e 1982.



Figura 6 - SACCO, 2002.

Além dos castigos físicos, outras formas de intimidação praticadas por parte do exército israelense são novas ocupações e a violência indireta. Esta, em uma de suas dimensões, é observada na destruição das centenárias oliveiras das quais provém o sustento de muitas famílias palestinas (Figura 7). Israel argumenta que a derrubada das oliveiras é questão de segurança nacional, uma vez que podem servir de camuflagem e esconderijo para terroristas.



Figura 7 - SACCO, 2002.

Sobre os assentamentos judaicos, estes continuam crescendo sem que o Estado de Israel tome medidas para amenizar sua expansão nem dismantelar os que foram instalados em território destinado à Autoridade Nacional Palestina (ANP), como explica Scalercio (2003) e como se retrata na HQ aqui estudada:

De acordo com alguns números oficiais do governo de Israel, em 1987 e 1988, os israelenses demoliram mais casas palestinas que permitiram que fossem construídas. Mas se um judeu quiser unir-se a um assentamento em área árabe ocupada, é só pedir! Os incentivos deixam você louco! Um bônus do governo para cobrir as despesas da mudança! Disponibilidade de empréstimos mais altos com juros menores! Casas mais baratas que em Israel! Sete por cento de dedução dos impostos! Você está captando a ideia – é uma versão yuppie do Ato Homestead (Sacco, 2002:105).

Em 2014, a situação se agrava com a decisão do governo israelense de ocupar 400 hectares que pertenciam a aldeias palestinas na Cisjordânia. A ação chegou a ser condenada por um aliado do país, o Reino Unido. Segundo dados da ONG Peace Now¹³, esta é a maior apropriação israelense de terras da Cisjordânia em 30 anos. Esse tipo de informação raramente é veiculado pela grande mídia de países ocidentais e, por sua vez, o conflito é transformado em espetáculo. Sacco ressaltava o fascínio do Norte Global pela violência: em geral, o sofrimento dos/as muitos/as inocentes da guerra é silenciado, os/as mortos/as são tratados/as como números, e tragédia é necessária para vender a matéria.



Figura 8 - SACCO, 2002.

A simpatia e o apoio destinados ao movimento sionista, acrescidos de seu caráter etnocêntrico e do mito da “terra sem povo”, justificaram a missão civilizatória dos judeus europeus na Palestina e contribuíram para a visão negativa dos/as árabes palestinos/as sobre eles, bem como a dificuldade em conviver com os colonos (ver Figura 8). No mesmo sentido, a HQ aborda o tema do desemprego generalizado e o fato de que, a partir da Guerra dos Seis Dias, tomou lugar uma grande interação entre árabes

¹³ Mais informação no sítio eletrônico <<http://peacenow.org/il/eng/>>

e judeus/judias, quando palestinos/as passaram a ser obrigados/as a buscar postos de trabalho em Israel:

Pergunto onde trabalham. 'Israel! Israel!', diz a maioria. Os empregos estão em Israel, dizem, não na Cisjordânia. É uma hora na ida e outra na volta, e eles têm que deixar o país até as seis da tarde. Só Jabril tem um emprego local, em Nablus. Os outros são parte da mão-de-obra barata conveniente para Israel. Israel dá as cartas na economia e faz as regras em seu próprio favor, como aconteceu quando o Ministro da Defesa Rabin disse em 1985: 'Nenhuma permissão será dada para o desenvolvimento de agricultura ou indústria (nos territórios ocupados) que possa competir com o Estado de Israel'. Mahmoud diz que não trabalha há dois anos. Ele tem um cartão de identidade verde, o que significa que não pode entrar em Israel para trabalhar. Cartão verde? Ele esteve na prisão? Os soldados vieram a sua casa um dia, conta. Ele perguntou por que e eles bateram em sua cabeça (Sacco, 2002:45).

A questão do silenciamento do povo palestino é um ponto alto, e as “imagens invisíveis” do conflito são abordadas na HQ, uma vez que Sacco deliberadamente retrata o dia-a-dia dos/as palestinos/as: mostra como a convivência com os/as colonos/as é sensível e como a violência está sempre presente nessa relação. Não é raro que colonos/as criem situações com a finalidade de incentivar a repressão contra os/as árabes (Figuras 9 e 10) que, como visto na seção anterior, são frequentemente sujeitados/as a situações de tortura. A agressiva das forças de segurança de Israel é um dos motivos para o descontentamento palestino e um incentivo a aderir a grupos radicais fundamentalistas, segundo Scalercio (2003). Por outro lado, o desenhista retrata a tragédia pessoal de algumas das vítimas de balas perdidas (indicando a falta de zelo do exército israelense), a criação de heróis e o martírio de vítimas para legitimar a luta por parte dos/as palestinos/as, que encontram nessa atitude uma forma de tornar explícito seu sofrimento e mobilizar o público a favor da causa.



Figura 9 - SACCO, 2002.



Figura 10 - SACCO, 2002.

As visões ocidentais sobre a Palestina são problematizadas na HQ: o processo de desumanização dos povos árabes, seu papel de “não-povo”, de “ser estranho”. O ápice desse processo é a esteriotipação dos povos do Oriente Médio e do Mundo Muçulmano, tomados pelo Norte Global como uma coisa só (“os árabes”, “os muçulmanos”),

homogeneizando e silenciando esses povos. A partir da Segunda Guerra Mundial, “o muçulmano” passou a ser um personagem popular na cultura americana e nos estudos acadêmicos, principalmente após as guerras árabe-israelenses. O mundo contemporâneo e sua padronização, através da televisão, dos filmes, dos desenhos animados e histórias em quadrinhos, reforçou os rótulos impostos ao mundo oriental:

Nos filmes e na televisão, o árabe é associado à libidinagem ou à desonestidade sedenta de sangue. Aparece como um degenerado super-sexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosas, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo. Traficante de escravos, camaleão, cambista, trapaceiro pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema. O chefe árabe (de saqueadores, piratas, insurgentes “nativos”) é muitas vezes visto rosnando para o herói e a loira ocidentais capturados (ambos impregnados de integridade): ‘meu homens vão matar vocês, mas (...) eles gostam de se divertir um pouco antes’. Enquanto fala, ele olha sugestivamente de soslaio: esta é uma degradação comum de xeque feito por Valentino. Nos filmes ou nas fotos de notícias, o árabe é sempre visto em grandes números. Nenhuma individualidade, nenhuma característica ou experiência pessoal. A maior parte das imagens apresenta massas enraivecidas ou miseráveis, ou gestos irracionais (logo, desesperadamente excêntricos). À espreita, por trás de todas essas imagens, está a jihad. Resultado: um temor de que os muçulmanos (ou árabes) tomem conta do mundo (Said, 1990:105).

Após 1973 e as contendas do petróleo, o árabe muçulmano passou a ser visto como mais ameaçador, sendo comuns as caricaturas representando um xeque atrás de uma bomba de gasolina e como perturbador da vida do Ocidente e de Israel. Como afirma Said, “no que diz respeito ao Oriente, a padronização e a estereotipação cultural intensificaram o domínio da demonologia acadêmica e imaginativa do ‘Oriente misterioso’ ” (Said, 1990:120). Essa estereotipação inclui a impossibilidade de se identificar culturalmente ou discutir com neutralidade o OMMM. Um exemplo pôde ser constatado na Guerra do Golfo, em 1990: enquanto a televisão mostrava inúmeras fotos dos soldados americanos, contando sobre suas famílias, seus amores, suas vidas, nada mostrava sobre os/as iraquianos/as.

Tudo o que se mostrava na TV eram mulheres de *hijab*, crianças armadas, camelos, “evidências” de que “eles” eram machistas, fanáticos/as e atrasados/as. Muita simpatia foi despertada pelos americanos, e indiferença em relação aos árabes (Arbex, 2002). Para Ronaldo Helal (1998) a mídia constrói os fatos, os ídolos, os mitos, e as histórias em acordo com o público. Para ele, mídia e sociedade não podem ser consideradas esferas autônomas, pois são interdependentes, e a sociedade moderna (e pós-moderna) é uma sociedade midiática. Lazarsfeld e Merton (2000) dizem que os

mass media servem como reforço das normas sociais, possuem um enorme poder usado para o bem ou para o mal, e que a última possibilidade é mais provável na ausência de controles adequados. No mesmo sentido, Ramonet (2002) afirma que os veículos de comunicação de massa, como a televisão e o cinema, utilizam imagens com base em um designo ideológico.

Adorno, Marcuse e Horkheimer atribuem à cultura de massa o papel de base do totalitarismo no capitalismo moderno, impedindo qualquer oposição genuína às suas tendências. As imagens supracitadas seriam, portanto, máquinas repetitivas que reproduzem os estereótipos. Ao fenômeno da invisibilização dos/as palestinos/as (e povos do OMMM como um todo), podemos, assim, associar o debate sobre a cultura de massa que, apesar de considerado ultrapassado por alguns/mas acadêmicos/as, parecem-nos útil à discussão presente. Nesse sentido, ao passo que HQs tradicionais (como *Tintim*, que veremos nas próximas páginas) tendem a reproduzir visões estereotipadas e preconceituosas dos povos muçulmanos e do Oriente Médio, obras de caráter contra-hegemônico nos brindam com imagens e representações humanizadas dessas populações e suas identidades coletivas. É o que discutiremos em seguida.

Novas representações de palestinos: por imagens não racistas e não eurocêntricas

*Que direito tem de assumir esses ares de superioridade
em relação a um povo que escolhei chamar de oriental?*
(J.M. Robertson)

Em grande parte, o que se fala e se escreve sobre as nações do OMMM são representações e análises exógenas, não a partir das vozes ou discursos dos povos em questão. O mundo muçulmano, como conhecemos, é uma invenção ocidental como tradição de pensamento e vocabulário, um compêndio de imagens e interpretações (Said, 1990). Desde a Antiguidade, o “Oriente” foi cenário de belas paisagens e personagens exóticos. As visitas descritas em diários publicados por viajantes europeus eram mais criações que representações objetivas. O “Oriente” passou a ser associado ao berço de maravilhas e histórias fantásticas, o que estimulou a criatividade de escritores europeus sobre o tema: Goethe e seu *Weltöstsliche Diwan*, sir Walter Scott e *O Talismã*, entre outros.

O mundo oriental também influenciou as artes visuais, como podemos perceber através do uso de temas islâmicos na decoração de edifícios europeus e do estilo “orientalista” adotado por pintores como Ingres e Delacroix. A cultura do imperialismo europeu engloba a curiosidade por sociedades asiáticas (Hourani, 1991). A partir de olhares ocidentais e europeus, o contato com “outros mundos” traria à tona fantasias sobre o diferente dentro da estrutura da supremacia branca: de engolir o Outro, como diria bell hooks (1992). Para bell hooks (1992) esse tipo de dinâmica pode ser entendido como uma onda de nostalgia imperialista, um retorno do interesse pelo “primitivo”, que reencenam e re-ritualizam a empreitada colonizadora como fantasia-narrativa sobre poder, desejo e sedução pelo Outro, além de tentar captar uma “essência” de grupos não-brancos cujas tradições e estilos de vida foram inequivocamente transformados pelo imperialismo, pela colonização e dominação racista.

A autora segue afirmando que, desde que raça e etnia sejam mercantilizadas como recursos de prazer, a cultura de grupos específicos (bem como os corpos de seus indivíduos) pode ser vista como um parque de diversões onde indivíduos de raças, gêneros e orientações sexuais dominantes reafirmam seu poder. Nesse diapasão, continua-se a explorar fantasias sobre o Outro, e isso é feito de forma a manter e reforçar o *status quo*, cuja força, por sua vez, torna as identidades fixas, imutáveis, mortas. Neste movimento, identidades individuais se tornam identidades de grupos e estas, por sua vez, são simplificadas e homogeneizadas.

Por sua vez, o Orientalismo - estudo do Oriente a partir de epistemologias coloniais – serviu para domesticar um saber para o Ocidente e produzir um discurso científico capaz de trazer legitimidade para a autoridade que as potências europeias exerceram (e ainda exercem) sobre o mundo islâmico. Edward Said (1990) adverte que é preciso conhecer o orientalismo para entender a disciplina através da qual a Europa produziu e administrou aspectos da política, da ideologia, da ciência e do imaginário sobre o “Oriente”. O parágrafo abaixo, reproduzido da página 24 da obra do autor, explica com clareza os problemas do orientalismo:

O orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista “ocidental” para subjugar o mundo “oriental”. É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma

elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas criam como mantém; ele é, em vez de expressar, uma certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldando em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da lingüística comparada ou anatomia, ou qualquer uma das modernas ciências ligadas à decisão política), com o poder cultural (como as ortodoxias e cânones de gosto textos e valores), com o poder moral (como as idéias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos). Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é – e não apenas representa – uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que o “nosso” mundo.

Ainda de acordo com Said (1990), as ideias e as culturas não podem ser estudadas sem considerar, da mesma forma, suas configurações de força. A relação entre os mundos ocidental e oriental sempre foi de força, inclusive no campo da religião. Sendo assim, é uma relação de poder e dominação. É a hegemonia das ideias europeias sobre o “Oriente” que reitera a superioridade do ocidente e o atraso do OMMM. Desta forma, falar de orientalismo é falar de uma criação cultural primordialmente inglesa e francesa, e de um projeto generalista e artificial. Por isso, segue Said (1990), o orientalismo é mais válido como um “sinal do poder europeu-atlântico” do que um discurso real sobre o “Oriente”. No mesmo sentido, Constantin Von Barloeween (2001) aponta uma “etnização” das relações internacionais, na qual os países industrializados pressionam o resto do mundo, particularmente as culturas do Islã, as africanas e as latino-americanas, para impor a modernização em seus moldes. Para o autor, essa pressão é acompanhada da manipulação política de identidades periféricas.

Tal manipulação sobre as representações de povos do OMMM é também levada a cabo em HQs tradicionais, que se alimentam de estereótipos e reproduzem lugares-comuns enraizados em visões etnocêntricas. *As Aventuras de Tintim* são um exemplo. Trata-se de um HQ muito popular (sobretudo em meados do século XX, mas conhecido ainda hoje), que alcança várias faixas etárias e grupos sociais. Seu autor, o belga George Remi (mais conhecido como Hergé), criou o jovem repórter Tintim para o suplemento infanto-juvenil da revista *Le Vingtième Siècle* em 1929 (e seguiu desenhando até sua morte, em 1983), cujo objetivo, coerente com o projeto civilizacional das nações

européias, era transmitir valores cristãos às crianças daquele continente. Um dos modos mais frequentes para tanto adotados foi mostrar culturas locais através de preconceitos: o primeiro volume demonizava a URSS, representando os russos como brutos e totalitários. Mais tarde isso se repetiu com o continente africano, o Extremo Oriente, a América Latina, e com o OMMM, que é nosso tema.

Tintim é a representação da visão orientalista que dominou as opiniões sobre o “Oriente” no século XIX e primeira metade do XX. As tirinhas retratam essas sociedades como bárbaras e inferiores, através da caracterização de personagens estranhos e desumanizados. A imagem explorada nesse tipo de obra é a do cavaleiro árabe como um selvagem, a sedução das belas mulheres dos haréns, e outros estereótipos vulgares como esses (Hourani, 1991). *Tintim no País do Ouro Negro*, por exemplo, trata de um episódio em que as reservas de gasolina na Europa passam a ser sabotadas, o que acarreta a instabilidade do sistema internacional e a iminência de guerra contra esse país fictício. O fato de serem fornecedores de petróleo é negativo, os boicotes são tomados como uma prova da falta de moral por parte dos árabes. Para os colonialistas, os povos do OMMM têm tendência à intriga, simulação, desordem, imagens registradas na HQ e reproduzidas abaixo.

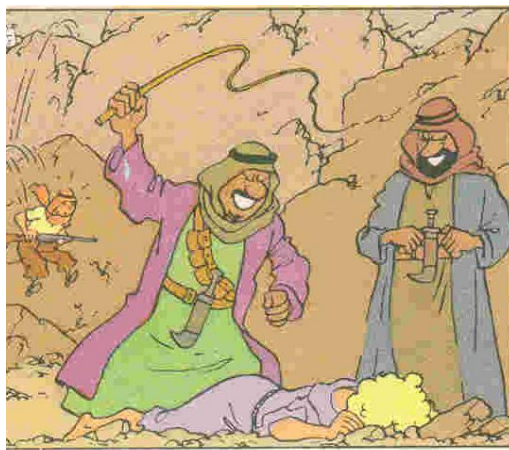


Figura 11 - HERGÉ, 2007

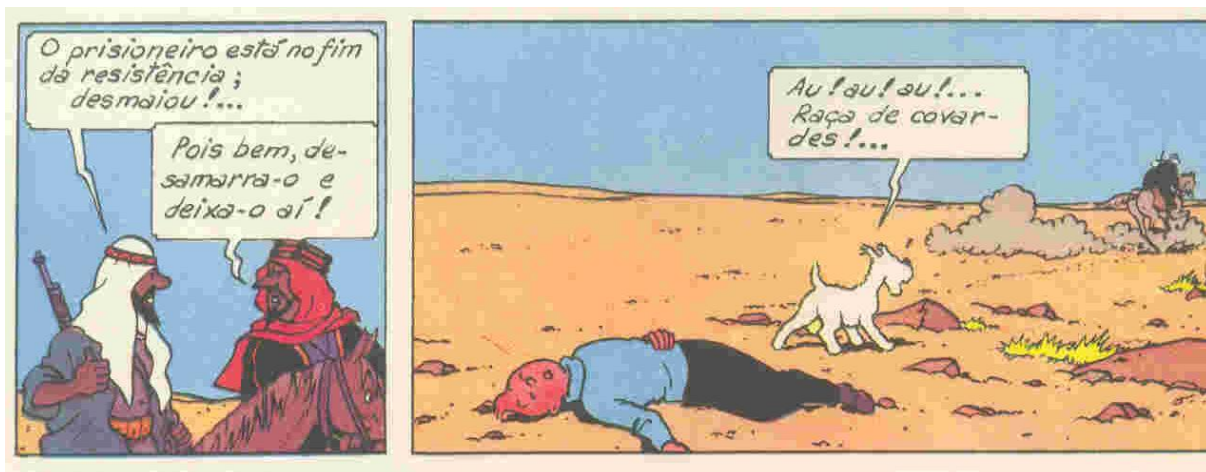


Figura 12 - HERGÉ, 2007



Figura 13 - HERGÉ, 2007

Ao contrário da outra história em quadrinhos aqui analisada, Tintim é dirigido principalmente ao público infantil e tem um forte caráter disciplinador/ pedagógico, ensinado quais valores e normas sociais devem ser seguidas. Assim como afirma Cagnin (1975), a simbolização dos quadrinhos faz com que uma figura ou personagem represente o bem e a justiça, o que é obrigatoriamente direcionado ou policiado pelo desenhista. Miranda (1978) faz uma análise sobre Mickey Mouse que pode ser aplicada também ao repórter aventureiro Tintim: ambos representam o homem livre que possui consciência individual desenvolvida e em acordo com ideais liberais. Sua sociedade, ao contrário dos cenários estrangeiros onde se dão suas aventuras, é essencialmente boa e

reflete o consenso de homens sensatos. Tintim, Mickey, Tio Patinhas, Superman e tantos outros são por excelência arquétipos da supremacia europeia e do sucesso capitalista.

Os personagens dessas histórias representam dominadores e dominados. Os povos do Sul Global são retratados como personagens inocentes e estúpidos, incapazes de superar a sagacidade “natural” e a superioridade dos personagens que representam os homens brancos de países do Norte. Como Hergé parece compactuar de uma visão etnocêntrica, os vilões e figuras idiotizadas geralmente pertencem a etnias diferentes, especialmente do OMMM. Mesmo quando a luta não é real, eles são mostrados como personagens cruéis, como no caso do filme fictício “Ódio de Árabe”, que reforça o estereótipo de “árabe violento” (ver Figura 14). No máximo, podem ser bons, porem ingênuos e incapazes de resolver seu problemas sozinhos (vide Figura 15). De qualquer forma, é sempre o homem branco que se dispõe a lutar contra o mal.



Figura 14 - HERGÉ, 2005.



Figura 15 - HERGÉ, 2005.

Apontamentos finais: contribuição de *Palestina* e a função política da arte

A imagem tem, em nossa tradição cultural, um poder profundamente sedutor e é privilegiada como uma fonte especial de obtenção de conhecimento. Para Arbex (2002), isso é uma herança da Antiguidade Clássica: *histor*, em grego, é “aquele que vê”, e também aquele que sabe. *Historein* é “procurar saber” e *historie* é “procurar”. Heródoto usou esse significado para suas *Histórias*: elas são “investigações”. Desde o desenvolvimento da fotografia e do cinema, o interesse e as análises sobre a imagem cresceram imensamente. Os quadrinhos, como uma de suas categorias, estabeleceram-se há mais de um século, mas a princípio foram negligenciados em nome de análises consideradas mais sofisticadas sobre o poder, a função e a influência da imagem.

Isso mudou com estudos de acadêmicos da França e Itália na década de 1950 e, hoje em dia, há numerosas pesquisas sobre essa “literatura de imagens fixas” na psicologia, na sociologia, na ciência política e no campo da moral (Cagnin, 1975). Resiste na Academia, contudo, a crença de o único saber é a ciência tradicional. Acadêmicos/as criticam filmes e desenhos por serem romantizados, parciais, focados em experiências individuais. Não acreditam sirvam como forma estudo da política e da história. Contudo, eles se esquecem que sua maneira de enxergar a realidade não leva em conta todas as versões em todos os momentos, partem também de um recorte e de uma posição

específica: é um saber situado (Haraway, 1995), assim como a HQ. Portanto, o que diferencia um texto escrito de um texto em quadrinhos é meramente o tipo de linguagem e a abordagem, o que não torna um mais confiável e completo do que o outro.

Também não se trata de dizer que filmes e HQs sirvam para complementar o livro. Eles são tipos diferentes de narrativas. Assim o percebem alguns grupos de estudiosos/as que levam a sério o significado das imagens e os discursos das HQs. Assim, a arte sequencial cada vez mais se consolida como forma de narrativa em um mundo em constante transformação no qual a história escrita não é menos problemática que a “história visual” (Rosenstone, 1995). Aos poucos, os quadrinhos vem conquistando legitimidade para reivindicar o status de texto e a busca por objetividade é relativizada. Contudo, os estudos sobre HQs ainda focam majoritariamente no âmbito da idéia de cultura de massa, que pode ser encarada como o caminho que os liga diretamente à função política da arte. Falta ainda priorizar a capacidade contra-hegemônica desse sistema narrativo.

Nesse sentido, José Arbex (2002) argumenta que a reportagem em quadrinho de Joe Sacco chega a ser mais eficaz do que o texto histórico, acadêmico ou jornalístico, pois questiona a linguagem objetiva, que se tornou mais uma peça de legitimação da percepção de mundo hegemônica. Cabe, portanto, criar e estudar mais quadrinhos que se propõem a desenhar novas imagens para dar voz a povos que foi demasiadamente silenciados e desumanizados. Marjane Satrapi, em sua HQ *Persépolis* (que não pode ser tratada aqui pela limitação de espaço), oferece imagens do Irã a partir de sua vida cotidiana, mostra os/as iranianos/as de forma humana, com sentimentos universais, superando rótulos produzidos pelo Ocidente que associaram o país à idéia de “Eixo do Mal”, na qual se apoiam justificativas para intervenções militares.

O mesmo faz Sacco em *Palestina*, ciente de que nenhum jornalismo é neutro: as imagens que vemos do mundo na mídia planetária escolhem um recorte, um ponto de vista, mas aspiram objetividade, são vendidas como neutras. O desenhista reconhece que o narrador sempre deixa sua marca e que a sua é retratar imagens da vida de palestinas e palestinos comuns, tornando-os/as mais próximos/as dos/as leitoras/es e lutando contra sua invisibilidade:

Sacco dá uma cara aos árabes sem cara. Mostra o sofrimento das mães palestinas, a ansiedade das crianças, o terror dos homens diante de um Exército formidável, poderoso e fascistóide. Mas ele não faz um ‘panfleto palestino’. Ao contrário, há todo um esforço para mergulhar no componente profundamente

humano da tragédia palestina. Produz seus heróis e seus covardes, suas esperanças e suas frustrações. Nisso reside a legitimidade e o poder deste livro: no mundo em que imperam as imagens, Sacco produz suas próprias imagens de mundo para subverter, questionar uma percepção uniformizada pela grande mídia (Arbex, 2002:XI).

Já que perspectiva dos grupos dominantes é tida como uma não-perspectiva (como neutra e universal, apesar de enviesada e subjetiva como qualquer outra), é necessário construir e reconstruir novas Histórias, narrativas e discursos, no intuito de evitar a homogeneização das representações de povos subalternizados e para fazer frente às versões tradicionais que silenciam tantos agentes e grupos sociais. Por todo o exposto acerca do conflito entre Israel e Palestina, as atrocidades cometidas pelas lideranças sionistas, pelas agressões (assimétricas) entre os dois lados, e observando que ainda persiste um olhar orientalista e silenciador do povo palestino e das populações do OMM, é urgente criar representações alternativas ao padrão tradicional ocidental, inclusive em arte sequencial. Trata-se de contribuição fundamental ao entendimento entre as culturas e povos e à superação do orientalismo e de outros pontos de vista etnocêntricos.

Referência bibliográficas

ADORNO, Theodor Ludwig; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação da Massa. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

AGENCIA EFE. *ONG denuncia que quase 600 palestinos foram detidos por Israel em agosto*. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37667/ong+denuncia+que+quase+600+palestinos+foram+detidos+por+israel+em+agosto.shtml>>. Acesso em 30/08/2014.

ARBEX, José. *O poder da TV*. São Paulo: Scipione, 1995.

BARLOEWEN, Constanti von. “Um mundo unipolar? A cultura como fator da realpolitik”. In: *Le Monde Diplomatique*, novembro de 2001.

- B'TSELEM – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. *Kept in the Dark - Treatment of Palestinian Detainees in the Petah Tikva Interrogation Facility of the Israel Security Agency*. October, 2010. Disponível em <http://www.btselem.org/download/201010_kept_in_the_dark_eng.pdf>, acesso em 15/08/2014.
- CAGNIN, Antônio Luiz. *Os quadrinhos*. São Paulo: Editora Ática, 1975.
- DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. *Para Ler o Pato Donald: Comunicação de Massa e Colonialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu* (5): pp. 07-41, 1995.
- HELAL, Ronaldo – “Cultura e Idolatria: Ilusão, Consumo e Fantasia”. In: ROCHA, Everardo (org.) *Cultura & imaginário: interpretação de filmes e pesquisa de ideais*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- HOOKS, Bell. *Black looks – race and representation*. Boston: South End Press, 1992.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LAZARSFELD, Paul F.; MERTON, Robert K. “Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LELLIS, Gabriel; MATOS, Thais. “Um histórico do conflito Israel-Palestina”. In: *Jornal do Campus*. Disponível em <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/09/um-historico-do-conflito-israel-palestina/>>. Acesso em 01/09/2014.
- LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio. Do advento do cristianismo até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 1978.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil. A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEACE NOW. *Settlements*. Disponível em <<http://peacenow.org.il/eng/content/settlements>>. Acesso em 01/09/2014.

RAMONET, Ignácio. *Propagandas silenciosas*. Massas, Televisão, Cinema. Petrópolis: Vozes, 2002.

REMI, Georges. *As Aventuras de Tintim - Tintim no país do ouro negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *As Aventuras de Tintim - Os Charutos do Faraó*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSENSTONE, Robert. *Visions of the Past. The Challenge of Film to Our Idea of History*. Harvard University Press, 1995.

SACCO, Joe. *Palestina - Uma nação ocupada*. São Paulo: Conrad Livros, 2002.

SAID, Edward. *O Orientalismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1990.

SATRAPI; Marjane. *Persépolis*, Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Persépolis*, Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Persépolis*, Volumes 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SWINGEWOOD, Alan. *O Mito da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

Documentos Oficiais consultados

Israel's Interrogation Policies and Practices - December 1996. Disponível em <<http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Law/Pages/Israels%20Interrogation%20Policies%20and%20Practices%20-%20De.aspx>>, acesso em 01/09/2014.

British Palestine Mandate: Text of the Peel Commission Report - July 1937. Disponível em <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/peel1.html>>, acesso em 01/09/2014.

Sykes-Picot Agreement - 15 & 16 May, 1916. Disponível em
<http://wwi.lib.byu.edu/index.php/Sykes-Picot_Agreement>, acesso em
01/09/2014.

The Balfour Declaration - November 2, 1917. Disponível em
<<http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20balfour%20declaration.aspx>>, acesso em 01/09/2014.

QALÂNDIA: MURO FECHADO

Maitê Pereira Lamesa¹

1. Introdução e Abordagem

O presente trabalho se apresenta como um relato de campo esse refere ao mês de março de 2013, quando residi em Ramallah – Cisjordânia e diariamente cruzava um dos mais conhecidos postos de controle israelense: o Qalândia.

O relato, contudo, não se limita a esse período e as experiências pessoais nele contidas, fiz constantemente uso de contextos históricos e vali-me, sobretudo, de normas de direito internacional para fundamentar tais experiências no local. Por se tratar aqui de uma vivência, com uma boa carga de subjetividade, há igualmente momentos em que me reporto a outros períodos, que dão um caráter mais lógico a pensamentos e ponderações sobre essa experiência.

Assumem uma importância particular os relatos de pessoas por revelar o lado prático de questões que, na maioria das vezes, são apenas abordadas sob o ponto de vista teórico, e, em que pese o texto traga alguma carga emocional pessoal, a contextualização do tema almeja justamente conectar cada memória com a realidade e com a discussão atual sobre o tema.

Espera-se contribuir para o debate sobre a questão palestina, especificamente no ponto da construção do Muro israelense ao redor dos territórios ocupados: Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e contribuir ainda de uma forma mais sensorial o que representa cruzar esse ou qualquer outro *Checkpoint* na região.

¹ Maitê Pereira Lamesa é advogada, graduada pela Universidade Estadual de Londrina. Voluntária da FFIPP-Brasil, residiu em Jerusalém Oriental e Ramallah, onde estagiou na Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem e Mattin Group, respectivamente.

2. Muros e checkpoints: a travessia do Qalândia

Todo o indivíduo legalmente no território de um Estado tem o direito de circular livremente e de aí escolher livremente a sua residência. [Art. 12(1) do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966.²

A definição de *checkpoint* ou posto militar, na Cisjordânia, é uma tarefa árdua. Enquanto ponto de passagem, ele é muito mais que um portão, e isso ficou claro desde o primeiro dia em que passei pelo Qalândia. Para os palestinos, cada um dos 26 *checkpoints* é um ponto de controle e uma barreira à sua liberdade de locomoção – elementos que se unem em um sentimento de profunda humilhação –, revestido de catracas, um concreto gélido, soldados espalhados, raio-x, travas, filas e trânsito.

Para os israelenses, significam proteção contra atentados e outros atos de violência e, resumidamente, é isso que se vê escrito nas enormes placas em vermelho com uma mensagem especialmente a eles dirigida: atenção, cuidado, perigo para suas vidas. Já para o direito internacional, crimes de guerra cometidos por Israel, pela afronta à IV Convenção de Genebra, conforme a Resolução 41/63 da Assembleia Geral da ONU. Passo por Qalândia com destino a Beit Hanina e só consigo pensar na frágil estabilidade do local, e na calma como uma sensação enganosa.

Essa realidade foi concretizada por Israel no início do Século XXI, o primeiro passo: a aprovação pelo então primeiro ministro israelense Ehud Barak de um plano para construir um muro na região norte e central da Cisjordânia, em novembro de 2000. O fracasso de Oslo, a Segunda Intifada (Al-Aqsa Intifada) e a Operação Israelense *Defensive Shield* – a maior operação desde a guerra de 1967 – resultaram na aprovação pelo gabinete israelense, em junho de 2002, do muro com rota a ser definida pelo primeiro ministro e pelo ministro de defesa.

Desde então, o muro com extensão final de 708 quilômetros, com 61,8% concluído até abril de 2012, vem limitando o trânsito de palestinos provenientes da Cisjordânia, confiscando e anexando terras palestinas, transferindo forçadamente a população local, e fragmentando por completo a Cisjordânia.

² ICCPR (1966). “Everyone lawfully in the State shall, within that territory, have the right to liberty of movement and freedom to choose his residence.”. In CARECCIA, Grazia; MONAGHAN, Lisa. *The Annexation Wall and its Associated Regime*. Ramallah: Al-Haq, 2012, p. 42. Ainda, para acessar a íntegra do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966: < <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em: 14/09/2014.

Assim, nesse um mês de travessia diária do Qalândia, reparo que ele cumpre bem suas funções de segregação e anexação, ocultadas sob o pano transparente da defesa e da proteção. O Muro da Anexação, como denominado por John Dugard, ex-relator especial da ONU sobre a Palestina, é acima de tudo uma agressão em sua imagem pálida, a barreira concreta, e no cinismo dos *checkpoints*: “os procedimentos são para sua própria segurança”. A razão pela qual a construção do muro de forma não coincidente com a linha do armistício de 1949 também está fundada para o governo israelense na necessidade de segurança. Nas minhas idas e vindas através do Qalândia, vejo antes um bloqueio quotidiano, constante, implacável, uma humilhação trivial que só é possível pela segregação de dois povos nos polos de poder ocupante e de ocupado.

Num emaranhado de carros parados no trânsito artificial, nas paradas aleatórias dos taxis que lançam passageiros à rua, ainda a dezenas ou centenas de metros da entrada, o ônibus nº 18, único transporte coletivo que conecta Jerusalém Oriental a Ramallah e que raramente permanece cheio quando soldados se aproximam para subir e checar os passageiros. A rotina é repetitiva e ainda assim consegue ser imprevisível, quase me sentia uma palestina, mas minha angústia reduzia-se ao transtorno da espera.

Ao longo da espera, a análise dos detalhes inconsciente me toma num átimo, as bitucas nos cantos, os chicletes colados no chão, as placas distintas dos carros e ônibus, as pessoas que se entreolham em tom de indagação, mesmo já sabendo todas as respostas, as discussões com os soldados e entre eles mesmos. A ansiedade é o que preenche os espaços cinzas. A iminência é o que os define. Os confrontos: soldados e seus fuzis, alguns palestinos e pedras. Muito gás lacrimogênio, bombas de efeito moral, balas de borracha e outras vezes, balas reais.

Na condição de estrangeira, minha passagem dificilmente seria recusada, embora dia após dia o medo de finalmente me barrarem aumentasse. Muitas vezes era aconselhada nos ônibus a não descer, pois eventualmente os soldados permitiriam minha passagem sem que fosse necessário passar pelas filas e catracas. Recusava, descia, ia às filas onde ouvia conversas e discussões, e via ansiedade e uma resignação mesclada aos olhares de inconformismo. Chegava quase sempre um pouco atrasada para o trabalho, embora ele ficasse a pouco mais de um quilômetro do Qalândia.

A checagem é compartilhada por soldados, vestindo o tradicional uniforme verde-oliva e pela companhia de segurança privada G4S (Group4Security), sendo que israelenses e palestinos são empregados da multinacional britânica, carregando

indistintamente os pesados fuzis nos ombros, atentos às placas de carros e aos documentos que as pessoas carregam consigo.

Os feriados e finais de semana judaicos eram mais complicados, com o portão exclusivo para ônibus fechado e um funcionamento parcial das cabines de checagem, havia mais trânsito e mais fila, mais do mesmo ritual. Como o funcionamento dos *checkpoints* segue o calendário judaico, semanalmente havia dias em que a rotina de se locomover para o trabalho se agravava, exceto para os palestinos que trabalham em empresas israelenses.

Março, 2013. Obama visita Israel pela primeira vez desde o início de seu segundo mandato. O discurso assume um lado claro naquela região em que as narrativas são cruciais, enquanto o peito palestino se aperta, quase vira pedra. O suporte que Obama oferece no discurso em solo palestino, ao lado de Abbas, palavras ao vento, vazias, nada de que os palestinos realmente precisam. O Qalândia se cobre de um especial tumulto, dias de confrontos, dificuldades ao atravessá-lo, transporte escasso e uma tensão que amedrontava.

3. O muro visto de cima: o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (2004)

Em 10 de dezembro de 2003 a Assembleia Geral da ONU requisitou à Corte Internacional de Justiça um parecer consultivo a partir da Resolução 10/14 acerca das consequências legais da construção do muro construído por Israel na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. O parecer da Corte considerou o muro como ilegal e estruturou-se em três pontos: (1) a jurisdição da Corte; (2) a legalidade da construção do muro nos territórios ocupados e, finalmente, (3) as consequências legais das violações identificadas.

O documento refuta explicitamente o argumento de Israel de que a construção do muro é condizente com o princípio da autodefesa, insito no artigo 51 da Carta da ONU³, e

³ “Art. 51. Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.”

nas Resoluções 1368 e 1373, ambas aprovadas no Conselho de Segurança em 2001. Os dispositivos garantem o direito à autodefesa em casos de ataques armados de um Estado a outro, o que não se aplica a Israel, posto que não há ameaça externa, a suposta ameaça origina-se dentro do território que o próprio país controla.

Condena, ainda, a construção do muro em decorrência das normas imperativas, de efeito *erga omnes*, que Israel viola e, nesse sentido, lança um pedido a todos os demais Estados signatários:

Given the character and the importance of the rights and obligations involved, the Court is of the view that all States are under an obligation not to recognize the illegal situation resulting from the construction of the wall in the Occupied Palestinian Territory, including in and around East Jerusalem.⁴

À parte essa condenação direta da construção do muro por Israel, poucas medidas são tomadas no bojo da comunidade internacional, receosa de endereçar ao país represálias e sanções previstas pelo direito internacional. Interesses comerciais tornam, de modo geral, esse direito de todos os povos relativo e com poder de coerção limitado, o que se mistura à sensação de desolação ante a contemplação de muro e de *checkpoints* que, embora ilegais, seguem sendo a realidade no local.

4. Segurança de uns ou punição coletiva de outros?

*Não se pode esperar que todo mundo fique feliz com a barreira.*⁵

O muro e os *checkpoints* criaram lados e consolidaram uma divisão de duas sociedades que já existia antes. Contudo, ainda assim, eles são uma imposição e não uma necessidade, uma estrutura de dominação e, como tal, servem a interesses exclusivos de

In Carta das Nações Unidas. Disponível em: < <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>>. Acesso em: 03/09/2014.

⁴ ICJ (International Court of Justice. *Advisory Opinion on Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory*. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/index.php?p1=3&p2=4&case=131&p3=4>>. Acesso em 12/07/2014.

⁵ BACKMANN, René. *Um Muro na Palestina*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: 2012, p. 125. A frase é do antigo presidente do Conselho de Segurança Nacional israelense, Uzi Dayan. Sobre as reais intenções de Israel ao construir a barreira na Cisjordânia “(...) a estratégia inconfessada, mas perfeitamente verificável no terreno concreto, dos governos de Sharon a Olmert, a estratégia desenvolvida por Dany Tirza: assegurar a expansão e garantir a segurança das colônias israelenses destinadas a serem anexadas, qualquer que seja o preço para as localidades palestinas vizinhas” (p. 125).

Israel e punem indistintamente a sociedade palestina. Controle diário é um peso muito grande a palestinos que vão ao trabalho, aos hospitais, visitar familiares que vivem em território israelense, ou mesmo na Cisjordânia que acabou por ficar do lado de dentro do muro ou que se tornaram enclaves, como Qalqiliya.

Assim, o muro é um ônus inteiramente transferido à população palestina exclusivamente, e para Israel não há um problema nisso, mesmo se o texto da IV Convenção de Genebra (1949), em seu artigo 33 assim disponha:

Nenhuma pessoa protegida pode ser castigada por uma infração que não tenha cometido pessoalmente. As penas coletivas, assim como todas as medidas de intimidação ou de terrorismo, são proibidas. A pilhagem é proibida. As medidas de represália contra as pessoas protegidas e seus bens são proibidas.⁶

A proteção em Israel é seletiva, e não vale para as pessoas sob sua tutela, as “pessoas protegidas”, conforme o artigo 4º da referida Convenção. E mais, ela é preventiva, ou seja, a punição é antecipada e em resposta a um possível (futuro) crime que venha a ser cometido em Israel por um palestino. Já a proteção de um possível (futuro) crime que venha a ser cometido por um israelense em território palestino não é garantia, vez que para eles a passagem é livre. Ante um crime “provável”, o muro é a resposta que coloca todos os palestinos da Cisjordânia como terroristas em potencial.

A punição, além da faceta das liberdades fundamentais de cada indivíduo, bem como violações ao Direito Humanitário Internacional, também pesa economicamente para os palestinos:

Nossos limões, nossas azeitonas, nossas goiabas eram exportadas até para a Arábia Saudita e os emirados do Golfo. Agora, não podemos mais vendê-los nem mesmo em Nablus ou Jenin. De pé com um cesto na mão no meio de uma plantação de tomates já agora amputada pela pista de patrulha do muro. Assad Atalla lançava ao redor um olhar desesperado. Esse lote espremido entre a rodovia e o muro era tudo que lhe restava das terras herdadas da família. O resto estava debaixo do cimento ou inacessível, do outro lado. “Mas o pior” confessara o agricultor, na casa dos 50 anos, visivelmente furioso com a impotência a que fora reduzido, “é que eles arrancaram diante dos nossos olhos quase 8 mil oliveiras, carregando-as em caminhões. E quando perguntamos aos soldados o que fariam com elas, eles responderam que não podiam dizer nada, pois era uma questão de segurança.”⁷

⁶ ICRC. IV Convenção de Genebra (1949). Disponível em: < <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html> >. Acesso em: 14/09/2014.

⁷ BACKMANN, René. *Um Muro na Palestina*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: 2012, p. 127.

Do outro lado do muro, pouco se sabe sobre o preço que se paga na Cisjordânia para que Israel seja um lugar seguro e, na medida em que Israel é construído para israelenses, de preferência judeus, não se vai querer saber.

5. Luz verde: a ilusão da última catraca

Luz verde acesa, avanço pela última catraca e deixo o Qalândia. Por volta das 22 horas é já impossível encontrar locomoção direta entre Ramallah e Jerusalém, avanço num carro, lembrando das luzes vermelha e verde que travam e liberam as catracas.

Na mente, aqueles intervalos de tempos curtíssimos e específicos em que se respirava nas filas do Qalândia, ainda com as mãos inconscientemente cerradas. Israelenses protegidos dos possíveis ataques terroristas, a salvo nos cafés, restaurantes, nos cantos em que se ouvia um *jazz* em Jerusalém Ocidental, ou nas festas e na praia de Tel Aviv, muitos não conhecem o Qalândia ou qualquer outro *checkpoint*, por vezes pela existência da luz vermelha do estigma, da categorização de ‘território seguro’ e ‘território inimigo’ e, portanto, perigoso. Por essa ótica, o muro é nada mais do que delimitar onde é seguro e onde não o é, estabelecendo, por consequência, espaços apartados destinados a uma população específica.

Ao se cruzar um *checkpoint* definitivamente está implícita essa questão de representar um perigo em potencial a Israel, lá todos o são e sobre esse pressuposto, o Qalândia subsiste, escorando-se em medidas muito mais agressivas que defensivas.

Assim, a própria existência do Qalândia em solo palestino, assim como todos os outros *checkpoints*, é uma agressão, e a paz do lado ocupante vale vezes mais que a proteção do solo palestino ocupado, paz e liberdade tornaram-se uma ilusão. Cruzar a última catraca dá a falsa sensação de libertação. Uma libertação momentânea e ilusória: no próximo amanhecer, o Qalândia novamente se apresenta para todos os palestinos com suas tantas luzes vermelhas. Palestino que, a princípio, precisam ir até Jerusalém, e não cruzar, atravessar, transpor algo. Apresenta-se como a barreira artificial mais concreta que se pode vivenciar, e essa barreira é também o obstáculo da própria humanidade ao aplicar seus valores máximos e compromissos imperativos, os direitos humanos.

6. Edward Said e Mahmoud Darwish: após o último céu

*The Earth is closing on us
pushing us through the last passage
and we tear off our limbs to pass through.
The Earth is squeezing us.
I wish we were its wheat
so we could die and live again.
I wish the Earth was our mother
so she'd be kind to us.
(...)
Where should we go after the last frontiers ?
Where should the birds fly after the last sky ?⁸*

Em 25 de setembro do presente ano contam-se 11 anos da morte de umas das vozes que mais se ergueu em favor dos Palestinos: Edward Said. O escritor nunca se afastava das palavras do poeta ícone da resistência palestina – Mahmoud Darwish –, e parte de um dos versos do poema *The Earth is Closing on Us* tornou-se o título de um de seus livros: “After the Last Sky”.

“Calamidade” e “renascimento” são expressões empregadas por Said ao interpretar o poema de Darwish, pois exprimem com clareza a situação dos palestinos. O Muro da Separação não diz outra coisa, a ideia é de um cerco constante.

Há um elemento esperançoso nas palavras de Said: “[...] transpor o último céu e a última passagem sugere que, embora pareçam ser os últimos, ainda há outra via, há outro céu, há outro terreno do outro lado.”⁹ No Qalândia, ao pé do muro, há essa pergunta impressa em cada rosto palestino, se essa é realmente uma esperança que se pode ter, se será possível não apenas transpor, mas superar esse novo elemento da opressão israelense: o muro da separação, da anexação.

⁸ DARWISH, Mahmoud. *The Earth is Closing on Us*. Translation: Abdullah al-Udhari, In *Victims of a Map* (London: al-Saqi Books, 1984), p. 13. Disponível em: <http://www.mehbooba.co.uk/poemsandpoetry/index.php?action=article&cat_id=003002003002002&id=514>. Acesso em: 01/09/2014.

⁹ SAID, Edward. *A Pena e a Espada: diálogos com Edward Said por David Barsamian*; tradução: Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 42. Mais a frente, Said aponta com uma esperança um pouco menor: “[...] é a sensação de saber que aparentemente estamos na última fronteira e no último céu, que não há nada depois disso, que estamos condenados à perdição – e, no entanto, fazemos a pergunta: “Para onde vamos daqui?” Queremos uma segunda opinião. Não basta ouvir do primeiro médico que estamos mortos. Queremos seguir adiante.” (p. 46).

Referências bibliográficas

BACKMANN, René. *Um Muro na Palestina*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: 2012.

CARECCIA, Grazia; MONAGHAN, Lisa. *The Annexation Wall and its Associated Regime*. Ramallah: Al-Haq, 2012.

DARWISH, Mahmoud. *The Earth is Closing on Us. Translation: Abdullah al-Udhari, In Victims of a Map (London: al-Saqi Books, 1984), p. 13*. Disponível em: <http://www.mehbooba.co.uk/poemsandpoetry/index.php?action=article&cat_id=003002003002002&id=514> . Acesso em: 01/09/2014.

ICJ (International Court of Justice. *Advisory Opinion on Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory*. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/index.php?p1=3&p2=4&case=131&p3=4>>. Acesso em 12/07/2014.

ICRC. IV Convenção de Genebra. Disponível em: < <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html>>. Acesso em:

SAID, Edward. *A Pena e a Espada: diálogos com Edward Said por David Barsamian*; tradução: Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ONU. Carta da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>>. Acesso em: 12/08/2014.

UNITED NATIONS. *Fragmented Lives: Humanitarian Overview 2011*. OCHA-oPt: 2012.

O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA EM 2014:

A SOLIDARIEDADE BASTA?

Luciana Saab¹

O ano de 2014 foi declarado oficialmente pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino. Há um ano, a assinatura dos primeiros acordos de paz entre israelenses e palestinos completou duas décadas, e o consenso entre analistas, acadêmicos e as populações de ambos lados é, de que, o processo de paz nos moldes de conversações bilaterais conduzidas pelos Estados Unidos fracassou em atingir um fim para o conflito ou ao menos promover uma melhoria no relacionamento entre as partes a longo prazo. Um novo confronto ocorrido na Faixa de Gaza neste ano mostra que o embate entre Israel e palestinos não está próximo de acabar, e que as perspectivas para o futuro podem ser ainda mais negativas. Tendo em vista a homenagem das Nações Unidas ao povo palestino com a escolha do tema oficial do ano e os horrores sofridos por ele nesse mesmo período, cabem algumas considerações acerca da situação atual do conflito Israel-Palestina e sobre a atuação da ONU durante esse processo.

Mediadas pelo secretário de Estado americano John Kerry, as últimas tentativas de se estabelecer um acordo de paz entre o governo israelense de Benjamin Netanyahu e a Autoridade Nacional Palestina de Mahmoud Abbas chegaram a um impasse semelhante ao visto em situações anteriores. Para os palestinos, é impensável negociar a paz com israelenses enquanto a expansão na construção de assentamentos sobre a Cisjordânia não for interrompida, e enquanto o direito de retorno das famílias de refugiados palestinos expulsos de sua terra com a guerra de criação de Israel em 1948 não for admitido por Israel. Já para o Estado sionista, não é possível atingir a paz através

¹ Graduada em História pela Universidade de São Paulo e mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUCSP)

de negociações enquanto a ANP não puder garantir a coibição da violência por parte de grupos palestinos que não o reconheçam como legítimo e soberano.

Recentemente, o primeiro-ministro israelense adicionou uma exigência: a Palestina deve reconhecer Israel como um Estado judaico. A vontade israelense representa uma novidade e um novo obstáculo para o avanço das conversas de paz. É uma novidade, pois, a Organização pela Libertação da Palestina já reconheceu oficialmente a existência do Estado israelense na assinatura dos Acordos de Oslo em 1993, momento de criação da ANP. Além disso, a cartilha da organização sofreu alterações para que explicitasse tal reconhecimento. A demanda consiste ainda em um obstáculo, pois, ao exigir que se aceite o caráter judaico de Israel, Netanyahu pede que a liderança palestina abra mão de seu histórico na região e desista do direito de retorno dos refugiados, deixando os cerca de cinco milhões de palestinos deslocados em situação permanente de marginalidade.

Diante da estagnação das negociações de paz, a ANP parece se voltar às Nações Unidas como entidade que possa tomar medidas efetivas para terminar a ocupação militar israelense e com isso o conflito. Sob protestos de americanos e israelenses, em 2011 Abbas solicitou a adesão da Palestina como Estado-membro na organização, porém esse pedido foi prontamente negado pelos EUA, que possuem poder de veto no Conselho de Segurança. Uma vitória palestina, embora menor, veio em 2012, quando a Assembleia Geral aprovou a elevação do status da OLP para Estado não-membro. Na prática, como a grande maioria das medidas da ONU, a adesão da Palestina foi um marco simbólico, pois se admitiu a referência aos palestinos e a seus representantes como pertencentes a um Estado próprio. Porém, na prática, a delegação palestina continua possuindo direitos reduzidos, em situação comparável apenas à do Vaticano. Com isso, afinal, é possível perguntar: qual o papel da ONU no conflito, e até onde se estende sua influência?

A organização teve papel fundamental ao propor o Plano de Partilha da região em 1947, após a retirada dos britânicos do mandato lá estabelecido pela extinta Liga das Nações. Porém, desde a aceitação do plano pelas lideranças sionistas, a recusa dos Estados árabes e de palestinos em aceitá-lo, e as consequentes guerras que seguiram, a organização foi capaz apenas de elaborar inúmeras resoluções que pedem pelo término dos confrontos, assim como exigem a retirada das forças israelenses de Gaza e Cisjordânia, deliberação contestada por Israel no momento da guerra de 1967, quando

foram ocupadas também as Colinas de Golã. Isso não significa que a contestação de Israel sobre a resolução 242 fosse de fato necessária: que punição há para aqueles que a descumprem?

O fato é que a Organização das Nações Unidas não possui autonomia para tomar decisões políticas e implantá-las, seja através do planejamento de intervenções humanitárias, ou através de meios pacíficos. A ONU pode consultar seus membros, emitir resoluções favoráveis ou desfavoráveis em relação às reivindicações nacionais palestinas e cobrar um esforço internacional para que a paz seja atingida, porém, nada de concreto pode ser feito sem unanimidade no Conselho de Segurança, um verdadeiro beco sem saída para a OLP. Isso ocorre devido à presença no Conselho dos Estados Unidos, declarados aliados incondicionais de Israel. Um bom exemplo da atuação dos americanos nas Nações Unidas foi o recente caso da votação pela investigação da prática de crimes de guerra por Israel na Faixa de Gaza, em que os Estados Unidos foram os únicos a se posicionarem contra.

Diante da impossibilidade dos órgãos da ONU em tomar ações efetivas que ultrapassem o discurso diplomático, limitados por sua própria estrutura, sobrou a eles cumprir um papel meramente paliativo, embora essencial. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA, em inglês) foi criada para lidar exclusivamente com a questão da população refugiada palestina devido ao número de pessoas que se enquadrava nessa situação, até então inédito como consequência de conflitos regionais. Há cerca de sessenta anos a UNRWA oferece assistência humanitária, serviços sociais, de saúde e de educação para a população refugiada, inclusive ajuda de emergência em casos de conflitos armados. A agência não possui função nas negociações de paz, atuando somente como assistente humanitária, de acordo com seguidos mandatos aprovados e renovados pela Assembleia Geral. Por outro lado, sua operação se estende não apenas aos territórios administrados pela ANP, mas também na Jordânia, Líbano e Síria.

Por isso, de modo geral, ao passo em que não se mostrou eficiente em articular as partes de forma a se atingir um acordo em nome da paz baseado no respeito às reivindicações nacionais de cada lado e em concessões necessárias, ou em punir devidamente o descumprimento com a lei internacional e os direitos humanos detalhados em sua própria cartilha, a ONU realiza um trabalho fundamental para a manutenção da condição de vida digna dos refugiados palestinos. Essa frente de atuação,

por sua vez, encontra seus próprios desafios. O alto número de refugiados e seus descendentes em diferentes países exige que seja destinado à agência verbas que por vezes não se mostram suficientes, sobretudo com a necessidade de auxílio também aos refugiados sírios, deslocados aos milhões com o corrente conflito civil. Além disso, as unidades administradas pela UNRWA, como escolas e centros médicos, deixaram de ser um refúgio seguro para a população civil palestina, visto que nas últimas operações militares israelenses sobre Gaza, hoje afogada em grave crise humanitária, nem ao menos essas instituições foram poupadas dos bombardeios estratégicos.

O conflito ocorrido em Gaza neste ano mostra, por si só, duas tendências qualitativamente opostas. Do ponto de vista local, o que se viu com o episódio da Operação Margem Protetora foi o fortalecimento de um discurso ultranacionalista israelense, que levantou o prestígio político da extrema-direita, atualmente no poder, levando à manifestações racistas e discriminatórias dentro de Israel. O perigo da ascensão da extrema-direita israelense está, também, no fato de que a grande maioria de seus representantes hoje sequer admite a possibilidade de criação do Estado palestino.

O recém-empossado presidente israelense, Reuven Rivlin, pertence ao partido governista Likud e defende a expansão de assentamentos sobre a Cisjordânia como forma de se estabelecer a “Grande Israel”, projeto que passa por cima de qualquer limitação territorial da Palestina e alcança o vale do Rio Jordão, na fronteira com a Jordânia. Do lado palestino, o partido Hamas, cujo braço armado promove centenas de ataques aéreos sobre Israel - considerado terrorista não apenas por israelenses, mas pelos Estados Unidos e União Europeia - ganha moral ao resistir a repetidas tentativas de um dos exércitos mais bem equipados do mundo em dar fim a suas operações. Diante da passividade e desmoralização do governo de Mahmoud Abbas na Autoridade Nacional Palestina dado o fracasso das conversas de paz, o Hamas se fortalece e desponta para alguns palestinos como a única fonte de resistência contra a política de ocupação israelense.

Dessa forma, ambos os lados mostram uma radicalização política e ideológica que os afasta do caminho adotado até poucos anos atrás e que, de forma contrária, parece levar a um grande retrocesso no que diz respeito à aceitação mútua entre israelenses e palestinos. É preciso lembrar que as lideranças no poder hoje não foram as responsáveis pela assinatura de Oslo e atentar para possíveis desvios de curso das negociações pacíficas em nome de um extremismo que tende a pedir pela destruição total do inimigo.

A perspectiva mais positiva sobre o conflito é a de que, neste ano, houve como em nenhum outro caso de confronto uma grande mobilização internacional, sobretudo através das redes sociais e manifestações pacíficas nas ruas de grandes centros urbanos mundo afora em nome da resolução do conflito e em solidariedade à causa nacional palestina. A desproporcionalidade do potencial bélico e do número de vítimas civis em Gaza e em Israel chocou a opinião pública, levando a uma série de críticas à política militarista de Israel, abalando sua imagem na comunidade internacional. Esse fato é importante por instigar cidadãos de diferentes nacionalidades a se informarem sobre a realidade no Oriente Médio e por conscientizá-los de que possuem o poder de exercer pressão sobre as políticas de seus governos e de se expressar sobre diferentes causas que lhes interessem fora de seu próprio território.

De modo geral, o ano de 2014 representou uma série de continuidades e mudanças em diferentes aspectos do conflito entre Israel e Palestina. . O modelo de negociações entre israelenses e palestinos parece ter falhado de modo possivelmente definitivo, fazendo com que a liderança política palestina da ANP adote medidas unilaterais e recorra à órgãos da Organização das Nações Unidas. Porém, a ineficiência da ONU e as limitações de sua atuação pelos interesses específicos das principais potências que compõem o Conselho de Segurança evidenciam a necessidade de se repensar a entidade e reformulá-la de forma que se torne mais representativa das demais nações. Por outro lado, a liderança do Hamas, que até o momento aceitou conformar um governo de união com o Fatah, ganha força dentre a população palestina e mistifica a real natureza da reivindicação palestina, que se refere ao estabelecimento de um lar nacional próprio, ao adotar um posicionamento extremista. O mesmo vale para Israel, que segue políticas contrárias às determinações da ONU e rompe com leis internacionais ao continuar com a expansão de assentamentos e quebra de direitos humanos dos palestinos, mostrando uma linha ideológica nacionalista cada vez mais radical. Na tendência oposta, vê-se uma campanha de solidariedade, um engajamento sociopolítico global mais afinado com as questões humanitárias e mais exigente com as decisões tomadas em âmbito internacional, abrindo novos caminhos de atuação e participação para uma resolução pacífica para o longo conflito.

Referências bibliográficas

DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (orgs). *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ILANI, O.; 'Wars on Gaza have become part of Israel's system of governance': An interview with filmmaker Yotam Feldman. +972 Magazine, 22 mai. 2013. Disponível em: <<http://972mag.com/wars-on-gaza-have-become-part-of-israels-system-of-governance-an-interview-with-filmmaker-yotam-feldman/71957/>> Acessado em: 20 ago. 2014.

SHEIZAF, N. War is the new system of governance (and five other Gaza takeaways). +972 Magazine, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://972mag.com/war-is-the-new-system-of-governance-and-five-other-gaza-takeaways/96135/>> Acessado em: 28 ago. 2014.

FROM EXCLUSIVITY TO EXCLUSION: THE CONSTANT INTERPLAY OF THE ISRAELI-PALESTINIAN POLITICS

Sotiris S. Livas¹

Ending the second chapter (*Muhammad's Challenge, 570-624*) of the first book of his monumental *The Venture of Islam*², Marshall Hodgson writes: "In any tradition, greatness is in part to be measured by success in overcoming the peculiar failings which necessarily accompany the peculiar excellences of this tradition... A peculiar test of Islam lies in how Muslims can meet the question of war." Hodgson's somehow cryptic assertion puts reconciliation with the meaning of warfare in the core of Islam's nature, prerogative, perspectives, and possibilities. He justifies his choice of preference for Islam's possible "pitfall" as follows: "But warfare ... is at the same time the supreme expression of that claim to exclusive validity for one's own position ..."

Indeed, warfare has escorted Islam from the first steps of the Muslim community to the military expansions and the creation of the empire, to the peak of the classical civilization and then to the downfall through defeat, internecine strife and, finally, subjection to colonization. And it is to the test of war that Muslims have been in the past and are called, again and again, through time, to prove not only their validity, prowess and inventiveness, but, above all else, their strength of character as a community, their open – mindedness and their spirit of tolerance. For, according again to Hodgson, "Muhammad's prophethood ... left his community confronted with that temptation to a

¹ Assistant Professor at the Ionian University, Greece

² *The Venture of Islam – Conscience and History in a World Civilization*, Volume 1 – The Classical Age of Islam, The University of Chicago Press, 1977, 186.

spirit of exclusivity that went with any vision of a total community and that received appropriate expression in warfare". This temptation to the "spirit of exclusivity" escorted by and expressed through war, is "fatal to the open search for truth".

In meeting the question of war, the Muslim community has had its successes and its failures. But one can validly argue that gradually, and by allowing this "spirit of exclusivity" to become fully entrenched, absolute and non-receptive to other options, the different Muslim communities, heirs to the religious and political tradition of the umma, have lost their ability to search openly for the truth in its multiple shades and its various fragmentations. And this ultimately led to military defeat, political isolation and cultural degradation.

It is not an easy task to try and determine how and when this happened, but we can safely connect tolerance and security: as long as the armies of Islam were victorious and order and justice prevailed in the interior of the empire, different voices could be heard, voices leading to multiple interpretations of the Holy Canon. Under the strain of military defeat, the gate of Ijtihad closed hermetically. Personal effort and initiative were excluded and the spirit of exclusivity prevailed.

Israel was born out of war again, but the particular circumstances leading to its creation are fruits of events and currents of a totally different nature. Spirit of (and claim to) exclusivity may have been an element of the Jewish community (and then communities) from its very first steps, as an innate element of the whole monotheistic tradition, but in this case the feeling of "being excluded" was fostered upon Jews, as a result of waves upon waves of homicidal anti-Semitic outbursts, which have been (and still are) a constant in Western history³. In the case of Jews, exclusion, throughout history, was not a means of protection. It was exactly the opposite: an encoded, in the core of western Enlightenment and humanitarianism, message of what to expect: libel, injustice, death, a whole series of persecutions that culminated with the Holocaust, an event as monumental in its abhorrence as to, according to Hans Jonas⁴, irrevocably alter the nature of our relationship to God.

The Holocaust accelerated the process of the new state's foundation and its presence looms forever over Israel: it was a state founded as a result of West's collective

³ Bernard Lewis: *Semites and Anti-Semites – An enquiry into conflict and prejudice*, Phenix, 1997.

⁴ *The Concept of God after Auschwitz: A Jewish Voice*, *The Journal of Religion*, Vol. 67, No. 1 (Jan., 1987), pp. 1-13.

guilt both for its anti-Semitism as for its politics of détente, it was a state founded as a tribute to the Holocaust victims, as a safe haven of exclusivity against all exclusions. But then why was there no proper commemoration of the Nazi genocide in Israel until 1959, no monuments built for the victims, no collective expression of the sorrow felt for the millions of Jews who perished in the concentration camps? It was as if there was an official policy of memoricide, of Holocaust concealment, an effort to do away with all stereotypes of passivity and with anything relative to the victims' own guilt for allowing themselves to be drawn to their fate, without a fight⁵. At the same period, a systematic effort of national myth construction was undertaken, with at its center Masada⁶ and the citadel's brave warriors who preferred (says the myth) suicide than an ignominious death. So it was the image of the Jew as a warrior (against the desert, the Arab, the world), what G. Rosenberg has called muscular Zionism⁷, not a presentation of the Jew as a vivid particle of history (a merchant, a citizen, a persecuted, a victim, an intellectual), that the state officially adopted for much of its national discourse up until 1967. After the 6-Days war, Israel felt free to make use of the Holocaust memory as an inseparable part of national history. Moral superiority was intertwined to the specific characteristics of an exclusive community persecuted by everyone and destined to live and rule (what is more, as an empire, according to Moshe Dayan).

It is of course war's nature to exclude different visions, not to leave breathing room for separate narratives. The Israeli – Palestinian conflict is an example of the rule par excellence. Both for the Israelis and the Palestinians⁸, feelings of exclusivity and anxieties of exclusion interplay. And constant outbursts of war give full expression to these feelings and help maintain the anxieties, as the opponents change roles and positions. This continuous interplay has often taken on a strange, almost grotesque, character.

For the Palestinians, the fear of their stance being misread by the international community as recognition of the existence of Israel has led them, again and again, to kick major opportunities in, for example, pushing forward effectively their argumentation

⁵⁵ Ilan Greilsammer: *La nouvelle histoire d'Israel*, Gallimard, 1998, Greek edition : Kastaniotis, 2000, 279-285.

⁶ See Nachman Ben – Yehuda: *The Masada Mythical Narrative and the Israeli Army* in Edna Lomsky – Feder and Eyal Ben – Ari (editors): *The Military and Militarism in Israel*, State University of New York Press, 1999, 57-88, especially pages 74-79.

⁷ *L'utopie perdue: Israel, une histoire personnelle*, Paris: Denoel, 2002.

⁸ We use the generalizations in full knowledge of their semantic limitations but, also, in the belief that they have the power to express the tragedy of the Israeli – Palestinian conflict.

about the illegal character of the settlements or of the occupation of Jerusalem. For Hamas, in particular, this isolation takes on the Islamic characteristics of moral superiority, of the exclusivity of a total community that prefers a valiant death in war to conciliation and peace. For Israel, collective trauma and guilt have been transformed in an almost unanimous claim for pre-emptiveness in the defensive behavior as well as indifference for the moral repercussions of acts that clearly breach the limits of lawful defense. For both camps, the other camp does not exist, is excluded. For Israel, Hamas is just a terrorist organization and not a possible interlocutor. Hamas denies Israel's right to exist.

Both camps brush aside the legal 'niceties' that could redirect the efforts for negotiations. Israel has characterized all international denunciations of its war crimes as "lawfare", the state's third greatest security risk after Hamas and Iran⁹. The Palestinian Authority is afraid of the Law for a different reason: use of the international law rules would signify recognition of Israel's right to exist¹⁰. Hamas was more intransigent than the Palestinian Authority in the rejection of Israel. But the organization had, in the past, proven itself capable of tactical moves that could ensure some kind of peace with Israel¹¹ as well as of a concise policy strategy that could justify these moves as Islamic in their nature. A proclamation, for example, of an unconditional and without limitations state of truce with the enemy (signifying the indirect recognition of his existence) is part of the Islamic tradition, going back to Prophet Muhammad's behavior at Hdaybiyah¹² and cannot be deemed as an unislamic breach of the Jihad obligation.

Feeling excluded and at the same time feeling that they have exclusive rights to truth, justice and morality both Israel and the Palestinians claim total validity for their own position, refusing to leave any room for other options, for other voices. In the Israeli – Palestinian case, war and the spirit of exclusivity are not only fatal for the search for truth, but also for life itself.

⁹ Eyal Weizman: *Lawfare in Gaza*, London Review of Books, 34, 23, December 2012, 28.

¹⁰ See Raja Shehadeh: *Advice to the Palestinian Leadership*, London Review of Books, 36, 13, July 2014, 10-13.

¹¹ See Michael Irving Jensen: *The Political Ideology of Hamas – A grassroots perspective*, I. B. Tauris, 2009. The author believes in the mitigating character that the "civil society" option can have on Hamas.

¹² Marshall Hodgson: *The Venture of Islam*, 193.

WITH GOD ON OUR SIDE

Rooftop Productions (2010, 82", USA)

Dirigido por Porter Speakman Jr.

resenha por Magno Paganelli¹

O documentário *With God on Our Side* é um balde de água fria. Isso não significa que é mal intencionado ou com produção ruim. Água fria serve para esfriar ânimos muito exaltados e também para despertar e o documentário provoca ambos os efeitos ao explicar para cristãos “sionistas” a legitimidade da causa palestina e o equívoco do apoio cego a determinadas políticas de Israel.

A direção é de Porter Speakman Jr., um produtor independente que vive no Colorado e é coordenador de mídia da conferência *Christ at the Checkpoint*, um evento bienal (desde 2010) do *Bethlehem Bible College*, em Hebron Road. E qual a razão para o documentário? E que contribuições ele pretende dar? Por que juntar nomes tão distantes quanto Norman Finkelstein e John Hagee, Hank Hanegraaff e Brian McLaren (os dois últimos nos endossos)?

Porter Speakman Jr. tem raízes pentecostais clássicas² e atuou na JOCUM.³ Aprendeu a teologia contra a qual os argumentos do documentário lançam luz: a ideia de que os judeus de hoje são o povo escolhido do Israel bíblico. A interpretação padrão dos pentecostais norte-americanos, exportada para o Brasil e América do Sul via

¹ Mestrando em Ciências da Religião (Mackenzie), possui especialização em Novo Testamento, pedagogo e jornalista. É membro do Grupo de Estudos do Pentecostalismo (Mackenzie/CNPq) Grupo de Estudos Ideologia no Discurso Religioso (Mackenzie/CNPq) e do GT Oriente Médio e Mundo Muçulmano (USP). paganelli.magno@gmail.com

² Pentecostais clássicos ou da “primeira onda”, terminologia de Paul Freston (a referência no estudo acadêmico do pentecostalismo), não podem ser confundidos com neopentecostais nem com fundamentalistas. FRESTON, *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*, tese de doutoramento (1993, pp. 64-112).

³ *Jovens Com Uma Missão*, movimento popular evangélico liderado por cristãos tradicionais pró-Israel.

missionários, é que Israel está temporariamente “suspense” no plano de Deus para a redenção da humanidade até que as nações sejam evangelizadas. Quando isso acontecer, Deus restaurará Israel ao status de povo escolhido como no Antigo Testamento.

Tal hipótese se manifesta no conceito do dispensacionalismo, como o documentário indica, corrente que surgiu com os estudos de Edward Irving da Igreja da Escócia, seguido por John Nelson Darby (1800-1882), dos irmãos de Plymouth. Posteriormente Cyrus I. Scofield (1843-1921) a popularizou com a publicação da sua *Bíblia Anotada*. Scofield dividiu a história bíblica em sete períodos ou dispensações sendo a era cristã a sexta dispensação e a próxima será o milênio, quando Israel voltará ao plano de Deus. O modelo foi revigorado na década de 1990, quando Tim Lahaye e Jerry B. Jenkins publicaram a série *Left Behind* em doze livros que geraram três filmes.⁴ O dispensacionalismo resgatou o interesse dos cristãos pelo destino dos judeus, até então ignorados na escatologia cristã,⁵ e deu ocasião ao pré-milenismo dispensacionalista (LOPES, 2013, p. 47), que ensina o retorno de Cristo antes do milênio.⁶

Com este quadro em mente, podemos pensar a influência do sionismo na Europa e nos Estados Unidos e os burburinhos de que os judeus se reorganizavam sob a regência de Theodor Herzl (1860-1904) e o *lobby* pelo apoio britânico. Isso aqueceu a interpretação de que a Bíblia previa os eventos da abordagem dispensacionalista,⁷ e os cristãos inclinados a essa abordagem interpretaram como o cumprimento de determinadas profecias sobre o fim dos tempos. O retorno dos judeus para a Palestina/Israel serve como sinal dos tempos e inclina os cristãos a apoiarem-no, vendo nisto a mão de Deus. Nem todos os cristãos viam assim, pois havia interpretações dadas em contextos políticos, econômicos e culturais diferentes e bem firmadas em todos os grupos. As diferenças de interpretações de um mesmo texto da Bíblia podem variar em função de tais cenários e da própria orientação política de cada corrente cristã.

Com isso, compreendemos o documentário aberto com os versículos de Josué 5.13-14a na versão *A Mensagem*, que dizem: “Um dia, quando Josué ainda estava acampado

⁴ Publicada no Brasil com o título *Deixados para Trás*. Vendeu mais de 70 milhões de livros em 34 países.

⁵ É a doutrina que estuda os eventos relacionados ao fim dos tempos a partir da profecia bíblica e da interpretação de eventos entendidos como o seu cumprimento.

⁶ O período de mil anos aparece no texto de Apocalipse 20.

⁷ É preciso distinguir pré-milenismo de dispensacionalismo. Ao contrário da constante afirmação de que o *pré-milenismo* é posição nova, já no primeiro século da Igreja havia consenso sobre esta posição, enquanto o *dispensacionalismo* tenha 200 anos (LOPES, pp. 29,31).

perto de Jericó, ele olhou para cima e viu à sua frente um homem em pé, que segurava uma espada. Josué aproximou-se dele e perguntou: “De que lado você está: do nosso ou dos nossos inimigos?”. Ele respondeu: “De nenhum dos dois. Sou comandante do exército do Eterno”. O texto é usado para denunciar o dualismo de que quem não está a favor dos judeus deve ser visto como inimigo. Por trás do texto bíblico, ouve-se a pregação do Reverendo John Hagee, fundador da *Christians United for Israel* (CUFI), dispensacionalista, que o documentário mostra como sionista evangélico. Quando o texto bíblico sai, entram os membros da CUFI dançando a tradicional *Shalom Aleichem* (A paz esteja convosco) e agitando bandeiras dos EUA e de Israel em apoio incondicional àquele Estado numa “Night to Honor Israel”, evento que promove.

O documentário é conduzido por um narrador-protagonista, Christopher, jovem americano de família cristã, filho de pastor, que cresceu na cultura judaica. Ele conheceu palestinos, teve informações sobre os seus pontos de vista e se chocou com a sua interpretação dos fatos. Para o pai de Christopher, as coisas simplesmente eram “passadas” assim: era preciso orar por Israel, pois cristão são herdeiros dos judeus. Mas, então, por que há conflitos contra eles? E por que cristãos devem ser favoráveis a eles?

Para o Rev. Hagee, é dever cristão apoiar a democracia. Suas afirmações são contrapostas por Christopher, como a alegação de que o roteiro turístico dos cristãos que visitam a Terra Santa é orientado pelos judeus a cobrir regiões que tenham ligação com passagens bíblicas. Turistas americanos nas terras bíblicas procuram sítios onde “o leite e o mel”⁸ são evidentes, evitando sítios palestinos. Assim, o turismo trabalha em favor de Israel, minimizando os palestinos, o que não é totalmente verdadeiro. Nas três viagens que fiz à região estive na Cisjordânia (Belém e Jericó), uma delas tendo cruzado o *checkpoint* do exército com o guia israelense escondido no fundo do ônibus. Judeus e palestinos relacionam-se, embora a política de Estado coloque barreiras.

Enquanto Christopher viaja para Israel a fim de ouvir as partes, é dado um pano de fundo histórico sobre a dominação otomana (1516-1919) e estimativas da divisão populacional do período; o ano de 1897 é marcado com a organização do movimento sionista; a revolta árabe (1914-1918); o Mandato Britânico, o Lord Rothschild, e em tom sensacionalista as declarações de Ben Guryon de que “palestinos devem ir embora” e “precisamos de uma oportunidade para fazer isto, como uma guerra”. Então, em 1947, veio o plano de partição.

⁸ Figura de linguagem bíblica que indica a prosperidade e a fartura dos hebreus na Terra Santa.

Esse interlúdio serve para minimizar as falas de John Hagee em benefício da versão palestina – o que não significa necessariamente que o filme é contra Israel – e mostrar a lógica dispensacionalista. Speakman quer corrigir a abordagem unilateral que mostra os palestinos como invasores e inimigos, algo que uma leitura desatenta da Bíblia pode fazer associar aos filisteus do Antigo Testamento (que ocupavam a região de Gaza), povo com quem Israel sempre teve problemas. Só isso justificaria o raciocínio de que palestinos devem ser banidos.

O documentário introduz a discussão da “replacement theology” ou teologia da substituição, subproduto do dispensacionalismo associado ao modelo pentecostal da “terceira onda” (ver nota 2).⁹ O resultado é o apoio a Israel e a rejeição aos palestinos, fazendo vê-los como invasores e impedimento ao retorno de Cristo, ocasião em que a Terra Prometida seria restaurada ao povo judeu. Em outras palavras, os palestinos se tornaram o impedimento “inclusive” para a esperança cristã.

Mas a maioria dos cristãos sequer imagina uma comunidade cristã palestina.¹⁰ No documentário essa questão é bem colocada por Salim Munayer, professor do Bethlehem College. Ele tem uma organização para promover a união entre palestinos e judeus cristãos. Munayer questiona o modo como os judeus justificam o seu retorno a terra com os palestinos vivendo nela. A mesma advertência faz Ilan Pappé¹¹ ao desmistificar o slogan “a terra sem povo e o povo sem terra” como tendo sido criado no protosionismo; é uma fábula. “Os judeus estavam sem terra, mas a terra tinha um povo”. A resposta padrão é que judeus foram para o deserto e o fizeram florescer, e agora mostram isso como sinal e prova da bênção e prosperidade dadas por Deus – Deus está do nosso lado! As guerras vencidas por Israel, mesmo com contingente militar inferior ao Egito, a Jordânia e outros países árabes são um reforço a essa perspectiva da proteção de Deus. Tudo isso é percebido pela comunidade evangélica como Deus, de fato, confirmando a sua palavra.

⁹ O neopentecostalismo incorpora as promessas feitas aos judeus do Antigo Testamento: prosperidade, saúde, abundância, liderança social, vitória nas adversidades e sobre inimigos, entre outras. Isso cria uma nova fé, que não é étnica por se tratar de cristãos “gentios”, e não é cristã clássica por se apoiar em pressupostos da aliança étnica dos judeus.

¹⁰ O bispo anglicano e Nobel da Paz Desmond Tutu declarou: “Sou cristão, e muitos palestinos são cristãos – para ser mais exato, a maioria é anglicana”. *Deus não é cristão e outras provocações*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2012, p. 106. Para Guila Flint, na cidade de Belém cerca de 30% da população é cristã. *Miragem de paz – Israel e palestina, processos e retrocessos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 285.

¹¹ Historiador da University of Exeter e autor de *The Ethnic Cleansing of Palestine*.

Ao lado do Rev. John Hagee está Malcolm Hedding, representante da *International Christian Embassy Jerusalem*, entidade cristã de apoio a Israel que promove a festa bíblica dos Tabernáculos e levam “cristãos de todo o mundo a Terra Santa” – certamente um exagero; a própria ideia de uma “embaixada cristã” soa mal e rivaliza com o conceito de “igreja”. Speakman não questiona esse pormenor nem explora o fato do Ministério do Turismo de Israel abrir escritórios em países com maioria cristã para incrementar o envio de caravanas e capitalizar isso politicamente.

Hedding, como Hagee, cita a base bíblica da “teologia sionista” desde Abraão e diz que ela não foi abolida. Para ele, o sionismo é um sistema que Deus prometeu para o seu povo. Diferentes grupos trabalham em um mesmo sentido para estabelecer esse plano. Ele invoca o “desenvolvimento” da teologia dispensacionalista de John Nelson Darby e Edward Irving como parte do plano. Desse modo, o apoio a Israel deve ser parte do compromisso cristão.

Entrevistados que veem os palestinos favoravelmente são mais diversificados e numerosos. O resultado é um argumento mais amplo, multidisciplinar e menos dogmático. Começando com Ron Dart,¹² o argumento de uma exclusividade de Israel em detrimento de outros povos é confrontado em favor de um argumento ético e não factual como Gênesis 12 (o chamado de Abraão). O nacionalismo secular de Israel está fora de cogitação para Dart, uma vez que Deus tem interesse *nos povos*, e não em um povo.¹³ Dart argumenta que a saída dos hebreus do Egito mostra preocupação com órfãos, viúvas e estrangeiros (Êxodo 20), de modo que quando Hagee menciona Abraão não significa que ele entende a questão amplamente, pois a visão ética do Êxodo é mais elevada que a étnica de Gênesis, é para toda a humanidade, é a visão de Deus *para os povos*. A Igreja deve ocupar-se da visão mais ampla, uma vez que Jesus disse a seus discípulos que pregassem o Evangelho a todas as nações (gr. *εὐαγγέλιον*; ver nota 13).

Stephen Sizer, pastor da *Christ Church Virginia*, se mostra menos crítico que Dart. Para Sizer a aplicação de Gênesis 12 à parte do que o Novo Testamento (NT) diz é inadequada e gera uma teologia capenga. Jesus disse que “Abraão se regozijou em ver o seu dia” e Paulo disse que “somos filhos de Abraão pela fé”. Assim, a promessa não tem implicações políticas implícitas, pois há 4 mil anos tal implicação não existia. O NT não

¹² *University of the Fraser Valley*. Também foi da Anistia Internacional entre 1985 e 1995.

¹³ Gênesis 12.3 diz “em ti serão benditas todas as famílias da terra”. A Septuaginta, versão grega do Antigo Testamento, traduz “famílias” por *φυλαί*, “amados”, “caríssimos”.

justifica a escolha de uma etnia. Ele demonstra isso evocando a passagem da mulher encontrada por Jesus em Samaria (Ev. João 4). Ele judeu, ela uma samaritana *mestiça e impura* foi acolhida por Jesus que, além disso, afirmou que o Pai procurava adoradores sinceros, não descendentes legítimos, e esse é o modelo que cristãos devem seguir.

Na mesma linha de argumentação está Matthew Hand. Ele dirigiu o filme *Reconciliation walk*, que defende que a abordagem chave para o Oriente Médio é a humanidade de Jesus.¹⁴ A abordagem apocalíptica adotada por grupos cristãos não foi prioritária para Jesus. Ele optou por pessoas, especialmente as diferentes, como soldados romanos, judeus excluídos e samaritanos. A Guerra dos Seis Dias (1967), ele diz, é vista por muitos cristãos como parte do cumprimento de profecias, mas o filme contornou isso, evitando o desconforto de confrontar uma evidência em favor da posição “sionista”.

Gary Burge, do *Wheaton College*, a “Harvard evangélica”, segue a trilha aberta por Ron Dart. Destaca a vida vibrante dos palestinos e lamenta que se oculte isso. Aqui há um claro contraponto ao início do filme, que mostrou cristãos dançando ao som de canções judaicas. Para Burge, a imagem da “Palestina perigosa” é passada para os turistas e os palestinos são definidos pelos grupos de resistência. Além do argumento cultural, ele também insiste que o uso de Gênesis 12.3 é indevido, pois manda abençoar um povo que não segue os princípios que dariam o direito a bênção prevista. Burge cita João 8, onde os judeus contrários a Jesus se defenderam alegando serem filhos de Abraão. Jesus não apoiou a interpretação deles e o NT é claro ao mostrar que nem todos os descendentes de Abraão têm direito a Promessa, pois ela não é determinada geneticamente, mas espiritualmente por atos de fé e obediência. Assim, os estrangeiros “gentios” (palestinos incluídos) podem anteceder-los no Reino de Deus, pois o pacto com Abraão se cumpre em Jesus e essa teologia criou dois pactos e dois povos, Israel e a Igreja.

Em Cristo, Deus pôs fim à divisão entre judeus e gentios e cita a carta de Paulo aos Efésios que fala da queda da barreira de separação.¹⁵ A teologia da separação nega o que Jesus fez propondo uma alternativa, quando na verdade a alternativa não existe.

¹⁴ No Cristianismo Jesus é plenamente humano e plenamente divino.

¹⁵ “Porque ele [Jesus] é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um; e, derrubando a parede de separação que estava no meio, na sua carne desfez a inimizade...” (Efésios 2.14,15).

Ben White¹⁶ diz que os palestinos são ofendidos por cristãos equivocados sobre a natureza da ocupação israelita que quer colocar restrições burocráticas nos *checkpoints*, além do confisco de terras. Salim Munayer reforça o coro e menciona um encontro com um cristão em Dallas, que disse “amar os judeus”. Quando Munayer disse ser palestino, o cristão lhe deu as costas. Então, ele pergunta: “O que há de errado comigo e com o meu cristianismo? E com o meu povo cristão?”. A influência judaica na teologia cristã nos Estados Unidos erra e é preciso diferenciar o Estado da religião judaica. Esse “Israel” de hoje é o mesmo da Bíblia? – questiona o filme.

Na parte técnica do filme não há o que criticar. A produção é de boa qualidade. O roteiro é previsível: começa com os “bons moços” envolvidos em sonoplastia grave que ganha leveza à medida que mostra as ilusões de uns e a “vida como ela é” dos outros.

Senti falta de argumentos da ala histórica da Igreja dos Estados Unidos, batistas e presbiterianos, por exemplo. O dispensacionalismo não entra na conta teológica dessa turma e embora seja “barulhento”, Hagee não exerce qualquer influência¹⁷ sobre eles. No Brasil ele sequer está entre os pregadores “desejados” nos congressos. Speakman poderia economizar as repetições dos argumentos e explorar a “teologia da reconciliação”, ponto alto da Teologia nas epístolas do apóstolo Paulo e bastante apropriada para pluralidade de contextos étnicos. Ele teria uma teologia “bíblica” à mão e evitaria a possível rejeição a argumentos que os dispensacionalistas poderão considerar “liberais demais”.

Nos Estados Unidos o calvinismo¹⁸ tem crescido, respingando em parte da Igreja brasileira, e o apelo “sionista” ao pensamento calvinista não reverbera. Parte dos dispensacionalistas brasileiros tem mudado sua abordagem na esteira das pregações de Paul Washer, John Piper e John MacArthur, todos calvinistas. A ala neopentecostal no Brasil reverencia a cultura judaica, mas será que estaria disposta, à exemplo da Igreja de Hagee, a colocar nas mãos dos judeus um cheque de US\$ 1 milhão para expandir os assentamentos judeus na Cisjordânia?

¹⁶ Jornalista que cobre o Oriente Médio e especialmente o conflito Israel-Palestina, autor de *Israeli Apartheid: A Beginner's Guide* e *Palestinians in Israel: Segregation, Discrimination and Democracy*. Tem sido chamado por parte da imprensa israelita (*Jerusalem Post* e *The Jewish Chronicle*) de “ativista anti-Israel”.

¹⁷ Sua igreja no Texas tem c. 20 mil membros.

¹⁸ Ver M. Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, cap. 4.

Referências bibliográficas

LOPES, E. *Fundamentos da teologia escatológica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

A COMPLEXIDADE DA NAÇÃO ISRAELENSE

MY PROMISED LAND: THE TRIUMPH AND TRAGEDY OF ISRAEL

de Ari Shavit (Ed. Spiegel & Grau, Nova Iorque, 2013)

resenha de Daniella Köhnen Abramovay¹

A questão israelo-palestina permanece entre os assuntos mais pesquisados e abordados por acadêmicos pelo mundo todo. O livro “My Promised Land: the triumph and tragedy of Israel” de Ari Shavit corresponde a uma das últimas contribuições relevantes para o tema. Lançado e aclamado recentemente nos Estados Unidos, prevê-se que o livro – que ultrapassa a problemática israelo-palestina - será traduzido e publicado no Brasil em breve.

Ari Shavit é um renomado jornalista israelense que trabalha para o jornal Haaretz desde 1996. Sua postura política pode ser considerada de esquerda, pois o autor não poupa críticas a determinadas políticas sociais e econômicas do governo israelense. Posiciona-se contrário à ocupação e aos assentamentos e a favor da solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino.

Em relação ao Irã, no entanto, o autor adota postura mais reacionária ao identificar-se com a atual posição do governo israelense de não negociação com o governo iraniano sobre a questão nuclear.

Em “My Promised Land”, Shavit narra a trajetória histórica de Israel desde 1897, quando seu bisavô, o britânico Herbert Bentwich, visitou a Palestina pela primeira vez. Sua análise compõe-se de relatos pessoais, entrevistas e experiências próprias. Cada capítulo do livro aborda uma temática diferente, mas crucial para entender a formação do Estado de Israel, do movimento sionista e de suas repercussões e desdobramentos.

¹ Pesquisadora, formada em História pela Universidade de São Paulo e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, faz pós-graduação em Global Affairs na New York University (NYU).

O subtítulo do livro, “The triumph and tragedy of Israel”, refere-se aos triunfos e tragédias inerentes à Israel, à sua criação e à sua continuidade como nação. Triunfos estão relacionados às vitórias obtidas pelo projeto sionista que, por meio de disciplina, comprometimento e devoção, superaram todos obstáculos e construíram a nação israelense. Lograram vencer as condições físicas da terra, sua característica desértica, e as hostilidades que provinham da população nativa e dos países vizinhos. Venceram o Holocausto e a dizimação de toda uma comunidade. Tragédias relacionam-se com a forma que o projeto sionista foi conduzido, sobretudo, a desconsideração à população autóctone, à expulsão dos palestinos, à destituição de suas casas e à ocupação.

Shavit argumenta que a história de Israel e suas escolhas políticas, sociais e econômicas apenas podem ser compreendidas dentro de uma lógica dual, na qual o país é caracterizado, concomitantemente, por ocupação e intimidação. Esses dois pilares tornam a situação de Israel complexa e até mesmo única. Segundo o autor, “(...) Israel é a única nação no Ocidente que ocupa outro povo (...) Israel é a única nação no Ocidente que tem a sua existência ameaçada.”² Dessa forma, na visão de Shavit, o grande erro de análise da situação israelense decorreria do fato de que os autores de esquerda concentram-se apenas na ocupação e os de direita, somente na intimidação sofrida. Os dois elementos, defende Shavit, devem ser igualmente estudados e ponderados para que a correta compreensão possa ser alcançada.

A nobreza do livro encontra-se no fato de que o autor adota uma perspectiva realista e equilibrada. Shavit restringe-se aos fatos históricos, mas os aborda com sensibilidade e consideração. Apesar de amar totalmente seu país – ou justamente por amar totalmente seu país – , é capaz de reconhecer – e lamentar – as atrocidades e injustiças cometidas aos palestinos por diferentes membros da sociedade israelense. Shavit não foge da verdade, por mais cruel que possa vir a ser. Assim como um historiador, que tem a função de estudar os acontecimentos do passado e não imaginar cenários alternativos, o autor procura contar a história de Israel tal como ela é, sem cortes ou tabus. Lydda e Gaza. Ofra e Hulda. Triunfo e tragédia.

Ao narrar a viagem de seu bisavô para a Palestina em 1897, Shavit mostra como os primeiros sionistas instalarem-se na Palestina estavam imbuídos de um espírito romântico, idealizador e até ingênuo. Devido aos pogroms na Romênia, Rússia e Polônia,

² p.xii Israel is the only nation in the West that is occupying another people(...)Israel is the only nation in the West that is existentially threatened.”

o estabelecimento do Estado judaico tornava-se um imperativo moral, uma vez que o sionismo representava a única alternativa para os refugiados judeus. Por essa razão, o autor aponta que os pioneiros adotaram uma “cegueira seletiva”, porque não viram ou não quiseram ver a população que já existia no território, suas casas ou, até mesmo, os serviços que lhes prestaram durante a estadia. Embora a Palestina já fosse composta por meio milhão de pessoas (árabes, beduínos e drusos), o desespero de encontrar refúgio, um local de salvação para a população judaica, impelia aqueles primeiros sionistas a seguir em frente e a desconsiderar os futuros desdobramentos de suas ações.

O autor associa o início das hostilidades entre judeus e árabes ao ano de 1936. O aumento das perseguições à comunidade judaica na Europa resultou em expressivo aumento migratório para a Palestina. Ao notarem o aumento da presença judaica em seu território, os locais rebelaram-se, dando início à revolta coletiva do movimento nacional árabe-palestino. Ainda que, confrontos entre judeus e árabes já tivessem ocorrido no passado, de forma esporádica e dispersa, a decisão da comissão Peel³ de dividir o território trouxe recrudesimento da violência e o inevitável choque entre os dois movimentos de libertação, o árabe-palestino e o judaico. Shavit relata como o sionismo inicial, ingênuo e idealista, tornara-se agressivo e violento, movido pelo medo de extinção que também acometia a população árabe. O movimento irá adequar-se, militar e psicologicamente, à nova situação; sob o lema de “Masada nunca mais”⁴, os sionistas pregarão que apenas os que estiverem dispostos a morrer pela pátria conseguirão nela sobreviver.

Ao tratar sobre a guerra de 1948, Shavit relata as atrocidades cometidas contra os palestinos, sobretudo, na vila árabe de Lydda. Em apenas três dias, a cidade foi assolada por assassinatos, tortura e deportação. Milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, suas posses, e também, suas memórias relacionadas àquela terra. Shavit mostra como a coluna de Lydda marcou para sempre a memória das pessoas que presenciaram essa desgraça, assim como das que atuaram na tragédia.

No relato do episódio de Lydda, o autor deixa transparecer grande empatia pelas vítimas e pelo seu sofrimento, no entanto, reconhece que esse episódio é parte

³ A Comissão Peel, também intitulada Comissão Real Palestina, era uma comissão real inglesa de investigação, criada em 1936 e liderada pelo Lorde Peel. A Comissão objetivava investigar as causas dos recentes distúrbios observados na Palestina entre judeus e árabes. Em 1937, a Comissão Peel publicou um relatório em que recomendava a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe.

⁴ Lema elaborado por Shmaryahu Gutman, líder sionista, que organizava excursões de jovens judeus à Masada, com o objetivo de unificá-los sob um revitalizado movimento sionista.

integrante do sionismo. A localização central de Lydda representava obstáculo para o projeto sionista e, portanto, para o estabelecimento do Estado judaico. Para Shavit, a conquista da cidade e a expulsão da sua população árabe foram planejadas pelos sionistas. A aceitação do sionismo, portanto, implica a aceitação do massacre pois “Lydda é parte integral e essencial da nossa história... ou rejeitamos o sionismo por causa de Lydda, ou aceitamos o sionismo com Lydda”.⁵ Israel e, em última instância, o próprio autor, não poderiam ter nascido caso Lydda não houvesse ocorrido. Shavit considera hipócritas as pessoas que desfrutam dos dividendos, o mais significativo deles a criação do Estado de Israel.

Há, contudo, quem discorde do autor nesse ponto crucial. Alguns acadêmicos, como Jerome Slater, defendem que a violência não era necessária, que a retirada dos palestinos poderia ter ocorrido de forma voluntária e com compensação financeira. Outros, como John B. Judis, argumentam que o projeto de Estado binacional, simbolizado por Ahad Ha’am e pelo movimento Brit Shalom, poderia ter prevalecido a fim de evitar o ciclo de violência que se seguiu à criação do Estado de Israel em 1948.

A discussão sobre a inevitabilidade da expulsão dos palestinos para a criação do Estado judaico continuará sendo objeto de polarização acadêmica e política. Shavit, no entanto, aponta ao argumentar que a verdadeira solução do conflito israelo-palestino poderá apenas decorrer de profunda reconciliação entre os dois povos: do entendimento da dor do outro, da sua absorção e do seu perdão. Apenas quando os dois povos conseguirem entender as razões da frustração e da agressividade do outro e, realmente, identificarem-se com ela, é que paz duradoura poderá ser alcançada.

Shavit apresenta, igualmente, o outro lado da guerra de 1948. Milhares de judeus que conseguiram salvar-se do Holocausto imigrando para a Palestina. Indivíduos que tiveram, na Europa, seus familiares mortos, suas posses roubadas, suas casas invadidas, mas que conseguiram encontrar esperança na Palestina. Esses imigrantes não apenas superaram o seu trágico passado mas também triunfaram. Dentre eles, o escritor Aharon Appelfeld, o jurista Aharon Barak e o professor Ze’ev Sternhell. Três eminentes personalidades israelenses que simbolizavam a sobrevivência de Israel e auguravam o seu futuro promissor. A criação do Estado de Israel deu euforia, ânimo e alegria como não achavam que sentiriam novamente.

⁵ p.131“(...)Lydda is an integral and essential part of our story...either reject Zionism because of Lydda, or accept Zionism along with Lydda.”

Shavit mostra que os imigrantes queriam recomeçar. Adotavam um novo nome, aprendiam hebraico, trabalhavam no kibbutz, entravam para o exército, tornavam-se israelenses. Afinal, “Somente como israelense ele pôde deixar de ser objeto da história para tornar-se sujeito da história. Apenas como israelense ele poderia ser dono do seu próprio destino.”⁶ Todos tentavam se reabilitar, se redescobrir, se redefinir e, acima de tudo, se curar dos traumas do passado. Eram agrônomos, cientistas, arquitetos, engenheiros, artistas; contribuía, da sua forma, para o desenvolvimento do país. Investiam em seus filhos, principalmente na sua educação, porque sabiam que a nova geração simbolizava o futuro do país sem a pesada memória do passado.

A construção do Estado-Nação entusiasmava e impulsionava. O projeto estadista e monolítico de Ben-Gurion triunfava. Auxiliado pelas reparações financeiras feitas pela Alemanha e pelo crescimento econômico ancorado em projetos nacionais de moradia, modernização da agricultura, industrialização, infraestrutura e educação, Israel emergia. Shavit mostra, contudo, que as realizações eram frutos da supressão do indivíduo, de seu passado e de sua dor. Segundo o autor, “Conforme o Estado tornava-se o total, o indivíduo era marginalizado. Conforme marchava rumo ao futuro, Israel apagava o passado. Não havia espaço para cenários anteriores, não havia espaço para identidades anteriores.”⁷

Para ele, quatro negações propiciaram o estabelecimento do Estado de Israel: a negação do passado e do desastre palestino, e a negação do passado e da catástrofe judaica. “(...)Foram apagados da memória a terra de antes e a diáspora de antes, a injustiça feita a eles e o genocídio feito a nós.”⁸ Ignoravam-se os 700 mil refugiados palestinos. Construía-se cidades israelenses sobre suas casas demolidas, substituíam-se os nomes das vilas. Silenciavam a memória dos sobreviventes do Holocausto, já que não havia espaço no país para suas dores, ou para ouvir suas histórias. A nação ainda precisava amadurecer. Na visão de Shavit, a concentração da nação israelense precisava ser absoluta, diante das ameaças simultâneas de perseguição na Europa e dos ataques militares árabes.

⁶ p.153 “(...)Only as an Israeli could he turn from being an object of history to being a subject of history. Only as an Israeli could he be the master of his own fate.”

⁷ p.151 “(...)As the state became everything, the individual was marginalized. As it marched toward the future, Israel erased the past. There was no place for the previous landscape, no place for previous identities.”

⁸ p.162 “(...) Erased from memory are the land that was and the Diaspora that was, the injustice done to them and the genocide done to us.”

Em “My Promised Land”, dois momentos militares na história de Israel, a guerra de Seis Dias e de Yom Kippur, são analisados. O primeiro representou o triunfo do sionismo dado o aumento territorial do país, gerou otimismo e entusiasmo. O segundo expôs as fraquezas do Estado, provocou desesperança e desânimo. Shavit argumenta que, frente a esses dois acontecimentos, sobretudo o de 1973, observam-se duas respostas distintas do governo e da sociedade israelense. A direita sonhou com “uma grande Israel” e a esquerda, com “uma grande paz”.

O autor mostra que a inauguração da idéia de “uma grande Israel” associa-se com o movimento Gush Emunim que, constituído de jovens religiosos mas pragmáticos, estabeleceu o primeiro assentamento, Ofra, em 1975. Contrários aos valores democráticos e seculares do sionismo, queriam resolver o que consideravam ser a crise política e espiritual de Israel, trazendo a religião para o centro do sionismo. Não mediam as conseqüências de suas ações, apenas agiam como lhes parecia apropriado. Com a ascensão do Likud, começaram a beneficiar-se de incentivos sociais, econômicos e políticos.

Shavit condena veementemente a existência e a continuidade dos assentamentos. Alega que o movimento opõe-se aos valores e às ações sionistas. Segundo o autor, “Os assentamentos colocaram o pescoço de Israel na corda(...) O colonialismo de Ofra faz o mundo considerar Israel como uma entidade colonialista. Mas porque no século 21 não há espaço para uma entidade colonialista, o Ocidente está gradualmente virando as costas para Israel.”⁹

O posicionamento do autor assemelha-se com o de David Ben-Gurion que propôs, pós 1967, a retirada unilateral de Israel dos territórios ocupados. Contrariamente do que defende Shavit, a atual administração israelense continua a promover a expansão dos assentamentos em território reconhecido internacionalmente como parte do futuro Estado palestino. Alega razões de segurança nacional, todavia, investe nos colonos o que poderia investir na defesa de suas fronteiras e em infraestrutura e capital humano.

O próprio autor testemunhou a imoralidade da ocupação. Por ser reservista, serviu como guarda em uma prisão israelense em Gaza em 1991. De sua experiência, escreveu “On Gaza Beach”. Nele, o autor relatou as torturas cometidas, o medo no olhar

⁹ p.220“(…) The settlements have placed Israel’s neck in a noose(...)Ofra’s colonialism makes the world perceive Israel as a colonialist entity. But because in the twenty-first century there is no room for a colonialist entity, the West is gradually turning its back on Israel”.

dos prisioneiros, jovens e até crianças, cujo crime havia sido jogar pedras para protestar ou para defender-se. “ Gaza é claro e simples. É a epitome do absurdo da ocupação (..) Ela corroe a nossa própria existência e destrói a legitimidade da nossa existência.” ¹⁰ Diferentemente do resto do seu livro, em que Shavit sempre procura contrabalançar visões e argumentos, neste episódio o autor não tenciona entender ou aceitar; pelo contrário, questiona e critica o que considera inexplicável.

Para escrever sobre a concepção de “uma grande paz”, formulada pela esquerda acadêmica - Ze’ev Sternhell, Menachem Brinker e Avishai Margalit -, e política - Yossi Sarid - Shavit dialoga com vários atores, entre eles, um dos principais artífices dos Acordos de Oslo, Yossi Beilin e o escritor Amos Oz, que, de formas distintas, envolveram-se na promoção da paz. O próprio autor, quando jovem, participou de associações, seminários e distribuiu panfletos pela causa. Conta que, na sua geração, a paz fazia parte do imaginário coletivo, representava um imperativo emocional, moral e intelectual; era buscada, no entanto, de forma superficial, sem realmente apurar as possibilidades para o seu êxito.

Para Shavit, o movimento pela paz fracassou. Seus formuladores, ao lidarem apenas com a problemática da ocupação, ignoraram outros temas que eram igualmente ou mais importantes do que os assentamentos: o reconhecimento de Israel e do sionismo, o choque de identidades entre judeus e árabes e a questão dos refugiados, sobretudo o desejo de retornar às suas moradias originais. Ao tratar das iniciativas de paz na década de 1990, o autor conclui que Israel foi ingênuo e até arrogante de pensar que a paz dependia apenas dele. Os desdobramentos dos acordos de Oslo –a rejeição de Arafat, o massacre de Hebron e o assassinato de Rabin- explicitaram a improbabilidade da paz naquele momento.

A maioria dos ativistas sente-se desolado e pessimista. Consideram que a oportunidade foi perdida. Destoa-se deles o escritor Amos Oz, o qual considera os acordos de Oslo vitoriosos porque conseguiram superar o principal obstáculo do conflito: a parede cognitiva que existia entre os dois povos foi derrubada – depois de Oslo , podiam detestar-se, mas conseguiam, ao menos, enxergar-se.

O maior erro da esquerda israelense, segundo Shavit, está na crença de que o final da ocupação levaria à paz. A ocupação deve acabar porque implica um desastre moral,

¹⁰ p.235 Gaza is clear and simple. It is the epitome of the absurdity of the occupation(..)It corrodes our very existence and it erodes the legitimacy of our existence.”

demográfico e político. A paz, contudo, não será obtida enquanto outros temas não forem igualmente considerados e resolvidos. Dentre eles, o principal continua sendo a forma como se deu a criação do Estado de Israel, por meio da expulsão dos palestinos e da demolição de suas casas. Para Shavit, os assentamentos não são o cerne da questão, mas as cidades e as vilas palestinas que foram queimadas e destruídas para poderem hospedar o Estado judaico. Os ativistas gritam ao falar dos colonos, mas silenciam ao tratar dos refugiados palestinos. Visitando a antiga cidade árabe de Hulda, ao lado de um refugiado palestino, escutando os seus rancores e desapontamentos, Shavit compreende essa lição e observa “(...) por duas gerações, o pecado de Ofra encobriu o pecado de Hulda. Mas Hulda está aqui. Hulda está aqui para ficar. E Hulda não tem solução. Hulda diz que a paz não ocorrerá.”¹¹

Em “My Promised Land”, Ari Shavit traz elementos para reflexão que são, em grande parte, esquecidos pela academia e imprensa dominantes. Assuntos que contribuem para verdadeiro entendimento do conflito israelo-palestino e para a compreensão de suas sociedades. Um deles é a história pessoal e a trajetória política de Aryeh Deri, fundador do partido Shas. O autor relata a emergência desse estudioso ultraortodoxo que se tornou o líder da comunidade sefardita em Israel. Marroquino, Aryeh Deri capitalizou o sentimento de inferioridade e humilhação que assolava os judeus árabes (mizrachim) que imigraram para Israel nas décadas de 1960 e 1970 e deparam-se com um país que não sabia como acolhê-los. Shavit explica como o projeto sionista fora concebido, visando beneficiar os judeus perseguidos da Europa Oriental. Não sabia lidar com judeus provenientes dos mesmos países árabes que combatiam militarmente. Desconhecia a história, cultura e o idioma dos recém-chegados.

Esses novos imigrantes tiveram que se estabelecer em bairros afastados e com pouco desenvolvimento econômico, sofriam preconceitos e mal tratos. Tinham que suprimir sua identidade e provar diariamente que haviam sido assimilados, porque a hegemonia trabalhista asquenazim – a coluna do Estado judaico – não podia ser ameaçada. Apesar de atenuada, a rivalidade entre as comunidades sefardita e asquenaze ainda marca a sociedade israelense e as suas escolhas partidárias. Na atualidade, todavia, os sefarditas não constituem minoria, compõem metade da população do país. Tendo isso em vista, Shavit mostra como torna-se imperativo aprender sobre a história

¹¹ p.266 “(...)for two generations, the sin of Ofra obscured the sin of Hulda. But Hulda is here. Hulda is here to stay. And Hulda has no solution. Hulda says peace shall not be.”

dessa comunidade e sobre a influência que exerce sobre Israel; principalmente, tendo em conta que o projeto político encabeçado por Deri teve vida curta.

Para Shavit, no entanto, o ano de 1967 representa o início do período de desintegração do projeto sionista e, conseqüentemente, de deterioração de tudo o que foi alcançado e mantido arduamente nas décadas anteriores. Para o autor, a desintegração da república israelense decorreu da emergência de novos atores políticos, entre eles, os colonos, os ativistas pela paz, os judeus árabes, os ultraortodoxos e os cidadãos palestinos de Israel. Apesar de suas exigências serem legítimas, acabaram por prejudicar a coesão do tecido social do país. Tornaram o governo disfuncional, sem liderança efetiva e sem diretrizes explícitas.

Soma-se a isso o crescimento de sentimentos de apatia por parte dos novos imigrantes russos, da elite - que se refugia em Eilat - e dos jovens israelenses que não servem no exército. A disciplina, dedicação e comprometimento que permitiu a criação do Estado e seu sucesso inicial estariam dissipando-se aceleradamente, levando-o à ruína. Shavit argumenta, portanto, que o país precisa atuar imediatamente para “recuperar a sua antiga potência, seja para a paz ou para a guerra.” Shavit também enxerga como tragédia o fato de que, externamente, Israel perde apoio. Os judeus da diáspora afastam-se, paulatinamente, da religião e da cultura judaica e, sobretudo, da situação israelense.

A necessidade de fortalecimento do país não atende apenas a problemas internos, mas igualmente a ameaças externas. Dentre elas, Shavit preocupa-se principalmente com a nuclearização do Irã. O autor acredita fortemente que o Irã tenciona produzir arsenal nuclear. Critica a reação tardia do Ocidente no que concerne à implementação de sanções à economia iraniana. Shavit alega que o Irã não agirá de “forma restrita e responsável”, tal como Israel, quando adquira armamentos nucleares. Por essa razão, e pela proliferação nuclear que pode gerar na região (tanto em relação a Estados como a grupos terroristas), Shavit acredita que todos os meios devem ser considerados para impedir que o Irã alcance o seu objetivo nuclear.

Shavit, entretanto, não se mostra um defensor inequívoco das armas nucleares. Ao tratar da tentativa de Israel de tornar-se uma potência nuclear na década de 1960, Shavit argumenta que o projeto Dimona assegurou segurança e estabilidade para o país por décadas, uma vez que Israel podia, pela primeira vez, garantir a sua própria proteção. Shavit, contudo, questiona se Dimona garantiu a sobrevivência de Israel ou se

incitou uma corrida nuclear no Oriente Médio. “(...) E eu ousou dizer que aqui há uma tragédia. Nós trouxemos não apenas água para o Negev mas água pesada (...) E até hoje é ainda impossível saber se esse feito é uma benção para as próximas gerações ou uma maldição.”¹²

Não cabe questionar se a ameaça sentida por Israel e por seus cidadãos é fundamentada, à luz do seu poderio militar e do seu monopólio nuclear na região. O cerne da questão é de que há percepção de ameaça e, sendo essa tão importante quanto a realidade, tem implicações sobre a política e o comportamento do governo e da sociedade. O autor, no entanto, é otimista e esperançoso. Sente-se parte de um povo resiliente e corajoso, “Pessoas que vieram da morte e que estavam cercadas por morte, mas que mesmo assim conseguiram proporcionar um espetacular espetáculo de vida.”¹³

Além de uma escrita hábil e fluida, Shavit é capaz de afastar-se da tradicional narrativa impessoal e colocar-se dentro dos próprios acontecimentos, atuando, concomitantemente, como sujeito e objeto da história israelense. Comemora os triunfos e debate-se contra as tragédias relacionadas à criação do seu país. Insere-se não apenas dentro da vibrante sociedade israelense, do seu crescimento econômico, da sua inovação tecnológica, mas também, da culpa pela falta de resolução do conflito israelo-palestino, do mal representado pelos assentamentos e pelas deficiências do Estado.

O autor apresenta seus argumentos principais – ocupação e intimidação; triunfo e tragédia; deterioração da república israelense- ao longo de uma narrativa constituída por temáticas, que pretende lidar com a complexidade do estado e da sociedade israelense. O livro não contém uma linha argumentativa linear e, por essa razão, pode dar a impressão de ser desconexo e solto. Há saltos temporais, que prejudicam um possível entendimento cronológico dos acontecimentos históricos .

O autor, no entanto, concentra sua análise nos diferentes grupos sociais israelenses que influenciaram, substancialmente, os rumos da nação e que são, em grande parte, esquecidos por muitos estudiosos do assunto. Pode-se dizer que o autor peca por não discorrer sobre alguns períodos da história de Israel ,tais como a guerra do

¹² p.197 “(...)And I dare say to him that there is a tragedy here. We brought not only water to the Negev but heavy water(...)And to this day it is still impossible to know if this deed is a blessing for generations to come or a malignant curse.”

¹³ p.419 “(...)People that have come from death and were surrounded by death but who nevertheless put up a spectacular spectacle of life.

Líbano de 1982, porém, em geral, o livro proporciona minuciosa descrição e compreensão dos fatos e personagens históricos dentro do conflito israelo-palestino.

Shavit é, ao mesmo tempo, liberal e sionista. Sua perspectiva sionista sente-se no tratamento do Irã como ameaça existencial à Israel. O autor, no entanto, além de propor o fim da ocupação, envolve-se emocionalmente com a catástrofe palestina (nakba). Seu amor pelo país, seu comprometimento com a causa sionista, não prejudicam sua capacidade de criticar Israel, o que engrandece ainda mais sua obra. Seu livro é intrigante e complexo. É a junção de conflitos não-resolvidos, provocações, angústia pessoal e compaixão pelos dois povos. Shavit transmite, com a mesma empatia e consideração, o desespero dos judeus que fugiam do Holocausto e o sentimento de injustiça feita aos palestinos.

Talvez, de fato, como vêm apontando alguns críticos, a principal contribuição do livro de Shavit esteja no fato de que o autor, por encontrar-se dentro do sistema, tem muito mais chance de se fazer ouvir do que acadêmicos estrangeiros, e de maior capacidade de influenciar a opinião pública israelense do que os novos historiadores dos anos 1980 e 1990. A substantiva aclamação do livro em Israel parece denotar um caminho positivo de mudança. Aguardemos.

